



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Desafios Urbanos nas Galinheiras: (Re)Imaginar a Via Estruturante através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana

Eliana Raquel Correia Pâmpano

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Arquiteta Lia Ferreira, Investigadora Associada
DINÂMIA'CET- Iscte

outubro, 2024

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Desafios Urbanos nas Galinheiras: (Re)Imaginar a Via Estruturante
através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana

Eliana Raquel Correia Pâmpano

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadora:

Doutora Alexandra Cláudia Rebelo Paio, Professora Associada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Arquiteta Lia Ferreira, Investigadora Associada
DINÂMIA'CET- Iscte

outubro, 2024



Laboratório de Ensaio de Metodologias de
Intervenção na Cidade Existente

Desafios Urbanos nas Galinheiras: (Re)Imaginar a Via Estruturante através da
Participação Comunitária na Regeneração Urbana

Eliana Raquel Correia Pâmpano

outubro, 2024

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora e professora Alexandra Paio, e à minha coorientadora, Lia Ferreira, pelo conhecimento partilhado e pelo apoio prestado.

Aos moradores e ao Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira, pela disponibilidade para diálogo, partilha de experiências e pela receptividade durante a realização desta dissertação.

A toda a minha família, à minha mãe, Ana, e ao meu irmão, Alexandre, pelo acompanhamento constante durante o meu percurso académico e por me permitirem sempre acreditar nos meus sonhos, independentemente das adversidades.

À minha avó Paula, por me ensinar sempre os valores da bondade, honestidade e caridade, e que apesar de não poder ter visto o fim do meu percurso, me acompanhou em muitas etapas importantes da minha vida.

Aos bons amigos que fiz nestes 6 anos, a quem agradeço pelos bons momentos e companheirismo. À Alycie, à Juliana e à Maíra por tornarem estes anos mais alegres, do início ao fim.

Aos novos amigos desta etapa de mestrado, em especial aos meus colegas do LabTUR 2.0, com quem partilhei muitas experiências e também momentos de aprendizagem. À melhor colega de quarto, Bárbara, pela grande partilha e amizade, ao meu Andrea por todo o carinho e paciência, e a todos que conheci em Itália e que continuam hoje com um grande lugar no meu coração.

RESUMO

O Projeto Final de Arquitetura (PFA) “(Re)imaginar a Via Estruturante através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana”, realizado no âmbito do LabTUR 2.0 - Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, tem como objetivo a regeneração urbana do território das Galinheiras e Ameixoeira. Esta zona periférica de Lisboa, marcada por desafios sociais como urbanísticos, foi estudada em estreita colaboração com a população local, visando a criação de soluções que valorizem a utilização no dia-a-dia o espaço público. A proposta de intervenção centra-se numa solução alternativa à Via Estruturante de Santa Clara que atende às necessidades urbanas e sociais da comunidade, visando melhorar a qualidade de vida e a integração urbana da região.

As transformações previstas para as infraestruturas e a mobilidade associadas à Via Estruturante impõem a necessidade de repensar o papel da Avenida Glicínia Quartin no desenvolvimento de uma coesão social mais forte e na mitigação da fragmentação urbana. Através de uma abordagem qualitativa e participativa, os moradores da área foram envolvidos no desenho de uma solução que incorpora os princípios da Cidade Aberta, contemplando as especificidades do território e introduzindo condições de acessibilidade para todos. Este projeto ambiciona, assim, contribuir para a construção de um espaço público inclusivo e funcional, que reforce o sentimento de comunidade e responda aos desafios sociais e espaciais da área.

Palavras-chave: Via Estruturante de Santa Clara; Rua; Espaço público; Regeneração urbana; Acessibilidade Universal

ABSTRACT

The Final Architecture Project '(Re)imagining the Via Estruturante through Community Participation in Urban Regeneration', carried out as part of LabTUR 2.0 - Laboratory for Testing Intervention Methodologies in the Existing City, aims to regenerate the urban area of Galinheiras and Ameixoeira. This peripheral area of Lisbon, marked by both social and urban challenges, was studied in close collaboration with the local population, with the aim of creating solutions that enhance the day-to-day use of public space. The intervention proposal centres on an alternative solution to the Via Estruturante de Santa Clara that meets the urban and social needs of the community, with the aim of improving the quality of life and urban integration of the region.

The planned transformations to the infrastructure and mobility associated with the Via Estruturante impose the need to rethink the role of Avenida Glicínia Quartin in developing stronger social cohesion and mitigating urban fragmentation. Through a qualitative and participatory approach, residents of the area were involved in designing a solution that incorporates the principles of the Open City, considering the specificities of the territory and introducing accessibility conditions for all. This project thus aims to contribute to the construction of an inclusive and functional public space that reinforces the sense of community and responds to the social and spatial challenges of the area.

Keywords: Via Estruturante De Santa Clara; Street; Public Space; Urban Regeneration; Universal Accessibility

RESUMO	I
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XI
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO E PERTINÊNCIA DO TEMA	2
OBJETIVOS DO TRABALHO	4
METODOLOGIA	5
ESTRUTURA	6
CAPÍTULO 1 CIDADE ABERTA	9
1.1. A ÉTICA SOCIAL	9
1.2. A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL	13
1.2.1. Critérios de avaliação	14
1.2.2. Tipologias de formas abertas	17
1.3 O DIÁLOGO COMO FERRAMENTA	22
1.3.1. Processos participativos	22
1.3.2. <i>Placemaking</i>	26
1.4. A ACESSIBILIDADE	28
CAPÍTULO 2 ENSAIO METODOLÓGICO	33
2.1. ENTREVISTA A DAVID LEITE VIANA	33
2.2. CARATERIZAÇÃO DAS GALINHEIRAS	36
2.2.1. Mapeamento à escala urbana	36
2.2.2. População e dinâmicas sociais	41
2.2.3. Mapeamento à escala da rua	43
2.2.4. Proposta da Via Estruturante de Santa Clara	45
2.3. CASOS DE ESTUDO	49
2.3.1. Caso de Estudo 1: Gillett Square, Londres, Reino Unido	49
2.3.2. Caso de Estudo 2: DreamHamar, Hamar, Noruega	52
2.3.3. Caso de Estudo 3: Superilla, Barcelona, Espanha	55
2.3.4. Caso de estudo 4: Superkilen, Copenhaga, Dinamarca	58
2.4. PROCESSO DE URBANISMO PARTICIPATIVO	60
2.4.1. Resultados	65
CAPÍTULO 3 PROJETO	69

3.1. DESAFIOS NAS GALINHEIRAS: (RE)IMAGINAR A VIA ESTRUTURANTE ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA REGENERAÇÃO URBANA	69
3.2. GUIA DE BOAS-PRÁTICAS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
ANEXO A ENTREVISTA COM DAVID LEITE VIANA	85
ANEXO B PROPOSTA DA VIA ESTRUTURANTE DE SANTA CLARA	93
ANEXO C ELEMENTOS DO TRABALHO INDIVIDUAL	97
ANEXO D PROCESSO PARTICIPATIVO	105
ANEXO E GUIA DE BOAS PRÁTICAS	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 0.1 Apresentação inicial LabTUR 2.0.	1
Figura 0.2 Av. Glicínia Quartin, PER da Ameixoeira. Da autora.	2
Figura 0.3 Visita guiada pela CML às Galinheiras, 04/10/2023. Da autora.	4
Figura 1.1 Princípios da Cidade Aberta. Da autora.	9
Figura 1.2 Segregação urbanística em Nova Iorque. Adaptado de NYTimes, por G. Livingston, 2013 (Fonte: https://www.nytimes.com/2015/04/26/nyregion/residents-photographs-depict-life-in-new-york-city-projects.html)	11
Figura 1.3 Nápoles, Itália - uma Cidade Aberta na ótica de Jacobs. Da autora.	12
Figura 1.4 Apropriação específica do espaço público - Málaga, Espanha. Da autora.	14
Figura 1.5 Atividades simultâneas no espaço público - Siena, Itália. Da autora.	15
Figura 1.6 The Place Diagram. De What Makes a Successful Place, por PPS, n.d. (Fonte: https://www.pps.org/article/grplacefeat).	16
Figura 1.7 Padrões de caminhada no complexo residencial Emalجهaven em Copenhaga. Adaptado de How To Study Public Life (p. 28), por J. Gehl & B. Svarre, 2013.	17
Figura 1.8 Forma síncrona clássica. Adaptado de Science Source, por C. Jegou, 2022. (Fonte: https://prints.sciencesource.com/featured/ancient-greek-agora-illustration-christian-jegou.html)	18
Figura 1.9 Forma síncrona atual - Piazza del Plebiscito, Nápoles, Itália. Da autora.	19
Figura 1.10 Bridge of Houses. Adaptado de GA Houses (10ª ed., p. 131), Steven Holl Architects, 1982 (Fonte: http://www.rndrd.com/n/1619)	20
Figura 1.11 Plano regulador de Lauro. Adaptado de Architettura Arte Moderna (p. 24) por F. Moschini, n.d. (Fonte: http://ffmaam.it/GALLERY/0/0/1174922752.pdf)	21
Figura 1.12 Escada de Participação Cidadã. Adaptado de A Ladder of Citizen Participation, por S. R. Arnstein, 1969, Journal of the American Institute of Planners, 35 (4), pp. 216-224 (Fonte: https://doi.org/10.1080/01944366908977225)	23
Figura 1.13 Carta dos BIP de Lisboa. Adaptado de Lisboa, por CML, n.d. (https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/carta/index.htm)	24
Figura 1.14 Projeto financiado pelo BIP. Adaptado de Cresc(h)er na Rua. Por Trienal de Lisboa, 2023. (Fonte: https://vimeo.com/842861066)	25
Figura 1.15 Componentes do placemaking. Da autora. Adaptado de Placemaking Europe (1ª ed.), Our City? Countering Exclusion in Public Space (p. 9), por J. Laven, 2020 (Fonte: https://stipo.nl/app/uploads/2020/04/OUR-CITY-E-book.pdf)	27
Figura 1.16 O processo de placemaking. Adaptado de The Placemaking Process, por PPS, 2017 (fonte: https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places)	28
Figura 1.17 Elementos do sistema de tráfego. Da autora. Adaptado de Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos – Fascículo 1, por IMT, 2024 (Fonte: https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_I_2024_digital.pdf)	29

Figura 1.18 Velocidades dos utilizadores do espaço público. Adaptado de <i>Global Street Design Guide</i> , por <i>Global Designing Cities Initiative</i> , 2016 (Fonte: https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/)	30
Figura 1.19 Categorização ao nível do arruamento residencial. Adaptado de <i>Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos – Fascículo 1</i> , por <i>IMT</i> , 2024 (Fonte: https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_I_2024_digital.pdf)	31
Figura 1.20 Rua de Coexistência – Málaga, Espanha. Da autora.....	32
Figura 1.21 Rua de Coexistência – Amiens, França. Da autora.	32
Figura 2.1 Mapa Colaborativo de Vila Nova de Cerveira e Goián. Adaptado de <i>Google Maps</i> , 2016 (Fonte: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=z4)	34
Figura 2.2 Categorização dos S3I's. Da autora.....	35
Figura 2.3 Freguesia de Santa Clara e área de estudo delimitada no <i>LabTUR 2.0</i> . Da autora. Adaptado de <i>Lisboa Interativa</i> , por <i>CML</i> , 2021. (Fonte: https://websig.cm-lisboa.pt/)	36
Figura 2.4 Evolução morfológica das Galinheiras e Ameixoeira. Da autora. Adaptado de <i>Lisboa Interativa</i> , 2023. (Fonte: https://websig.cm-lisboa.pt/)	37
Figura 2.5 Áreas das Galinheiras e Ameixoeira. Da autora. Adaptado de <i>Plano de Ação 21</i> , por <i>Civitas 21 - Comunidades Sustentáveis</i> , 2012. (Fonte: https://www.gebalis.pt/Geral/Publicacoes/Relatorios_Outros/Lists/DocumentsList/planoameixoeira.pdf)	38
Figura 2.6 Mapeamento de serviços e transportes das Galinheiras e Ameixoeira. <i>LabTUR 2.0</i>	39
Figura 2.7 ARU de Santa Clara dentro da área de estudo do <i>LabTUR2.0</i> . Da autora. Adaptado de <i>Vol. I - Operação De Reabilitação Urbana Sistemática De Santa Clara</i> , por <i>CML</i> , 2017. (https://www.lisboa.pt/fileadmin/portal/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ARU/santa_clara/aruSantaClara_dp_pEscritas_ORU_Vol_I.pdf)	40
Figura 2.8 Opiniões de moradores. Da autora.	41
Figura 2.9 Dados de grupo etário em Santa Clara. Da autora. <i>Censos 2021</i> , por <i>INE</i> . (Fonte: https://tabulador.ine.pt/censos2021/)	42
Figura 2.10 Avenida Glicínia Quartín, <i>PER Ameixoeira</i> . Análise observacional no dia 18/02/2024, domingo de feira. Da autora.	43
Figura 2.11 Acumulação de lixo na Avenida Glicínia Quartín, <i>PER Ameixoeira</i> . Da autora.	44
Figura 2.12 Equipamentos culturais/de lazer na Avenida Glicínia Quartín, <i>PER Ameixoeira</i> . Da autora.	44
Figura 2.13 O espaço público e apropriação na Avenida Glicínia Quartín, <i>PER Ameixoeira</i> . Da autora.	45
Figura 2.14 Proposta da Via Estruturante na Av. Glicínia Quartín, <i>PER Ameixoeira</i> . Da autora. Adaptado de <i>Memória descritiva</i> , por <i>Lisboa Ocidental SRU</i> , 2023.	47
Figura 2.15 Visualização da proposta da Via Estruturante. Adaptado de <i>Memória descritiva</i> , por <i>Lisboa Ocidental SRU</i> , 2023.	48

Figura 2.16 O dominó como fator de unificação cultural. Adaptado de <i>Dennis playing dominoes</i> , por Roland Romanan, n.d. (Fonte: https://rolandroman.com/dominoes/zzeipru264dlxni176o38211oaztvp)	50
Figura 2.17 Gillett Square antes da intervenção. Adaptado de <i>Gillett Square</i> , por Hawkins Brown, n.d. (Fonte: https://www.hawkinsbrown.com/projects/gillett-square/).....	51
Figura 2.18 Gillett Square depois da intervenção. Adaptado de <i>Gillett Square</i> , por Turkington Martin Studio, 2024. (Fonte: https://www.turkingtonmartin.com/work/gillett-square)	51
Figura 2.19 Atividades na Gillett Square. Adaptado de <i>A city squared</i> , por Ruby Maynard Smith, n.d. (Fonte: https://open-city.org.uk/blog/a-city-squared-reflecting-on-a-much-loved-public-space).....	52
Figura 2.20 Stortorget Square antes da intervenção. Adaptado de Google Maps, 2010 (Fonte: https://maps.app.goo.gl/gcEkxA6ZcU64HaJB8)	53
Figura 2.21 Stortorget Square depois da intervenção. Adaptado de Google Maps, 2022. (Fonte: https://maps.app.goo.gl/aPqVx2atfw5xtEaS8)	53
Figura 2.22 Rede de partilha colaborativa do DreamHamar. Adaptado de <i>Future Hamar Book: The story of the DreamHamar process</i> , por Ecosistema Urbano, 2014. (Fonte: https://issuu.com/)	54
Figura 2.23 Ações urbanas do DreamHamar. Adaptado de ArchDaily, por Christopher Nilsen, 2014. (Fonte: https://www.archdaily.com/175516/citizens-redesign-their-city-in-dreamhamar-ecosistema-urbano)	55
Figura 2.24 Transformação do Eix Girona. Adaptado de <i>Presentació Projectes Executius</i> , por Ayuntamiento de Barcelona, 2022. (Fonte: https://ajuntament.barcelona.cat/superilles/sites/default/files/20220210_presentacio_projectesexecutius.pdf).....	56
Figura 2.25 Transformação temporária da Superilla de Sant Antoni. Adaptado de ArchDaily, por Leku Studio, 2019. (Fonte: https://www.archdaily.cl/cl/924496/disenar-el-proceso-de-transformacion-la-superilla-de-sant-antoni-en-barcelona-por-leku-studio).....	56
Figura 2.26 “Assim será a rua do século XXI”. Adaptado de Ayuntamiento de Barcelona, 2021. (Fonte: https://ajuntament.barcelona.cat/superilles/es/asi-sera-la-calle-del-siglo-xxi)	57
Figura 2.27 Elementos de mobiliário urbano. Adaptado de ArchDaily, por Topotek 1, BIG Architects e Superflex, 2012. (Fonte: https://www.archdaily.com/286223/superkilen-topotek-1-big-architects-superflex).....	58
Figura 2.28 Zonas do Superkilen. Adaptado de Danish Architecture Center, por Iwan Baan, 2012. (Fonte: https://dac.dk/en/knowledgebase/architecture/superkilen-2/)	59
Figura 2.29 Elementos do Superkilen. Adaptado de Superflex, por Torben Eskerod, 2012. (Fonte: https://superflex.net/works/superkilen)	60
Figura 2.30 Pontos da visita guiada pela CML. Da autora.	62
Figura 2.31 Análise SWOT feita pela turma. Do LabTUR 2.0.	63
Figura 2.32 Análise SWOT com o Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira. Do LabTUR 2.0... 63	
Figura 2.33 Panfleto da “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartín”. Da autora.....	64
Figura 2.34 Oportunidades citadas pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartín”. Da autora.....	65

Figura 2.35 Problemas citados pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.....	66
Figura 2.36 Propostas citadas pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.....	66
Figura 2.37 “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”, PER Ameixoeira. Da autora.	67
Figura 3.1 Análise da Avenida Glicínia Quartin atual (em cima) e após a 1ª fase da Via Estruturante de Santa Clara (em baixo). Da autora.....	71
Figura 3.2 (Re)imaginar a Via Estruturante: esquema de desenvolvimento das intenções do PFA. Da autora.	72
Figura 3.3 Planta geral de intervenção. Da autora.....	73
Figura 3.4 Comparação entre o perfil de rua atual, da Via Estruturante, e proposto. Da autora.	75
Figura 3.5 Zonas de Cultura, Lazer e Desporto. Da autora.....	76
Figura 3.6 Guia “Uma Rua Para Todos”. Da autora.....	77

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal

BIP/ZIP – Bairros/Zonas de Intervenção Prioritária

CML - Câmara Municipal de Lisboa

GCGA - Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira

LabTUR – Laboratório de Tecnopolíticas e Regeneração Urbana

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PER – Plano Especial de Realojamento

PFA - Projeto Final de Arquitetura

PPS - Project for Public Spaces

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ZDC – Zona de Coexistência

INTRODUÇÃO

Este Projeto Final de Arquitetura (PFA) foi desenvolvido no âmbito do LabTUR 2.0 – Laboratório de Ensaio de Metodologias de Intervenção na Cidade Existente, focando-se especificamente no território das Galinheiras e Ameixoeira.

A presente edição centrou-se na intervenção nos bairros existentes, considerando as dinâmicas socio espaciais e as necessidades identificadas no território em estudo (Figura 0.1). O projeto procurou articular uma abordagem participativa e adaptada ao contexto local, promovendo soluções urbanas que respondam às carências estruturais e incentivem a coesão e qualidade de vida dos moradores.



Figura 0.1

Apresentação inicial LabTUR 2.0.

O laboratório assenta em dois conceitos-chave explorados ao longo deste trabalho: tecnopolíticas e regeneração urbana.

As tecnopolíticas são “a prática estratégica de desenhar e usar tecnologias para decretar objetivos políticos, produzindo formas híbridas de poder que combinam dimensões culturais, institucionais e tecnológicas” (Müller & Richmond, 2023). Esta abordagem intersectorial e holística incorpora a tecnologia na maneira como os cidadãos interagem com as entidades que os administram. Ao incorporar as vantagens da proximidade que a tecnologia proporciona na criação de políticas públicas, permitem ao cidadão comum participar na vida política. Entende-se assim a importância deste conceito para os objetivos do laboratório, ao pretender

que as inovações tecnológicas aproximem cada vez mais a população da prática da arquitetura, num processo mais transparente e com mais diálogo.

Por sua vez, a *regeneração urbana* é uma “visão e ação compreensiva e integrada que leva à resolução de problemas urbanos e que busca proporcionar uma melhoria duradoura na condição económica, física e ambiental” (Roberts, P & Sykes, H., 2000, conforme citado em Kulsrisombat, N., 2008). Trata-se de um conceito importante a aplicar nas Galinheiras, uma zona urbano-periférica que enfrenta diversos desafios no decorrer do desenvolvimento da cidade. Com a expansão da área metropolitana de Lisboa, os territórios periféricos são alvo de novas tendências migratórias. Por isto, torna-se necessário adequar este território às necessidades atuais e futuras da cidade, e dotá-lo de características que melhorem a qualidade de vida dos habitantes.

No laboratório foram identificadas algumas características que motivam a necessidade de regeneração urbana do território, como a deterioração física, a fragmentação social, e o próprio ordenamento urbanístico que contribui para a sensação de separação (Figura 0.2).



Figura 0.2

Av. Glicínia Quartín, PER da Ameixoeira. Da autora.

Enquadramento e Pertinência do tema

No âmbito do projeto LabTUR 2.0, foram estabelecidos três temas principais de intervenção: (1) habitação; (2) espaço público; e (3) paisagem e sustentabilidade. Cada grupo de alunos

selecionou um desses temas e, a partir dele, realizou uma caracterização detalhada dos territórios das Galinheiras e Ameixoeira, com base em três dimensões essenciais: (1) socioeconómica; (2) morfológica; e (3) ecológica.

A análise abrangente do território permitiu uma seleção fundamentada das áreas de maior impacto, conduzindo o presente estudo a concentrar-se na temática do espaço público na área do Plano Especial de Realojamento (PER) da Ameixoeira. Nesta área, foram identificados aspetos prioritários de grande relevância para a intervenção proposta, visando a melhoria das condições sociais e espaciais do espaço público para os moradores.

Tema

“(Re)imaginar a Via Estruturante através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana” está associado ao conceito de Cidade Aberta, que propõe uma abordagem urbana que valoriza a flexibilidade, a inclusão e a participação ativa da comunidade na configuração dos espaços urbanos. Trata-se de uma cidade que não só acolhe a diversidade, mas também promove a adaptabilidade e a permeabilidade dos seus espaços, permitindo que estes se moldem às necessidades e vivências dos seus habitantes ao longo do tempo. Esta visão contrasta com modelos de planeamento ou desenho urbano rígidos e hierarquizados, como o proposto para a Via Estruturante de Santa Clara.

A proposta de PFA tem como objetivo promover a interação social e a coesão comunitária na Avenida Glicínia Quartin, no PER Ameixoeira zona 5, através de uma solução alternativa àquela proposta pela Via Estruturante de Santa Clara. Reconhecendo os contributos que esta pode trazer ao território, a proposta procura desenvolver uma abordagem integrada que incorpore a participação cidadã, num desenho colaborativo do espaço público.

Assim, no seguimento da análise realizada em grupo e as primeiras visitas ao local permitiram identificar a necessidade de intervir no espaço público, tanto pelo estado de degradação visível na Figura 0.3, como pela posição geográfica segregada, especificamente da zona dos PER, de Lisboa e do resto das Galinheiras.



Figura 0.3

Visita guiada pela CML às Galinheiras, 04/10/2023. Da autora.

A marginalização deste território em relação à malha urbana de Lisboa também contribui para a degradação do espaço público. Consequentemente, a necessidade de intervenção no espaço público é também identificada pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), através da escolha da zona dos PER Ameixoeira como começo das obras da Via Estruturante de Santa Clara (ver Anexo B), uma obra infraestrutural de mobilidade que visa conectar e integrar as Galinheiras e Ameixoeira no tecido urbano da cidade de Lisboa.

Objetivos do trabalho

Este trabalho tem como principal objetivo a regeneração urbana, orientada para o desenvolvimento da área periférica das Galinheiras e Ameixoeira, visando atribuir uma nova função aos vazios urbanos, reduzir a fragmentação territorial em que estes resultam e adequar o espaço público às necessidades da população.

Partindo da proposta da Via Estruturante de Santa Clara, pretende-se adaptar o projeto às necessidades futuras do território e dos seus habitantes, proporcionando uma acessibilidade para todos. A realização de processos participativos, em conjunto com a comunidade, visa não só identificar as necessidades dos moradores, mas também valorizar o seu conhecimento local, enriquecendo assim a proposta e ajustando-a mais precisamente ao contexto territorial.

A fundamentação teórica orienta-se pelo conceito de Cidade Aberta, procurando aproximar a intervenção dos objetivos de sustentabilidade que são cada vez mais exigidos na prática arquitetónica. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), constituem um conjunto de diretrizes que “estão no centro da formulação de políticas de ação interna e externa em todos os setores” (ODS - BCSD Portugal, 2022), estabelecendo metas a alcançar até 2030 para promover maior sustentabilidade e desenvolvimento.

Em particular, o ODS 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, sendo o subponto 11.7 especialmente relevante por destacar a necessidade de espaços públicos seguros e acessíveis para os grupos mais vulneráveis, no contexto de um enquadramento político mais amplo.

Este PFA pretende explorar de que forma o desenho do espaço público, aliado à participação cidadã, pode contribuir para uma maior acessibilidade e inclusividade, alinhando-se com os princípios estabelecidos nos ODS e com uma visão de arquitetura comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável.

Metodologia

A metodologia adotada organizou-se em três fases, permitindo o desenvolvimento paralelo das vertentes teórica e prática do trabalho.

Na fase de fundamentação teórica, foi selecionado um conceito urbano central a desenvolver no projeto: a Cidade Aberta. Com base neste conceito, foram escolhidas duas referências bibliográficas fundamentais para apoiar a pesquisa e os conceitos explorados: o livro *Designing Disorder: Experiments and Disruptions in the City* (Sennett e Sendra, 2020) e um artigo de jornal intitulado “Regenerar espaços urbanos: o futuro das cidades” (Fernandes, 22 out. 2023). Estas referências forneceram o suporte necessário para aprofundar a compreensão e a aplicação dos princípios de uma cidade flexível, inclusiva e participativa no contexto da intervenção proposta.

No livro, os autores defendem a importância de um urbanismo menos controlado e mais receptivo às práticas espontâneas da população. Estes argumentam que a rigidez do planeamento urbano convencional muitas vezes impede a criação de espaços verdadeiramente inclusivos e adaptáveis. A obra destaca a necessidade de estruturas urbanas que se ajustem continuamente à dinâmica social e económica, permitindo que as cidades evoluam organicamente e respondam aos desafios e mudanças contemporâneas. Este enfoque é particularmente relevante para a regeneração urbana em áreas vulneráveis, onde a participação comunitária pode gerar soluções mais adequadas e resilientes.

O artigo “Regenerar espaços urbanos: o futuro das cidades” reforça a ideia de que o futuro das cidades depende de estratégias regenerativas. O autor destaca que só com a *“regeneração urbana, será possível criar parques, praças e espaços abertos bem projetados, que incentivam a interação social, atividades ao ar livre e qualidade de vida dos habitantes, e esse é sem dúvida o caminho para chegarmos a uma cidade do futuro, inclusiva e com qualidade de vida para todos”*.

Estas referências não apenas fundamentam a proposta de uma Cidade Aberta, mas também orientam as práticas de intervenção aplicadas ao projeto, inspirando soluções que privilegiem a participação comunitária e uma regeneração urbana responsiva e inclusiva.

Na fase empírica, foi efetuada uma entrevista a um perito, o arquiteto David Leite Viana (realizada no dia 08/11/2023) ([ver Anexo A](#)), cuja experiência na realização de processos participativos e *Community Engagement* permitiu aprofundar conceitos sobre a Cidade Aberta e sustentar a relevância do problema abordado no presente trabalho. Também foram analisados 4 casos de estudo de projetos relacionados com a Cidade Aberta, e estabelecidas características comuns, posteriormente desenvolvidas numa gramática de intervenção em espaço público existente ([ver Anexo C](#)).

Em simultâneo com a fase empírica, foi desenvolvida a caracterização, em grupo, dos diferentes bairros das Galinheiras, e a escolha individual dos temas e locais específicos de intervenção.

Na fase individual foi analisada documentação acerca da Via Estruturante de Santa Clara como ponto de partida para a elaboração do PFA.

A participação cidadã na elaboração da proposta realizou-se através do envolvimento direto, com diversos contributos reunidos em reuniões comunitárias e as conclusões retiradas do processo participativo realizado, e do envolvimento indireto, com visitas ao local e contacto com a população, análises observacionais e participação numa ação de processo participativo realizada por outros elementos da turma.

O projeto final representa a síntese da pesquisa teórica e do contacto com o território numa proposta sustentada por desenhos técnicos que explicam as intenções do projeto.

Estrutura

O ensaio de PFA encontra-se dividido em três capítulos, cada um correspondente a uma das fases de trabalho.

O Capítulo 1 | Cidade Aberta corresponde à fundamentação teórica e conceptual elaborada numa primeira etapa do projeto, com vista a sustentar a abordagem pretendida para o território. Neste, são analisadas três vertentes que compõem a Cidade Aberta (as

Pessoas, o Diálogo e o Espaço), relacionadas ao conceito de acessibilidade, sob a perspectiva de vários teóricos e autores relevantes para os objetivos do PFA.

O Capítulo 2 | Ensaio Metodológico detalha o trabalho empírico de fundamentação das questões de investigação, através de uma entrevista a David Leite Viana, arquiteto e perito em processos participativos, da caracterização das Galinheiras e Ameixoeira, efetuada em grupo e individualmente, da análise de casos de estudo relevantes para a construção de espaço através do diálogo, e da explicação do processo participativo realizado no território.

O Capítulo 3 | Projeto descreve o resultado da investigação e projeto prático, detalhando a estratégia adotada no âmbito do LabTUR 2.0.

CAPÍTULO 1 | CIDADE ABERTA

In public spaces [...] we are all equal in the sense that we can all exercise our shared right to the city [...] public spaces are also the embodiment of equity, as the physical expression of the principle that is fair for all citizens to enjoy access to basic, fundamental amenities [...] (Garau, 2014)

O conceito de Cidade Aberta engloba três princípios fundamentais na sua definição: *Pessoas*, *Espaço* e *Diálogo* (Sennett e Sendra, 2020) (Figura 1.1). O primeiro capítulo estabelece relações entre estes três princípios, relacionando-os de seguida com o conceito de acessibilidade, tanto social como física. Isto permite uma leitura abrangente sobre o que caracteriza a Cidade Aberta, mais inclusiva e intrinsecamente ligada à noção de democracia.

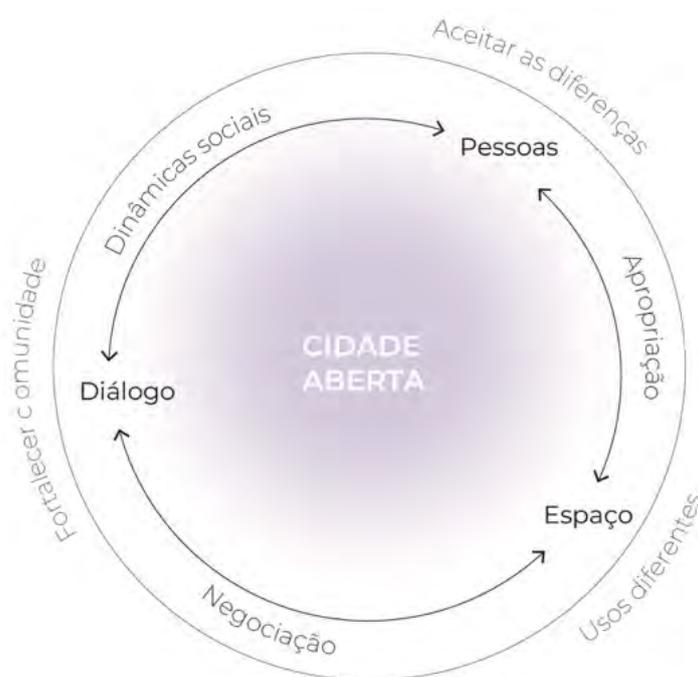


Figura 1.1

Princípios da Cidade Aberta. Da autora.

1.1. A ética social

O espaço público serve de mediador entre pessoas, atividades e modos de utilização, funcionando como o palco onde as interações sociais se deslocam da esfera privada para a

pública e onde, inevitavelmente, ocorre a interação entre pessoas. Jan Gehl (conforme citado em Stubbs, 2020) sublinha a importância vital dos espaços públicos e da vida pública: *"É muito importante ter espaços públicos e promover a vida pública. Isto significa que pessoas de todos os estratos sociais se encontram naturalmente nas ruas, praças e parques da cidade, onde podem ver a sociedade a que pertencem e encontrar-se, olhos nos olhos, com os seus concidadãos no dia-a-dia, enquanto realizam as suas atividades"*.

Para compreender a importância das pessoas no espaço público, é essencial analisar a noção de ética social (Addams, 1902) que salienta a obrigação moral de cada membro de uma sociedade democrática em procurar a diversidade, através de experiências e confrontos com realidades diferentes da sua. Nesta perspetiva, a moralidade e a democracia são obrigações sociais, através das quais cada indivíduo procura eliminar preconceitos das suas relações pessoais. Conjuntamente, os membros da sociedade veem a democracia como um modo de vida, e a moralidade como uma obrigação social ao invés de individual. Cada pessoa, primeiro individual e depois coletivamente, através das suas ações e interações, pode determinar o tipo de sociedade em que se insere. Esta obrigação moral surge da necessidade que cada indivíduo sente em determinar o seu próprio bem-estar, que pode ser alcançado através das relações que mantém com quem o rodeia.

Para tal ser possível, é necessário que a cidade se demonstre aberta, principalmente no sentido social. A cidade pode ser classificada consoante os seus aspetos social e físico, o que distingue a *cit *, ou os comportamentos e interações sociais, da *ville*, a forma física da cidade (Sennett, 2018). Não é possível resolver completamente certos problemas sociais, tais como o recuo perante pessoas diferentes, mas estes podem ser trabalhados ao estimular uma melhor relação das pessoas com a *cit *, "tratando a cidade saudável como um sistema aberto" (Sennett, 2018, p.171). Para tal, torna-se necessário transcender o conhecimento local adquirido (Sennett, 2018, p.180-181) que não capacita as pessoas a lidar com ambientes urbanos fora da sua realidade habitual, ao movimentar-se pela cidade e explorar o ambiente urbano, adquirindo experiência através do contacto com o que lhes é externo. Este conceito adquire especial importância ao analisar o contexto urbano atual e todos os desafios que nele se observam. Se por um lado as cidades oferecem oportunidades, proximidade e conexão, por outro lado exacerbam os problemas sociais e de acesso a recursos e oportunidades. Este "processo aparentemente paradoxal" (Rieniets, 2012) é agravado pelos processos migratórios e aumento de mobilidade, que por sua vez causam um influxo crescente de população desfavorecida, como nas ilhas humanas das grandes cidades (Figura 1.2), que carecem de grande diferença ou competência social. (Sennett, 2011)



Figura 1.2

Segregação urbanística em Nova Iorque. Adaptado de NYTimes, por G. Livingston, 2013. (Fonte: <https://www.nytimes.com/2015/04/26/nyregion/residents-photographs-depict-life-in-new-york-city-projects.html>)

A Cidade Aberta defende a existência de diversidade, que leva a estímulo – cultural, social, económico e criativo. Esta diversidade é inerente à prática da democracia, para que seja possível compreender e lidar com interesses e necessidades que não os próprios. Jacobs (1961, citada em Sennett & Sendra, 2020) argumenta que a Cidade Aberta é densa e diversa, seja na sua forma ou no seu conteúdo. Isto permite o surgimento de atividades inesperadas, derivadas da convergência entre pessoas diferentes, e das (micro)interações que acontecem entre si. A Cidade Aberta é uma cidade saudável, cuja diversidade é utilizada produtivamente e integrada no sistema social, económico e geográfico complexo que a compõe. (Sennett, 2011) Os habitantes conseguem lidar com a incompreensibilidade que advém da experiência em lidar com o que lhes é externo, através das *stranger skills* (competências em lidar com estranhos). A competência social que é desenvolvida apenas na cidade, fruto destas experiências, e que resulta na “tolerância da ambiguidade” e na “conexão a pessoas/coisas que não nos proporcionam prazer” sobrepõe-se à felicidade individual no que toca à qualidade de vida na cidade. (Sennett, 2011)

A Cidade Aberta é necessariamente heterogênea e encoraja um desenvolvimento urbano irregular e adaptado às suas circunstâncias específicas (Figura 1.3), mas que ocorre

gradualmente, por ser mais fácil adaptar à mudança, “*step by lived step*”. (Sennett & Sendra, 2020, p.27) É uma cidade que pode ter menos recursos materiais ou técnicos, mas que mesmo assim apela à sensação de pertença e individualidade dentro do espaço público.

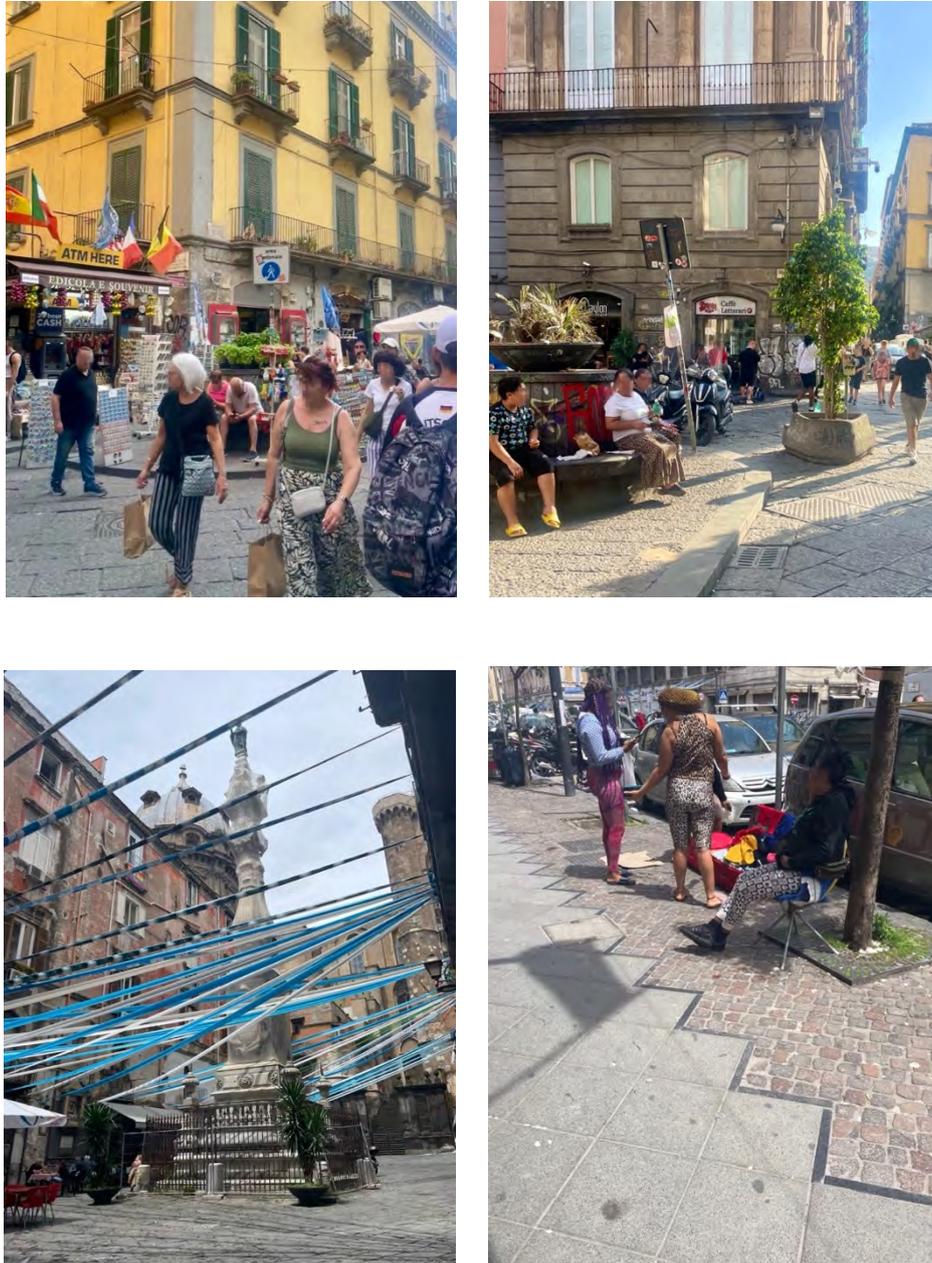


Figura 1.3

Nápoles, Itália - uma Cidade Aberta na ótica de Jacobs. Da autora.

O que constitui a Cidade Aberta é a própria diversidade e inclusão, características que lhe conferem uma estrutura flexível e adaptável às múltiplas expressões culturais, sociais e individuais dos seus habitantes. Nesta, a experimentação é encorajada, permitindo que diferentes ideias e práticas convivam e evoluam em conjunto. A informalidade e a imaginação

tornam-se elementos centrais, acolhidos tanto no desenho físico dos espaços urbanos como na sua organização social (Sennett & Sendra, 2020).

Através desta, a cidade não apenas reflete a complexidade dos seus habitantes, mas também permite que se moldem mutuamente, adaptando-se às mudanças e promovendo uma participação ativa dos cidadãos no seu desenvolvimento contínuo. Esta abordagem incentiva um urbanismo que vai além das normas pré-estabelecidas, criando um espaço verdadeiramente inclusivo e resiliente.

1.2. A representação espacial

Em *Designing Disorder*, Sennett e Sendra (2020) exploram o conceito de representação espacial como um elemento essencial para a criação de cidades mais abertas e inclusivas. Para eles, a representação espacial vai além da simples organização física dos espaços urbanos; trata-se de um processo que integra e reflete as dinâmicas sociais e culturais da cidade.

Sennett e Sendra defendem que a representação espacial numa Cidade Aberta deve favorecer a diversidade e a adaptabilidade, permitindo que os espaços se transformem ao longo do tempo em resposta às necessidades e às interações dos seus habitantes. Esta abordagem busca uma representação mais fluida e menos restritiva, que encoraja a experimentação e acolhe a informalidade. Através de uma representação espacial flexível, a cidade pode adaptar-se às práticas quotidianas, promovendo uma interação genuína entre as pessoas e o espaço urbano.

Para os autores, o ideal de uma representação espacial na Cidade Aberta implica um desenho urbano que não impõe usos específicos, mas que oferece múltiplas possibilidades de ocupação e uso, permitindo que a cidade seja moldada pelas experiências e pela participação ativa dos cidadãos. Este modelo contrasta com o urbanismo tradicional, que frequentemente limita a espontaneidade e a diversidade, privilegiando uma visão estática e controlada dos espaços públicos.

A caracterização do espaço físico de uma Cidade Aberta pode ser feita primeiramente com base em critérios, que definem princípios-chave a seguir por parte dos projetistas, seguido da forma física que estes espaços podem assumir.

1.2.1. Critérios de avaliação

Considerando a ética social, os critérios de planeamento para a Cidade Aberta visam torná-la acessível, inclusiva e versátil. Partindo da noção de 12 critérios de qualidade¹ (Gehl et al., 2006), o programa de desenho urbano deve pensar em como o espaço público pode fortalecer a estrutura social, as dinâmicas já existentes e o tipo de população (Figura 1.4).



Figura 1.4

Apropriação específica do espaço público - Málaga, Espanha. Da autora.

Tendo em conta esta estrutura social, os parâmetros de avaliação do desenho urbano enumerados por Gehl & Svarre (2013, p.106-107) relacionam-se com as possibilidades que o espaço público apresenta, e focam-se principalmente na experiência do utilizador no espaço. A Cidade Aberta reconhece a complexidade urbana e a especificidade das características do espaço, a sua história e os seus habitantes (Casas-Valle, Oliveira & Dias, 2023) e proporciona oportunidades a todos os utilizadores de realizarem atividades da sua preferência (Figura 1.5). Mesmo não participando ativamente na vida da rua, a presença de pessoas contribui para a atividade da mesma, o que acrescenta vivacidade ao espaço público. (Jacobs, 1961)

¹ Os 12 critérios enumerados por Gehl fazem parte de uma lista mais extensa, que caracteriza o desenho urbano em: análise da tarefa, programa, desenho e manutenção.



Figura 1.5

Atividades simultâneas no espaço público - Siena, Itália. Da autora.

Esta multitude de possibilidades leva a um espaço público mais frequentado, o que aumenta a percepção de segurança por parte dos seus utilizadores. (Jacobs, 1961; Stubbs, 2020) Adicionalmente, as atividades são complementadas por fatores que ditam a proteção dos utilizadores contra a sensação de insegurança, como a noção de “*eyes on the street*” (Jacobs, 1961, p.35) na forma de edifícios ou espaços que permeiam o espaço público, orientados para a rua e em interação direta com esta. Este conceito é relacionável à noção de *porosidade urbana*, ou o contacto entre o espaço físico e social (Stevens, 2020). A porosidade é um instrumento metafórico que auxilia à compreensão da articulação entre as ações desenvolvidas pelas pessoas que ocupam o espaço público, e como a forma deste pode contribuir para a inclusão.

Outra vertente de análise do espaço público na Cidade Aberta relaciona-se com a avaliação de um *place* (lugar) realizada pelos Project for Public Spaces (PPS), consoante os atributos-chave, as qualidades abstratas, e os dados utilizados para medir essas mesmas qualidades (Figura 1.6) (PPS, 2007). Estes atributos-chave classificam o espaço público em questões mais sociais, relacionadas com a percepção e a experiência do utilizador no espaço, ou mais físicas, ligadas à construção do espaço e as possíveis interações que este permite.

What Makes a Great Place?

Project
for Public
Spaces

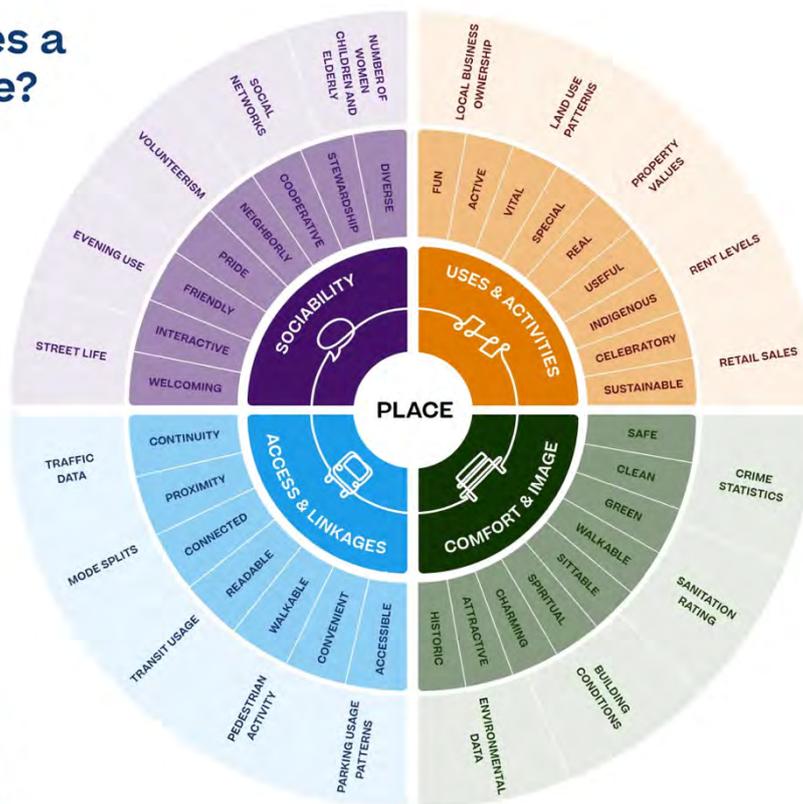


Figura 1.6

The Place Diagram. De *What Makes a Successful Place*, por PPS, n.d. (Fonte: <https://www.pps.org/article/grplacefeat>).

As ferramentas utilizadas para medir, por exemplo, a caminhabilidade e conexão do espaço público, através da avaliação da atividade pedestre e divisões modais de tráfego, contribuem para uma percepção da especificidade do lugar e de que modo o desenho pode auxiliar nestes aspetos. As análises observacionais e os mapeamentos que originam (Gehl, J. & Svarre, B., 2013; Gehl Institute, 2016) são instrumentos importantes para compreender a dinâmica local (Figura 1.7) e facilitar o desenho de formas abertas.



Figura 1.7

Padrões de caminhada no complexo residencial Emaljehaven em Copenhaga.

Adaptado de *How To Study Public Life* (p. 28), por J. Gehl & B. Svarre, 2013.

1.2.2. Tipologias de formas abertas

Os critérios que determinam o espaço físico são conjugáveis entre si e podem ser relacionados com certo tipo de formas. A Cidade Aberta é composta por uma *assemblage* de formas urbanas, comparável a uma variedade de imagens, repetidas em circunstâncias diferentes, mas dispostas de maneira diversa (Sennett, 2018), o que contribui para a especificidade de cada lugar.

O conhecimento que advém da vivência urbana e que define a ética social a adotar perante a cidade permite classificá-la em formas físicas abertas. Sennett (2018) refere cinco formas que resultam: (1) da experiência de multidões a conviver e a realizar atividades simultaneamente; (2) da necessidade de identificar um lugar através de pontos de referência; (3) da vivacidade das fronteiras de um lugar; (4) da evolução contínua da cidade; e (5) da repetição das mesmas formas em circunstâncias diversas.

A *forma síncrona* remete à simultaneidade de pessoas reunidas no mesmo local, a realizar atividades diferentes. Em termos formais, estes espaços assemelham-se a um bazar (Sennett, 2018), onde um princípio orientador define e proporciona algum tipo de ordem. Este

conceito remonta à Grécia Antiga, onde a *ágora* (Figura 1.8) era uma forma urbana aberta, que convidava à participação casual na vida da cidade através da sua constituição formal (Sennett, 2018). A importância da ágora na vida da cidade pode ser relacionada hoje à de uma praça pública (Figura 1.9), ainda mais aberta na sua constituição social do que a sua congénere grega. Estes espaços rodeiam-se de elementos construídos e reúnem no seu centro a possibilidade para estas atividades múltiplas. A conjugação destas características sociais e formais é única a cada lugar; da mesma forma que diferentes grupos de pessoas frequentam diferentes praças, a envolvente e os elementos que as constituem serão diversos entre si. Um espaço síncrono convida as pessoas a interagirem, de forma autónoma, em torno da espontaneidade e variedade que aqui encontram (Sennett, 2018).

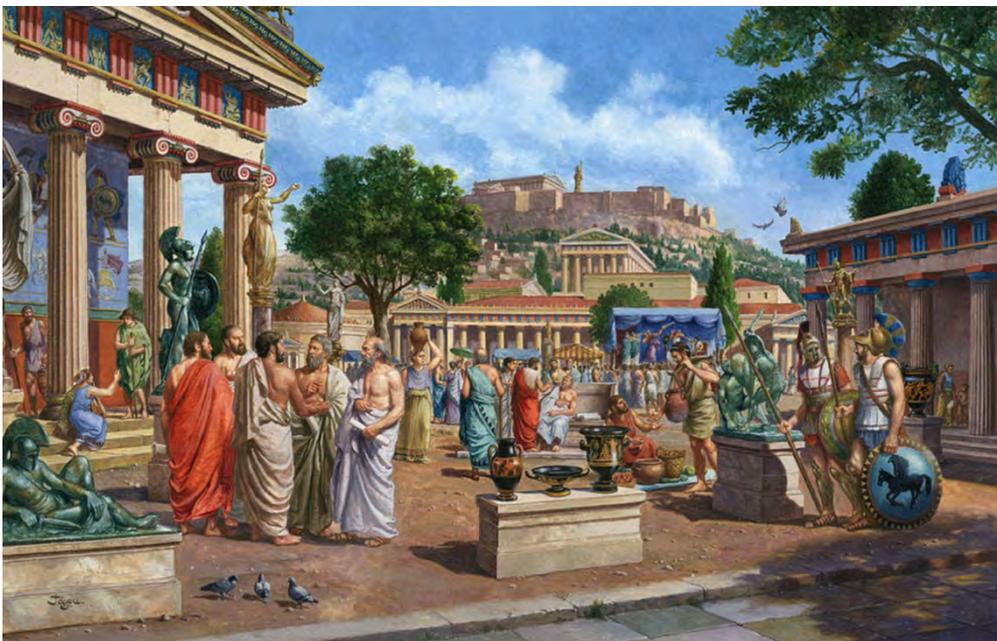


Figura 1.8

Forma síncrona clássica. Adaptado de Science Source, por C. Jegou, 2022. (Fonte: <https://prints.sciencesource.com/featured/ancient-greek-agora-illustration-christian-jegou.html>)



Figura 1.9

Forma síncrona atual - Piazza del Plebiscito, Nápoles, Itália. Da autora.

O conceito de Porosidade está intrinsecamente ligado à forma física aberta; uma forma porosa está aberta a intercâmbios, que acolhe sem alterar a essência do seu funcionamento. Enquanto Stevens (2020) aborda a porosidade como um conceito que interliga a *ville* e a *city* de Sennett (2018), este último indica que um edifício poroso tem “um fluxo aberto entre o interior e o exterior”. No entanto, mantém uma estrutura que “retém a configuração das suas funções e forma (Sennett, 2018, p. 218). Relacionando a noção de porosidade à forma urbana aberta implica pensar nas delimitações das cidades, e se estas permitem ou não a passagem livre de pessoas e a comunicação e a exposição a diferentes realidades.

Sennett (2018) distingue um Limite, rígido e não trespassável, que implica o fim de algo, de uma Fronteira, flexível e porosa, onde ocorrem intercâmbios. A transformação de um Limite numa Fronteira proporciona porosidade às formas urbanas, afastando-as da rigidez imposta pelo planeamento urbano. A proposta de Steven Holl para a High Line de Nova Iorque estende-se como um “braço urbano” que transforma uma infraestrutura rígida, uma linha ferroviária em desuso que se impõe sobre e divide a malha urbana, num espaço vivido que acrescenta porosidade à cidade (Figura 1.10). De maneira a construir comunidades vibrantes e diversas que prosperam pela sua capacidade de adaptação, a Cidade Aberta deve opor-se a esta noção de rigidez, contrariando-a através de formas físicas que encorajam a abertura.

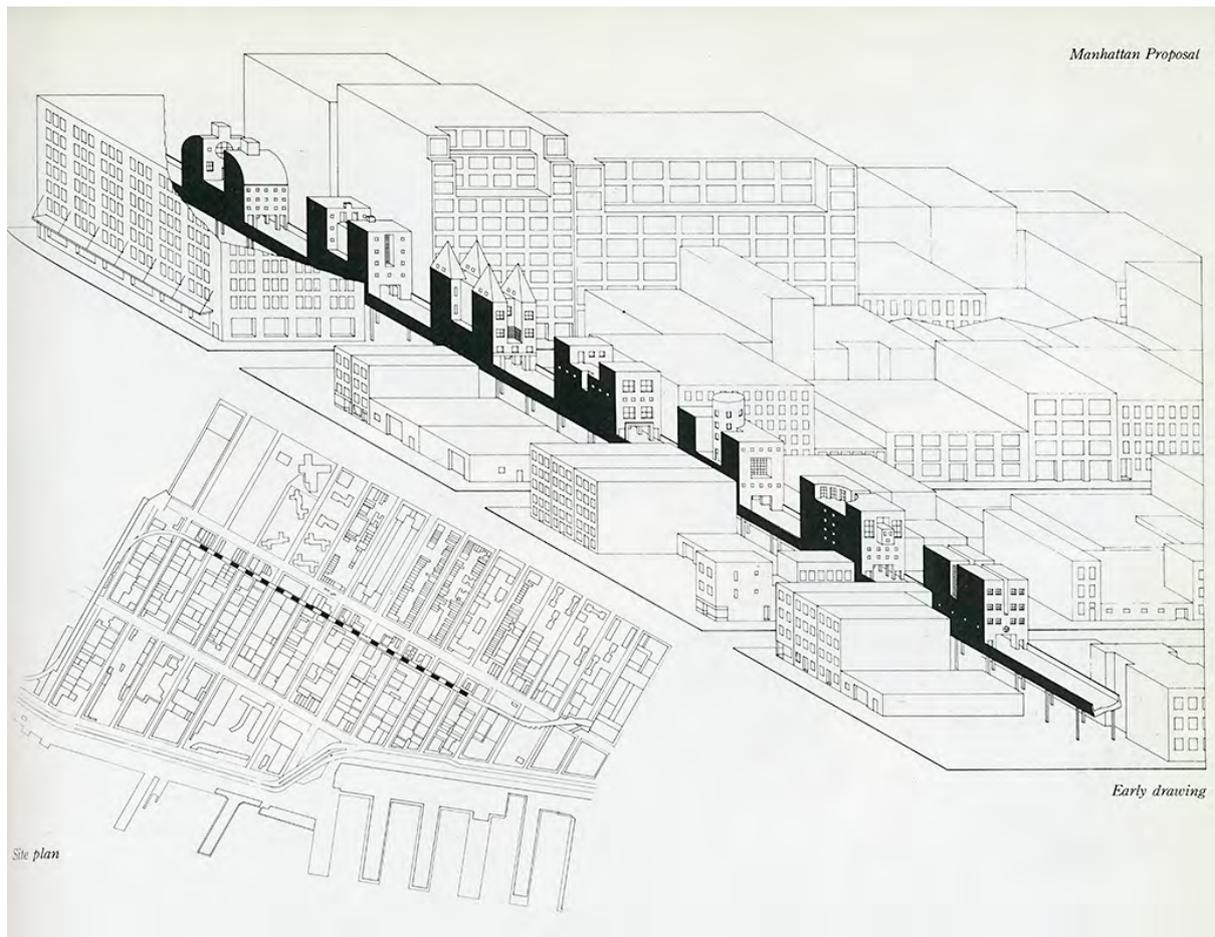


Figura 1.10

Bridge of Houses. Adaptado de *GA Houses* (10ª ed., p. 131), Steven Holl Architects, 1982. (Fonte: <http://www.rndrd.com/n/1619>)

Pode também pensar-se o espaço público através de três formas de ADN urbano, definidas por Sennett & Sendra (2020): (1) Territórios de Passagem; (2) Objetos Incompletos; e (3) Narrativas Não-Lineares. Cada um desses elementos contribui para um urbanismo mais flexível e adaptável, que acolhe a diversidade e promove uma interação espontânea entre os habitantes e o espaço urbano.

Os Territórios de Passagem compreendem a noção de Limite vs. Fronteira explorada por Sennett (2018), e relacionam-se à experiência urbana que estas formas proporcionam através da sua capacidade de incluir ou de segregar. A relação com a forma da parede feita por Sennett & Sendra (2020), aparentemente contraditória à noção de passagem, ilustra o efeito que estes limites e fronteiras têm na transição entre diferentes lugares da cidade. Segundo esta perspetiva, a parede pode assemelhar-se mais à noção de uma parede celular, como na Figura 1.11, em que a muralha que delimitava a cidade de Lauro é transformada num espaço de transição vivido, que retém a sua estrutura original, mas com capacidade de

ser porosa. (Sennett & Sendra, 2020, p. 28) De maneira semelhante, a fronteira pode ser uma maneira de transformar a transição entre diferentes lugares da cidade num processo interativo.



Figura 1.11

Plano regulador de Lauro. Adaptado de *Architettura Arte Moderna* (p. 24) por F. Moschini, n.d. (Fonte: <http://ffmaam.it/GALLERY/0/0/1174922752.pdf>)

Os Objetos Incompletos (Sennett & Sendra, 2020) referem-se a estruturas urbanas deliberadamente deixadas inacabadas ou flexíveis, permitindo que sejam adaptadas e reinterpretadas pelos próprios utilizadores ao longo do tempo. Esta intencionalidade convida à apropriação e à modificação pelos habitantes, incentivando uma relação ativa com o espaço. Este rompe com o urbanismo tradicional, que normalmente oferece estruturas acabadas e inalteráveis, limitando a possibilidade de transformação e personalização.

No conceito de Narrativas Não-Lineares, os autores propõem uma abordagem para o espaço urbano que não segue uma lógica sequencial ou previsível (Sennett & Sendra, 2020). Em vez de um percurso linear, as narrativas não-lineares oferecem múltiplos caminhos e interpretações para o mesmo espaço, permitindo que os habitantes construam suas próprias experiências e significados. Esta pluralidade de narrativas valoriza a diversidade e promove a inclusão, ao proporcionar a cada pessoa a oportunidade de viver a cidade de forma única e personalizada.

Em conjunto, os três elementos propostos por Sennett e Sendra (2020) formam a base de um urbanismo aberto, flexível e participativo, onde a cidade é continuamente moldada

pelas práticas e pela criatividade dos seus habitantes. Estes conceitos desconstruem a rigidez dos modelos urbanos convencionais e promovem uma cidade em que a inovação e a adaptação se tornam os princípios fundamentais.

Quando aplicados ao planeamento e desenho urbano, estes critérios de avaliação e tipologias de formas abertas conferem à cidade um carácter mais democrático.

Tal abordagem não só responde à questão social, mas também materializa a noção de uma “experiência táctil” (Sennett & Sendra, 2020), que molda a forma como as pessoas interagem entre si e com o espaço urbano. Esta experiência, centrada na sensibilidade e na adaptação ao ambiente, torna-se essencial para um urbanismo que se constrói de modo dinâmico e inclusivo.

A cidade democrática, e, assim, aberta, emerge como um fórum, um espaço de encontro e convivência, onde pessoas de diferentes origens e perspectivas podem interagir (Sennett & Sendra, 2020). Neste contexto, o urbanismo aberto possibilita que a cidade se adapte continuamente às necessidades dos seus habitantes, promovendo uma interação mais profunda e significativa com o espaço público, em que todos se sentem parte integrante e ativa do tecido urbano.

1.3 O diálogo como ferramenta

O diálogo ajuda a estabelecer a conexão entre as pessoas e o espaço que estas percorrem e ocupam. Além da negociação que ocorre para uma ocupação harmoniosa do espaço, pode pensar-se o diálogo como uma parte integrante da própria construção do espaço, presente não apenas na maneira como é utilizado, mas inerente à sua composição.

1.3.1. Processos participativos

Os processos participativos, que envolvem o cidadão comum no planeamento e tomada de decisões relativamente à sociedade onde se insere, são essenciais como ferramenta de ligação na construção do espaço da Cidade Aberta. Para classificar as diferentes formas de participação dos cidadãos, Arnstein (1969) divide-as em oito degraus (Figura 1.12).

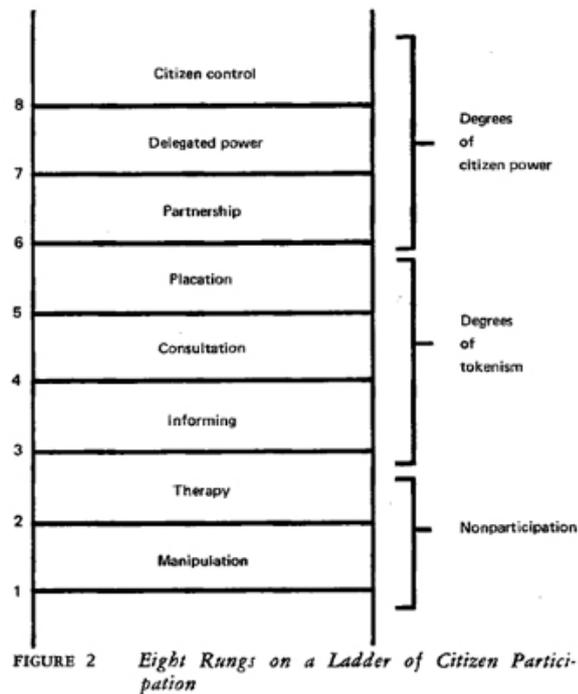


Figura 1.12

Escada de Participação Cidadã. Adaptado de A Ladder of Citizen Participation, por S. R. Arnstein, 1969, *Journal of the American Institute of Planners*, 35 (4), pp. 216-224 (Fonte: <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>)

Os três degraus superiores, que implicam um grau superior de envolvimento dos cidadãos, contribuem para as noções de ética social que se encontram na base da construção do espaço. Uma *parceria* implica a negociação e a partilha do poder entre os cidadãos e as entidades que o detêm. Apesar de os cidadãos não deterem o controlo sobre todas as decisões tomadas, e existirem algumas limitações no nível de poder – que podem ocorrer, por exemplo, devido a “inadequações” na estrutura social que compõe as comunidades desfavorecidas e que as impedem de se organizar de maneira melhor (Arnstein, 1969) –, uma parceria pode contribuir significativamente para a autodeterminação de uma comunidade. Tanto o Poder Delegado como o Controlo dos Cidadãos se apresentam como formas de governança em que os cidadãos possuem a maioria do poder decisivo, e, por isso, uma autonomia quase total no processo de tomada de decisão. Acima de tudo, estas maneiras de participação significam que os cidadãos se encontram capacitados para tomar decisões de elevada relevância e com verdadeiro impacto.

Em Lisboa, os programas BIP/ZIP (Bairros ou Zonas de intervenção Prioritária), numa articulação entre as entidades municipais e organizações locais, auxiliam a regeneração

urbana ao promover e financiar projetos nos bairros e zonas mais carenciados da cidade. A identificação destas zonas (Figura 1.13) foi feita pelas entidades municipais em 2011, com base no cruzamento de dados estatísticos aplicados por cima de um mapa da cidade, originando uma série de manchas que permitiram verificar onde se encontravam mais carências a nível de condições socioeconómicas, ambientais e de urbanismo. Estas manchas permitiram, de seguida, identificar “fraturas socio-territoriais” (Lisboa, n.d.), o que por sua vez levou ao trabalho no terreno com organizações locais, de modo a identificar e caracterizar melhor estes locais.

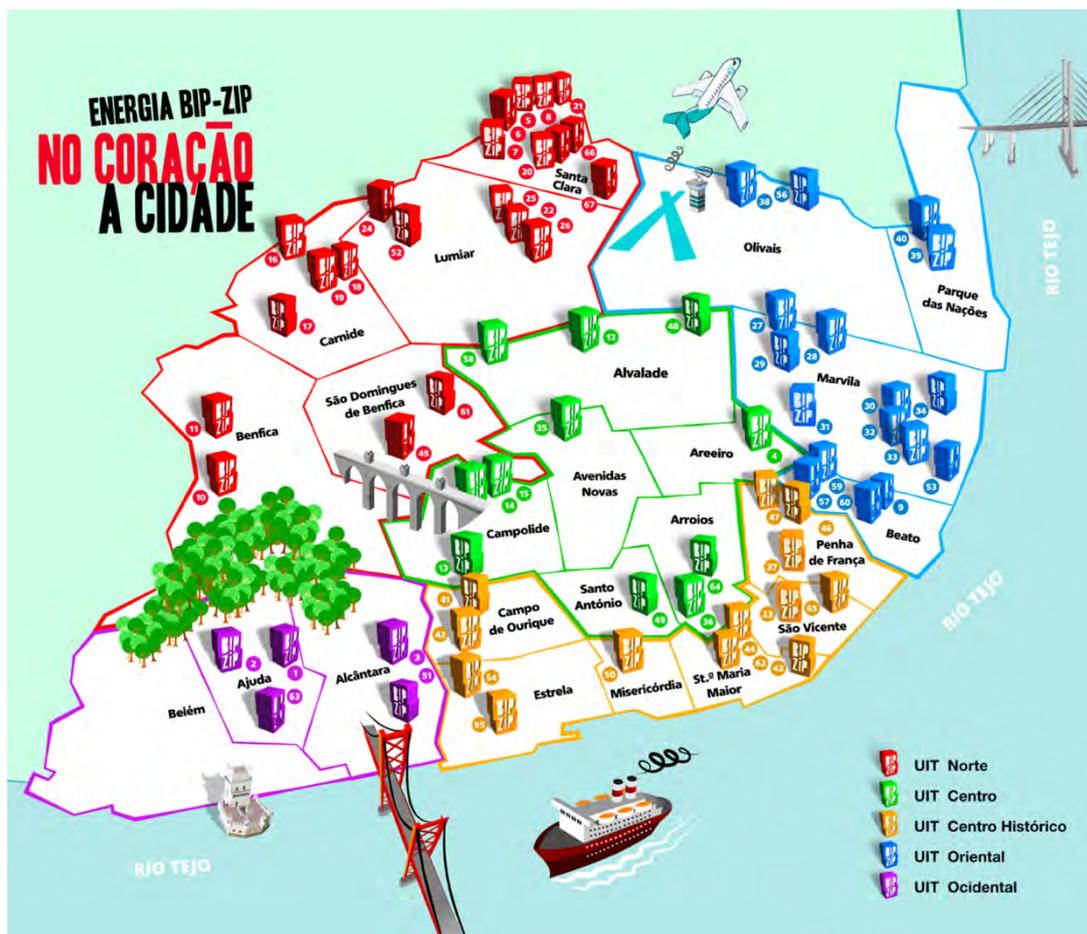


Figura 1.13

Carta dos BIP de Lisboa. Adaptado de Lisboa, por CML, n.d. (Fonte: <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/carta/index.htm>)

Para melhorar estas zonas identificadas, o programa anual do BIP/ZIP organizado pela CML promove parcerias e projetos a um nível local, estimulando a criação de parcerias entre entidades formais e informais, com financiamento municipal que permite projetos autossuficientes benéficos para as comunidades. Como resultado deste programa e modelo

de governança, as intervenções levadas a cabo em Lisboa (Figura 1.14) são consideradas um exemplo a nível europeu.

Para melhorar estas zonas identificadas, o programa anual do BIP/ZIP organizado pela CML promove parcerias e projetos a um nível local, estimulando a criação de parcerias entre entidades formais e informais, com financiamento municipal que permite projetos autossuficientes benéficos para as comunidades. Como resultado deste programa e modelo de governança, as intervenções levadas a cabo em Lisboa (Figura 1.14) são consideradas um exemplo a nível europeu.



Figura 1.14

Projeto financiado pelo BIP. Adaptado de Cresc(h)er na Rua. Por Trienal de Lisboa, 2023. (Fonte: <https://vimeo.com/842861066>)

Nota. O projeto-piloto Cresc(h)er na Rua permite a crianças da creche e infantário de S. Vicente/Penha de França ter acesso regular a espaços públicos naturais.

O codesenho é um dos aspetos fundamentais para o diálogo na construção do espaço da Cidade Aberta. Sendra (2023) define um conjunto de princípios-guia para a ética do co desenho, essenciais para um processo que tem em conta os interesses da população. Distingue a participação pública do co desenho, salientando a importância do “desenho em conjunto”, que apenas ocorre quando o enquadramento de políticas aborda o contexto social, reconhecendo as suas debilidades e criando estruturas que permitem capacitar as pessoas para serem parceiras das entidades técnicas na construção de soluções.

Trata-se de considerar a população geral como “*full partners* na coprodução de conhecimento”, (Sendra, 2023, p. 6) o que implica um grande grau de envolvimento e interesse em envolver a população, tendo presente a noção de ética social inerente ao processo. (Kelly, 2019, conforme citado em Sendra, 2023, p. 10).

O codesenho humaniza a prática urbanística, aproximando-a das necessidades reais das pessoas e atribuindo-lhe um carácter mais social, relacionado à apropriação do espaço e à

expressão por parte das pessoas que o ocupam (Viana & Carvalho, 2017). Envolvendo continuamente os cidadãos no processo de definição dos espaços que vão utilizar, atende-se às especificidades do local e proporcionam-se intercâmbios mútuos de saber entre os intervenientes do processo. Como explica Sennett (2018, p. 253), “o valor da coprodução é que fala no plural, criando versões diferentes de cidades abertas, ao invés de no singular”.

1.3.2. *Placemaking*

Os arquitetos e urbanistas como peritos, exercem a democracia através da promoção de processos em diálogo permanente, de “feedback em continuum” (Viana & Carvalho, 2017) que estimulam o envolvimento da população geral no desenho da cidade.

O *Placemaking* é simultaneamente uma filosofia que orienta os princípios de co-desenho e um processo tangível e aplicável na disciplina do planeamento urbano (Project for Public Spaces, 2017).

The Placemaker's Guide to Building Community (2010) explora o conceito centrando-se em estratégias para envolver ativamente as comunidades no processo de criação de espaços urbanos. Nabeel Hamdi defende que o verdadeiro sucesso de um espaço público reside na sua capacidade de atender às necessidades dos seus utilizadores. É mais eficaz quando a comunidade se sente parte ativa no processo, sendo este um caminho para construir lugares que não apenas funcionam bem, mas que são também representativos da identidade e das aspirações dos seus habitantes.

Como estratégia, deve analisar-se a interação entre três componentes diferentes (Figura 1.15): o *Hardware*, o *Software* e o *Orgware* (Laven, 2019).

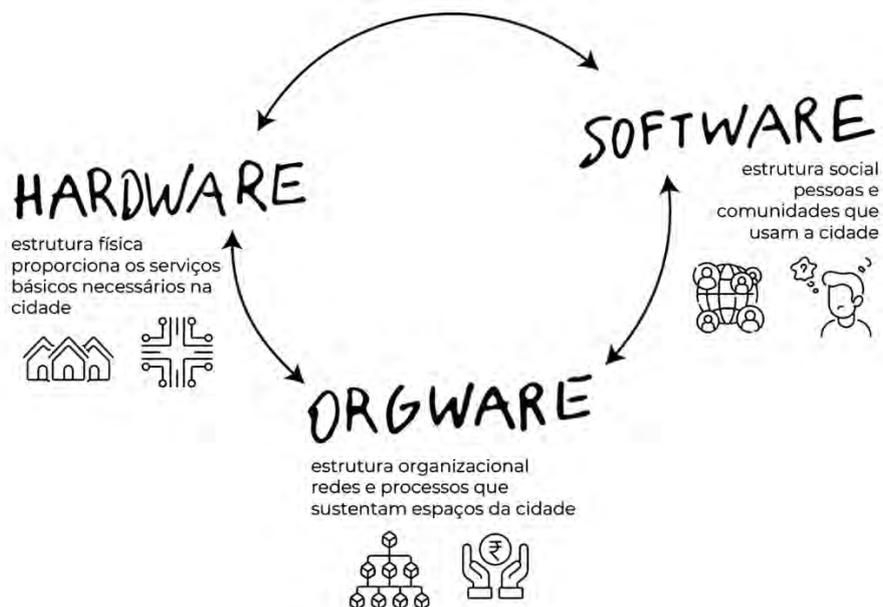


Figura 1.15

Componentes do placemaking. Da autora. Adaptado de Placemaking Europe (1ª ed.), Our City? Countering Exclusion in Public Space (p. 9), por J. Laven, 2020 (Fonte: <https://stipo.nl/app/uploads/2020/04/OUR-CITY-E-book.pdf>)

Como orientação para a realização deste processo colaborativo, os PPS (2017) definem uma estratégia de cinco etapas (Figura 1.16). Nestas etapas, a presença de atores da comunidade desde o início do processo cria uma sinergia entre o conhecimento técnico e o conhecimento local. No passo 3, a visão do *place* (ou lugar) declara os objetivos comuns entre os diversos atores, que delimitam estratégias e experiências a aplicar. Os princípios do *placemaking* centram-se na experiência do utilizador no *place*, valorizando as diferentes disciplinas teóricas ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de soluções que analisam diferentes perspetivas, de modo a atingir vantagens comuns (Williams, 2019).

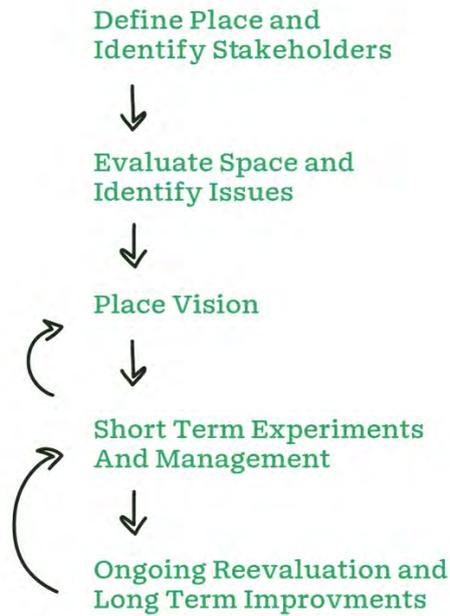


Figura 1.16

O processo de *placemaking*. Adaptado de *The Placemaking Process*, por PPS, 2017.

(Fonte: <https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places>)

1.4. A acessibilidade

A importância de reunir diferentes tipos de contributos para o desenho, conceção e definição do espaço público relaciona-se com o conceito de Acessibilidade. No contexto da arquitetura e planeamento urbano, mais concretamente do desenho de rua, pode definir-se como a “maior ou menor facilidade que (uma) via oferece para levar os seus utentes aos respetivos destinos finais” (IMT, 2024a, p. 22).

Ao contrário da *mobilidade*, focada na “capacidade e velocidade de escoamento dos fluxos de pessoas e bens” (IMT, 2024a, p. 22) e, por isso, mais relacionada com as modalidades de transporte, a acessibilidade centra-se na experiência do utente rodoviário e a oportunidade que este tem em aceder aos mesmos serviços e informações que os restantes utentes, independentemente da sua condição.

Associando a acessibilidade aos princípios definidos para a Cidade Aberta, este conceito pode subdividir-se em: (1) Acessibilidade social, relacionada com as Pessoas e o Diálogo; e (2) Acessibilidade física, relacionada com o Espaço.

A primeira considera os utilizadores do espaço público que compõem o sistema de tráfego (Figura 1.17) e que têm condições de mobilidade diferente, priorizando os que

apresentam mais vulnerabilidade de forma que possam utilizar o espaço público em segurança.



Figura 1.17

Elementos do sistema de tráfego. Da autora. Adaptado de *Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos – Fascículo 1*, por IMT, 2024 (Fonte: https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_I_2024_digital.pdf)

As diferentes necessidades de acessibilidade de cada tipo de utilizador estão diretamente relacionadas com o conceito de mobilidade. Os utilizadores mais vulneráveis deslocam-se a velocidades mais lentas, como é o caso dos peões e dos vendedores ambulantes (Figura 1.18). Estas deslocações mais lentas e imprevisíveis significam que se torna necessário conciliar a sua coexistência com o resto do tráfego. De forma a minimizar os acidentes com estes utentes mais vulneráveis, o tráfego motorizado deve ser realizado em velocidades mais baixas e seguras (IMTa, 2024).

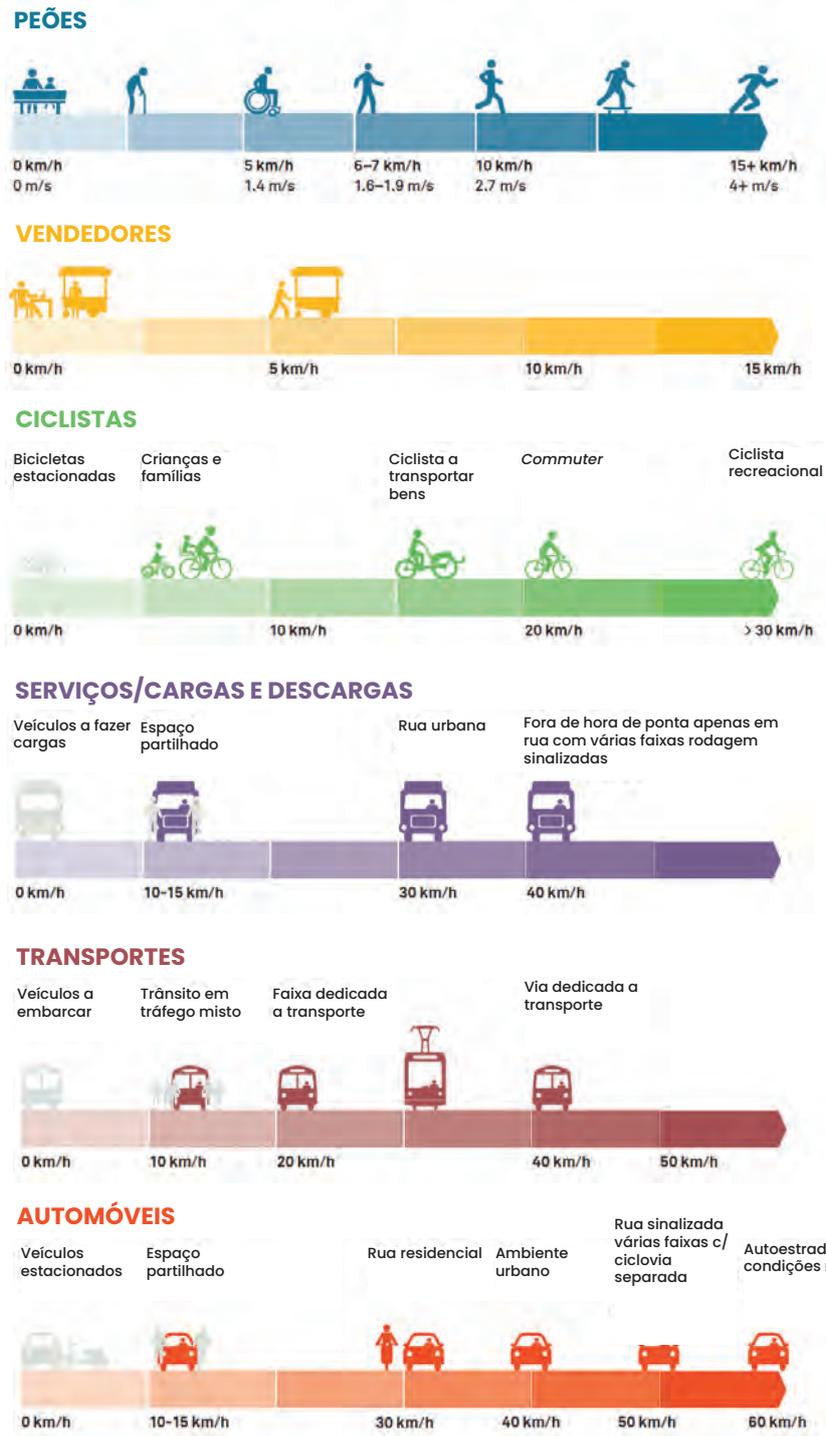


Figura 1.18

Velocidades dos utilizadores do espaço público. Adaptado de Global Street Design Guide, por Global Designing Cities Initiative, 2016. (Fonte: <https://globaldesigningcities.org/publication/global-street-design-guide/>)

Para este efeito, as zonas urbanas estão categorizadas em diversos níveis que detalham a relação entre a função de *tráfego* e a de *habitar*, sendo estas mais relacionadas com a

circulação automóvel ou a fruição do espaço, respetivamente. Nos arruamentos residenciais de nível IV, com velocidades máximas permitidas de 30 km/h, inserem-se os tipos de ruas que priorizam a acessibilidade e a fruição do espaço público, onde prevalece o peão (IMTa, 2024).

	Subcategoria	Velocidade máxima (km/h)	Composição do tráfego	Regime de circulação *
Arruamento Residencial	Rua em Zona 30	30	Misto	Dentro das Localidades
	Rua de Coexistência	20**	Misto	Zona Residencial de Coexistência
	Rua Pedonal	Não aplicável	Apenas peões	-

Figura 1.19

Categorização ao nível do arruamento residencial. Adaptado de *Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos – Fascículo 1*, por IMT, 2024. (Fonte: https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_1_2024_digital.pdf)

Numa Rua de Coexistência, os utilizadores mais vulneráveis são considerados prioritários e têm o direito a utilizar toda a largura da via pública, seja para deslocação como para realizar atividades. O desenho inclusivo, através de uma plataforma única que não separa o perfil de rua de acordo com modalidades de transporte, garante a *acessibilidade física* (Código da Estrada, art.º 78A) ao eliminar barreiras arquitetónicas. Todos os utentes têm a possibilidade de utilizar o espaço público, desde que seja respeitada uma velocidade máxima de 20 km/h, compatível com a circulação do peão e que permite minimizar consequências graves em caso de acidente (IMT, 2024a). O desenho das Zonas de Coexistência (ZDC) limita o tráfego motorizado de atravessamento, priorizando os acessos funcionais (IMT, 2024b), como às habitações e aos serviços de cargas e descargas, sem segregar o espaço destinado à circulação automóvel dos restantes. A redução da velocidade do automóvel e as restrições de circulação contribuem para o usufruto do espaço pelas pessoas, sem comprometer a circulação de veículos de emergência e de serviços. O mobiliário urbano nas ZDC, conjuntamente com a materialidade e a paisagem, contribuem para um espaço amenizado que acalma a intensidade de tráfego (IMT, 2024b).



Figura 1.20

Rua de Coexistência – Málaga, Espanha. Da autora.



Figura 1.21

Rua de Coexistência – Amiens, França. Da autora.

CAPÍTULO 2 | ENSAIO METODOLÓGICO

Este capítulo encontra-se estruturado em 4 subcapítulos. O primeiro aborda a entrevista realizada a David Leite Viana, no âmbito da complementação de noções acerca da Cidade Aberta e dos processos participativos como ferramenta para o desenho do espaço público.

O segundo subcapítulo consiste na caracterização do território em estudo Galinheiras e Ameixoeira, em especial a Avenida Glicínia Quartin, que inclui: (1) o mapeamento à escala urbana; (2) a caracterização sociodemográfica realizada na fase de grupo; (3) o mapeamento à escala da rua; e (4) a proposta da Via Estruturante de Santa Clara.

O terceiro subcapítulo centra-se em casos de estudo de projetos de espaço público relacionados com a noção de Cidade Aberta: (1) Gillett Square em Londres; (2) Dream Hamar em Hamar; (3) Superilles em Barcelona; e (4) Superkilen em Copenhaga.

O quarto e último subcapítulo descreve as etapas de contacto com o território e a população no âmbito da realização do processo participativo que auxilia a elaboração do projeto.

2.1. Entrevista a David Leite Viana

A entrevista realizada ao Arquiteto David Leite Viana (comunicação pessoal, 8 novembro, 2023) ([ver Anexo A](#)) proporciona um maior enquadramento sobre a definição de Cidade Aberta e o papel dos arquitetos e responsáveis pelo planeamento e desenho urbano. Sendo a Cidade Aberta “uma cidade do diálogo”, e, “por outro lado, [...] da partilha” (Viana, 2023), a comunicação e o diálogo continuado com a população são importantes para a realização de processos participativos. Os agentes de planeamento devem facilitar e criar canais de diálogo, para utilizar a diversidade de forma integrada no sistema complexo que é a cidade (Sennett, 2011).

Na base desta ideia assenta a “construção coletiva do território”, na qual o arquiteto possui responsabilidades: (1) na Produção; (2) na Partilha; (3) no Engagement; e (4) no Diálogo. (Viana, 2023) A Produção relaciona-se com a possibilidade de o arquiteto criar conhecimento e informação específicos à sua prática profissional. Aliando o conhecimento local dos moradores ao seu conhecimento técnico, as soluções propostas estão dotadas de um conhecimento mais profundo do território, e tendencialmente, mais adequado às suas necessidades. De seguida, o arquiteto deve *partilhar* o seu *know how* de uma forma pessoal e direta (Viana, 2023) com a população que pretende envolver.

Tal como o LabTUR 2.0 aplica o conceito das tecno políticas, também Viana menciona a importância da “digitalização do nosso quotidiano e os avanços tecnológicos” para a maior disseminação das possibilidades da cocriação (Figura 2.1).

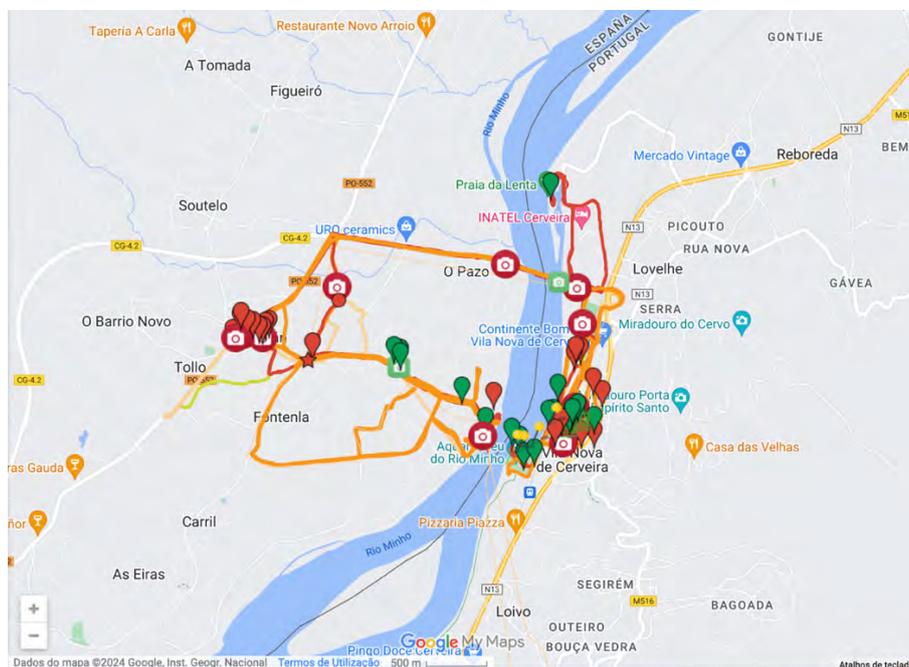


Figura 2.1

Mapa Colaborativo de Vila Nova de Cerveira e Goián. Adaptado de Google Maps, 2016.
(Fonte: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=z4>)

Nota. Mapeamento coletivo de pontos positivos e negativos com recurso a dispositivos móveis com GPS para escolher a melhor localização para uma nova ponte. As linhas rastreiam o percurso de cada participante, os marcadores verde e vermelho os pontos positivos e negativos, com anotações.

Partilhar as experiências e soluções não é apenas um método para conseguir participação, mas também uma forma de discutir posterior e coletivamente sobre os resultados obtidos, aproximando a Cidade Aberta da prática da democracia.

Aliado à partilha de soluções, o *Engagement* dos diversos atores é necessário para haver um compromisso com a realização do processo participativo. Viana refere que este envolvimento está condicionado pela capacidade de inovação e de diálogo. Este Diálogo, uma abordagem abrangente à prática da arquitetura, que envolve a comunicação com e entre entidades, pretende produzir soluções diferentes das convencionais. Depende da disponibilidade dos participantes e tem uma grande capacidade condicionante das soluções atingidas.

Estas soluções derivadas dos processos participativos são ferramentas que o arquiteto possui à sua disposição para implementar mudanças no território onde atua. David Leite Viana tipifica soluções que podem contribuir para um desenho mais inclusivo – o S3I's. Esta categorização tripartida (Figura 2.2) define-as como inovadoras, inclusivas e inteligentes.

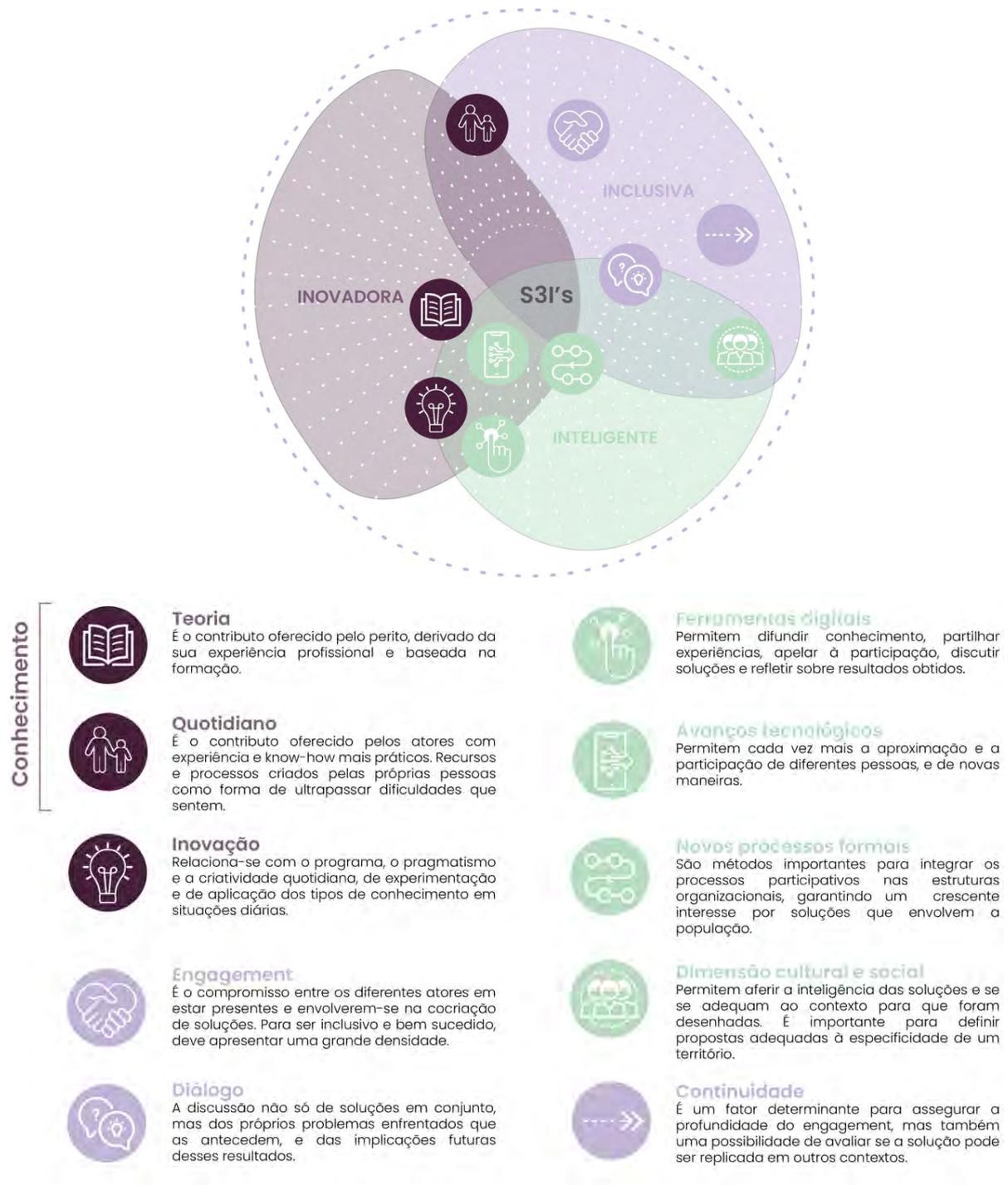


Figura 2.2
Categorização dos S3I's. Da autora.

Os processos participativos são uma ferramenta integrante do conceito de Cidade Aberta, ao aliar diferentes contributos e métodos para atingir soluções adequadas ao território. A análise do território e de casos de estudo feita conseqüentemente permitirá adequar melhor a estratégia pretendida para o processo participativo a realizar no território das Galinheiras.

2.2. Caraterização das Galinheiras

2.2.1. Mapeamento à escala urbana

A freguesia de Santa Clara localiza-se no extremo norte da cidade de Lisboa, delimitada a norte pelos municípios de Odivelas e Loures e a nascente pelo Eixo Norte-Sul, uma grande infraestrutura viária que atravessa a cidade e divide a freguesia em 2 zonas: a nascente, a Alta de Lisboa, e a poente as Galinheiras e Ameixoeira. No âmbito do LabTUR 2.0, definiu-se a área de intervenção das Galinheiras e da Ameixoeira (Figura 2.3).

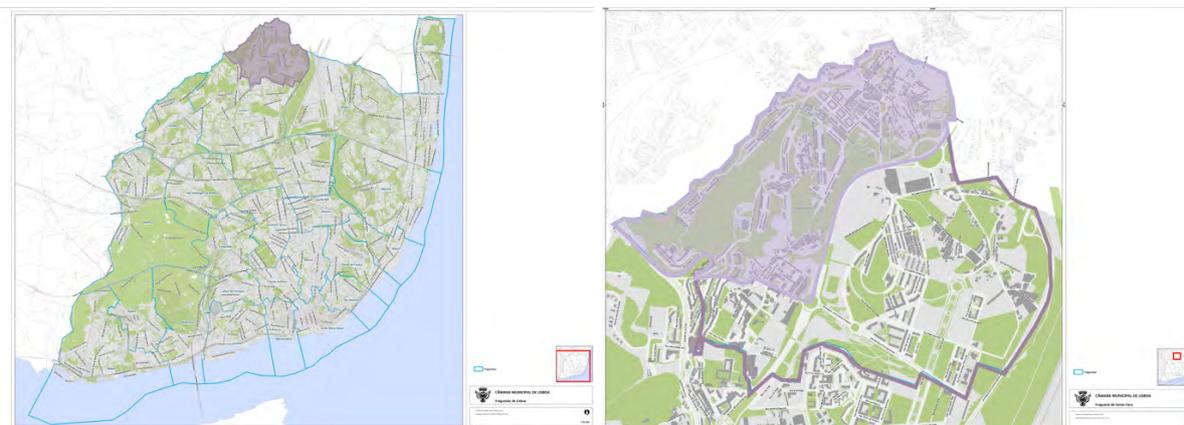


Figura 2.3

Freguesia de Santa Clara e área de estudo delimitada no LabTUR 2.0. Da autora.
Adaptado de Lisboa Interativa, por CML, 2021. (Fonte: <https://websig.cm-lisboa.pt/>)

A condição periférica das Galinheiras e Ameixoeira sempre afetou o seu modo de ocupação. Até ao início do séc. XX, esta área era composta por zonas agrícolas que serviam a cidade, com as antigas azinhagas que a conectavam ao centro de Lisboa. Posteriormente, as quintas foram sendo abandonadas “pelos proprietários que mais tarde autorizaram o aproveitamento dos pátios e terrenos não cultivados para se construírem barracas” (CML, n.d.) que albergavam os novos habitantes da cidade. A estas construções agregam-se as

vilas operárias e as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), habitações de construção própria, que contribuem para a criação de uma zona desqualificada, com carências sociais, habitacionais, urbanísticas e a nível de espaço público. Já nos anos 90 do séc. XX, o Programa Especial de Realojamento (PER) realoja os habitantes dos bairros de barracas, através da construção de prédios de habitação de iniciativa pública (Meireles, 2023). A análise de cartografia histórica (Figura 2.4) exemplifica o desenvolvimento morfológico das Galinheiras e Ameixoeira.

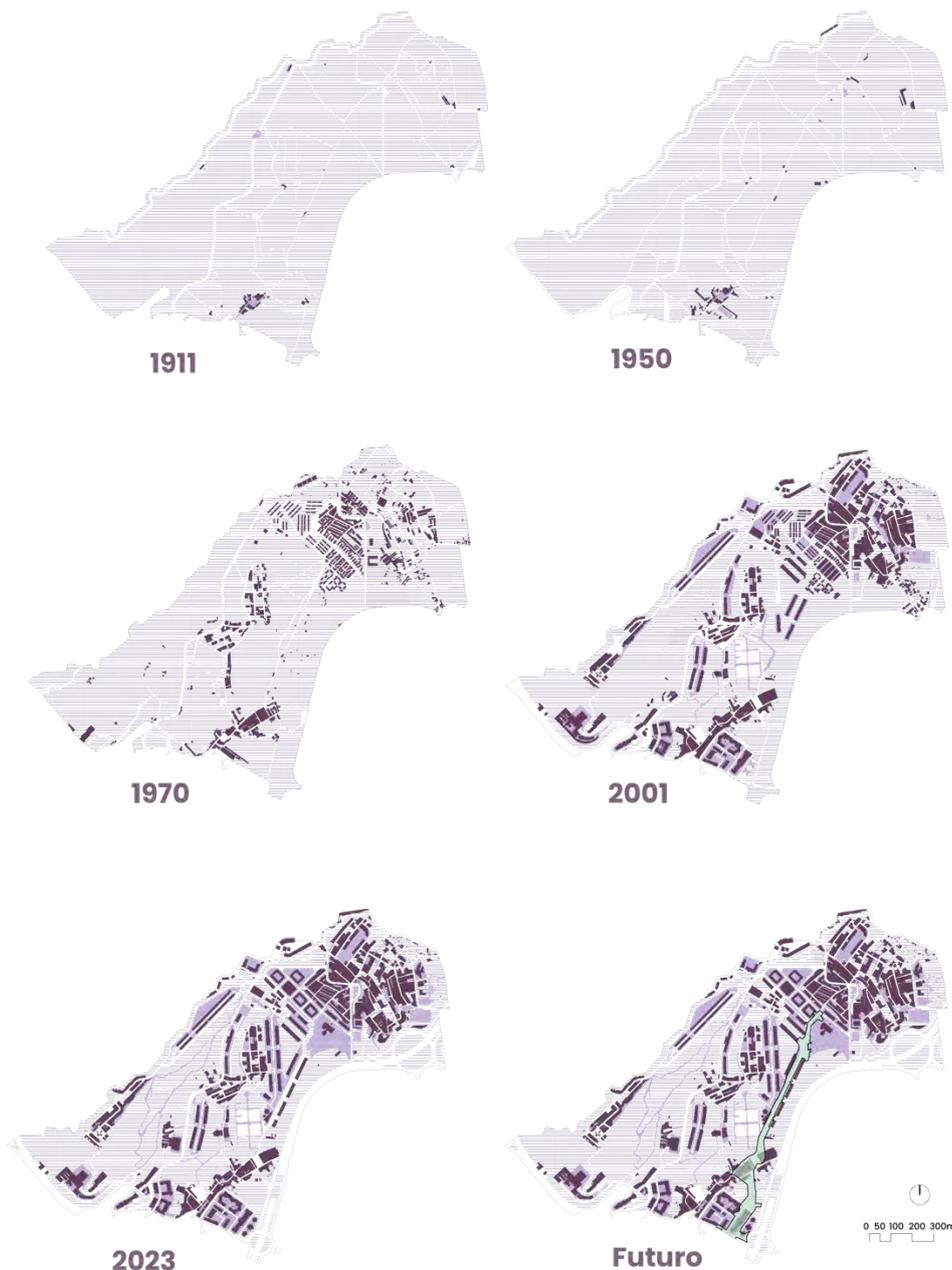


Figura 2.4

Evolução morfológica das Galinheiras e Ameixoeira. Da autora. Adaptado de Lisboa Interativa, 2023. (Fonte: <https://websig.cm-lisboa.pt/>)

A evolução de génese ilegal e a condição periférica das Galinheiras e Ameixoeira contribuem hoje para uma área fragmentada social e territorialmente (Figura 2.5) e com fraca acessibilidade ao resto da cidade de Lisboa.

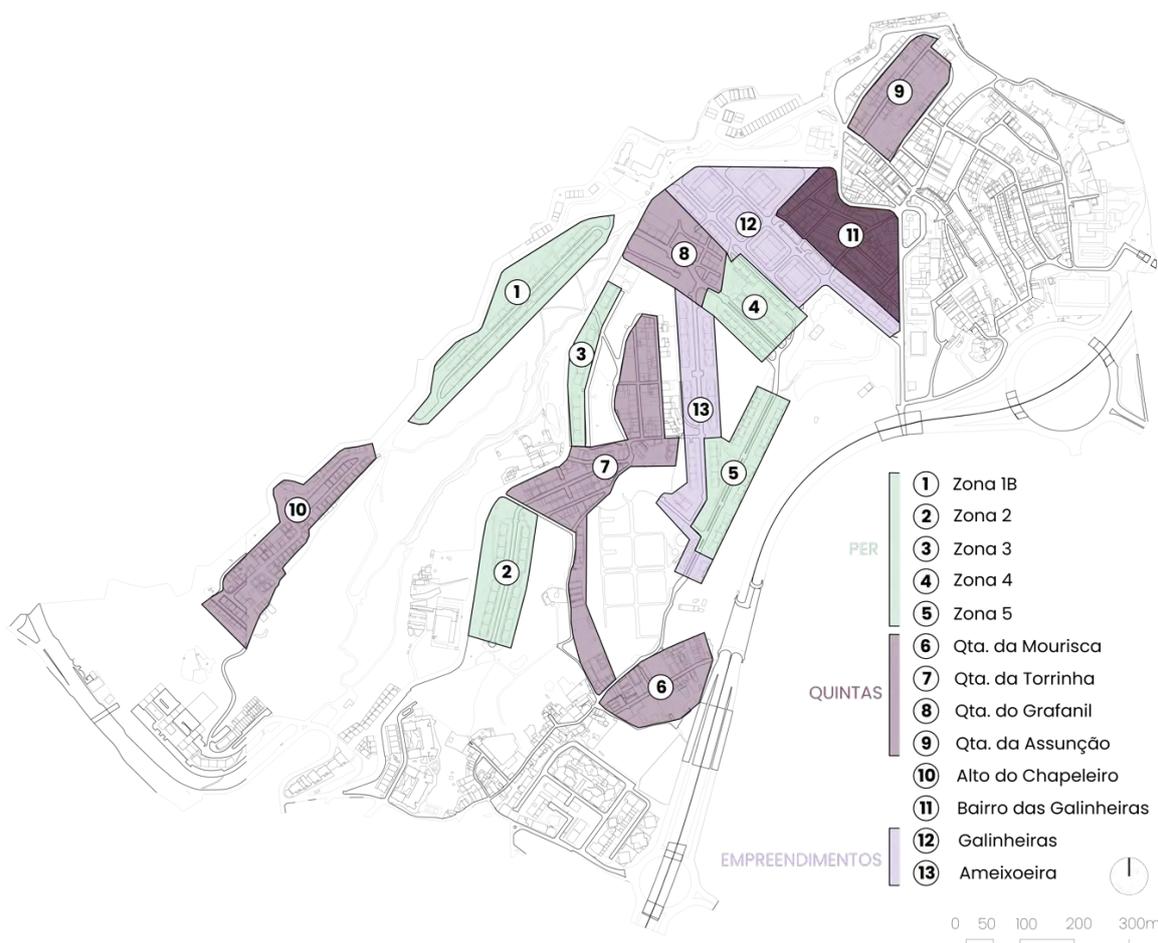


Figura 2.5

Áreas das Galinheiras e Ameixoeira. Da autora. Adaptado de Plano de Ação 21, por Civitas 21 - Comunidades Sustentáveis, 2012. (Fonte:

https://www.gebalis.pt/Geral/Publicacoes/Relatorios_Outros/Lists/DocumentsList/planoameixoeira.pdf)

A análise de serviços realizada pela turma (Figura 2.6) demonstra que a rede de transportes públicos não abrange área suficiente para servir a população. Os serviços essenciais concentram-se sobretudo no Largo das Galinheiras, o “coração” desta zona, o que faz com que muitos dos habitantes tenham de se deslocar ali.



Figura 2.6

Mapeamento de serviços e transportes das Galinheiras e Ameixoeira. Do LabTUR 2.0.

A CML tem em curso um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, que define Santa Clara como uma Área de Reabilitação Urbana (ARU). Esta intervenção abrange aspetos estruturantes, desde a mobilidade, da qual faz parte a Via Estruturante, bem como o espaço público, a urbanização e o desenvolvimento social (CML, 2017a). A CML define objetivos como a inclusão territorial, a humanização do território, a qualidade de vida e o reforço da identidade (CML, 2017b). Observando a Figura 2.7, é visível como a fragmentação e as diferenças observáveis nos diferentes microterritórios motivam a necessidade desta intervenção.



Figura 2.7

ARU de Santa Clara dentro da área de estudo do LabTUR2.0. Da autora. Adaptado de Vol. I - Operação De Reabilitação Urbana Sistemática De Santa Clara, por CML, 2017. (Fonte: https://www.lisboa.pt/fileadmin/porta/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ARU/santa_clara/aruSantaClara_dp_pEscritas_ORU_Vol_I.pdf)

2.2.2. População e dinâmicas sociais

Aqui convergem diferentes grupos étnicos, muitos dos quais em condições habitacionais precárias. A falta de condições adequadas de habitação e infraestruturas representa um desafio significativo para a comunidade local. As diferentes etnias, nomeadamente a etnia cigana e africana, apropriam e sentem-se mais confortáveis em ocupar o espaço público, quase como uma “extensão” do domínio privado das suas habitações, para um ambiente semi-privado exterior partilhado apenas entre os seus congéneres (Figura 2.8).



Figura 2.8

Opiniões de moradores. Da autora.

Nos microterritórios das Galinheiras e Ameixoeira há uma grande percentagem de população jovem (Figura 2. 9), consistente com a média da freguesia – 19%. Dos dados analisados, a maior parte da população total reside no PER Ameixoeira e nas Galinheiras – 17% e 14%, respetivamente. O resto dos dados analisados demonstram que a tendência de escolaridade é baixa, maioritariamente o 1º ciclo, e que a condição perante o trabalho é em muitos dos casos inativa (INE, 2021).

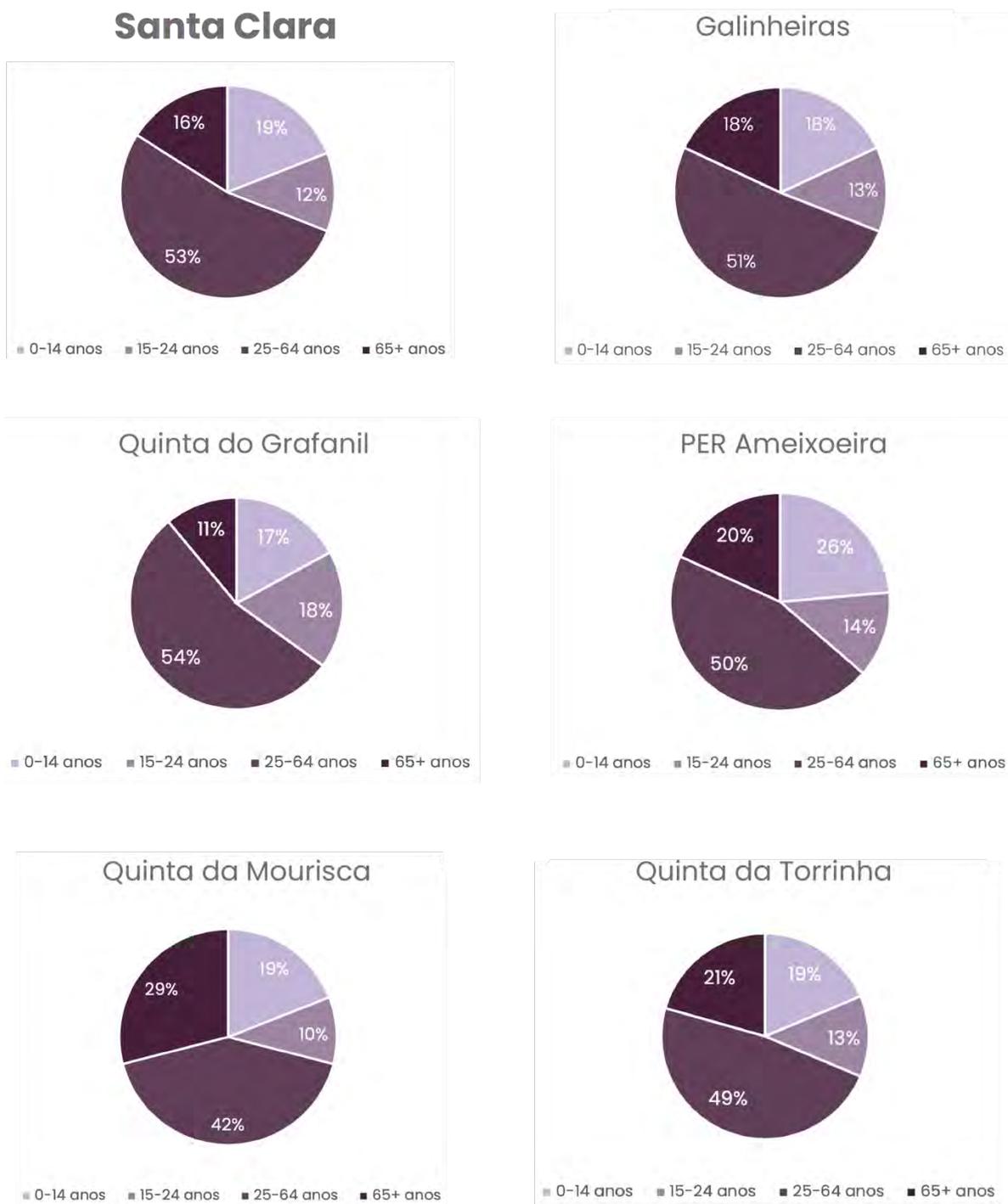


Figura 2.9

Dados de grupo etário em Santa Clara. Da autora. Censos 2021, por INE. (Fonte: <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>)

2.2.3. Mapeamento à escala da rua

A Avenida Glicínia Quartin, inserida na zona 5 do PER Ameixoeira, é a área de intervenção escolhida para este projeto, onde decorrem simultaneamente as obras da 1ª fase da Via Estruturante de Santa Clara. Atualmente, trata-se de uma rua de carácter residencial com duas frentes, compostas por 22 lotes de prédios de 7 andares, dos quais 20 são habitação social construída ao abrigo do PER, além do Centro de Cultura da Ameixoeira (CCA) e de um campo de jogos. Esta configuração gera um ambiente bastante homogéneo.

Nos dois prédios de venda livre, frente ao CCA, o piso térreo é composto por habitações, enquanto nos do PER existem lojas, atualmente todas desocupadas, encerradas ou apropriadas de maneira indevida.

A grande extensão reta de 370 m e a largura das faixas de rodagem confere à Avenida um “traçado predominantemente rodoviário” (Lisboa Ocidental SRU, 2023), incrementado pela grande presença de automóveis estacionados na via pública, em parte devido à atual inutilização de algumas das garagens dos prédios municipais.

Na observação direta realizada (Figura 2.10) é possível identificar que numa tarde ensolarada, a maioria das pessoas utiliza a Avenida apenas como ponto de passagem entre a Ameixoeira e as Galinheiras ou como acesso de e para a Feira das Galinheiras, ao domingo, sem nenhuma motivação para ali permanecer. A maioria dos utilizadores da Avenida são homens jovens.

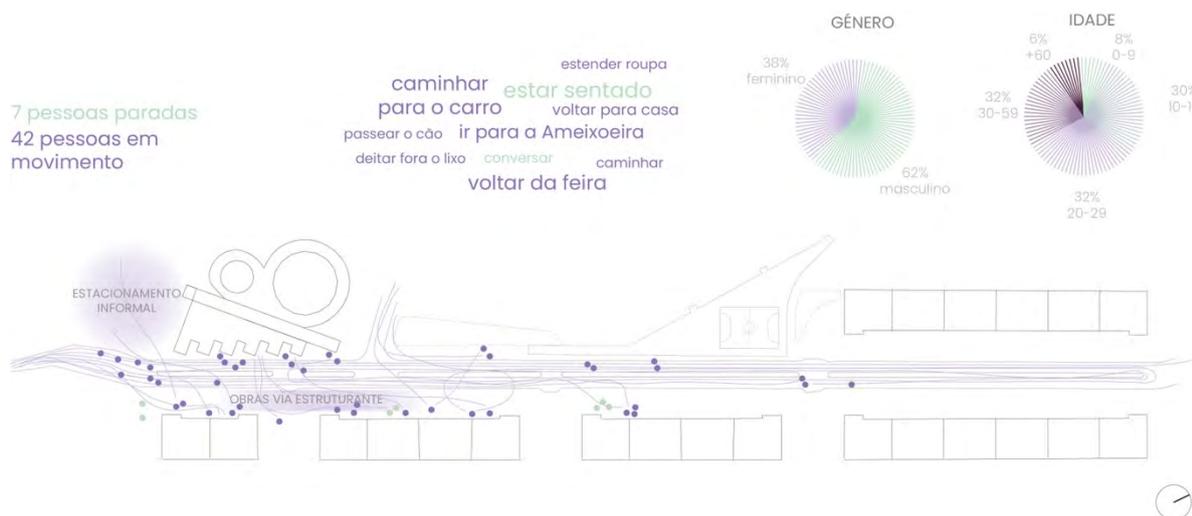


Figura 2.10

Avenida Glicínia Quartin, PER Ameixoeira. Análise observacional no dia 18/02/2024, domingo de feira. Da autora.

A população residente é sobretudo de etnia cigana e africana. Quanto aos de etnia cigana, ocupam maioritariamente o espaço público na frente dos lotes onde residem, muitas vezes através de mobiliário próprio como cadeiras e sofás. Para além dos muretes que separam os lotes da via pública, os equipamentos de mobiliário urbano existente consistem no campo de jogos, as 2 mesas e 8 cadeiras ao redor, e algumas papeleiras, insuficientes para os cerca de 2791 habitantes nesta área (Lisboa Ocidental SRU, 2023). A higiene urbana e a disposição indevida dos resíduos na via pública são alguns dos problemas mais visíveis nesta Avenida (Figura 2.11).



Figura 2.11

Acumulação de lixo na Avenida Glicínia Quartin, PER Ameixoeira. Da autora.

O campo de jogos é um de dois equipamentos agregadores dos jovens e crianças nesta Avenida (Figura 2.12). O seu uso intensivo e falta de manutenção levam ao seu estado degradado. O CCA é o outro equipamento, que dinamiza atividades de tempos livres semanalmente, embora que com inconstância quanto às crianças que o frequentam.



Figura 2.12

Equipamentos culturais/de lazer na Avenida Glicínia Quartin, PER Ameixoeira. Da autora.

A Avenida encontra-se de modo geral arborizada, sobretudo em frente aos lotes, o que proporciona zonas de sombra que motivam os moradores a permanecer junto às entradas dos prédios (Figura 2.13). Os candeeiros existentes localizam-se junto aos prédios e no separador central. Por fim, o pavimento utilizado é predominantemente a lajeta de betão, em estado razoável de conservação (Lisboa Ocidental SRU, 2023).

As condições que o espaço público oferece, por um lado, motivam a informalidade da apropriação feita por alguns moradores e, por outro, dissuadem outros moradores e transeuntes de o apreciar e aqui permanecer.



Figura 2.13

O espaço público e apropriação na Avenida Glicínia Quartin, PER Ameixoeira. Da autora.

2.2.4. Proposta da Via Estruturante de Santa Clara

O desenho da Via Estruturante de Santa Clara visa, além de suprir algumas carências no espaço público, conectar as Galinheiras e a Ameixoeira à Alta de Lisboa, melhorando a

mobilidade automóvel no território. Esta infraestrutura viária tem um impacto significativo no tecido urbano e é o objeto central do estudo para a intervenção proposta.

Embora a intervenção proposta ainda não abranja toda a extensão da via, esta afetará o espaço público ao introduzir novos fluxos de automóveis no território, desafiando as competências sociais dos moradores e influenciando decisões que impactam nos PER Ameixoeira.

Como intervenção, será desenvolvida em várias fases (ver Anexo B). A 1ª fase da obra desenvolve-se parcialmente na Avenida Glicínia Quartin (Figura 2.14).

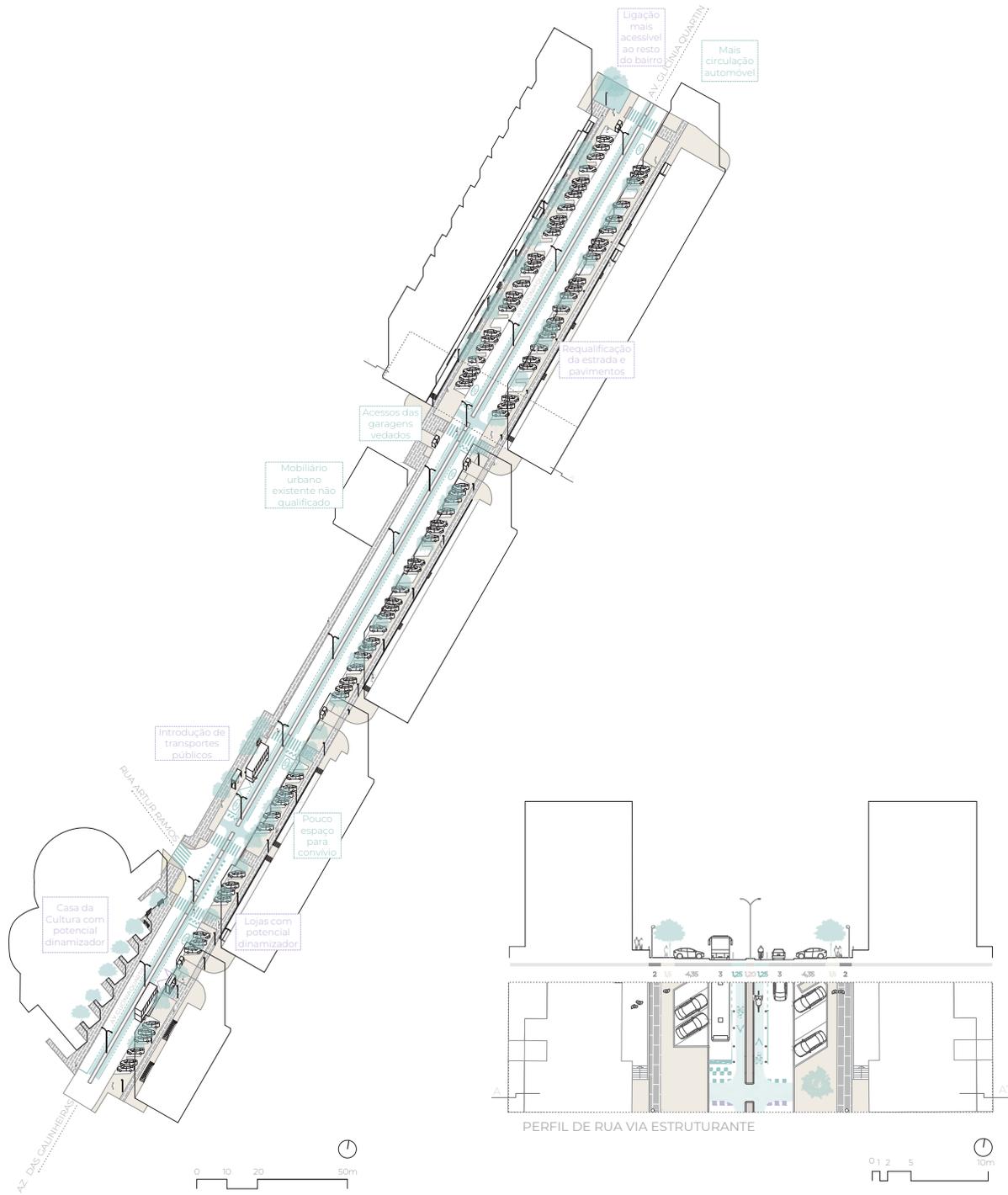


Figura 2.14

Proposta da Via Estruturante na Av. Glicínia Quartin, PER Ameixoeira. Da autora.

Adaptado de Memória descritiva, por Lisboa Ocidental SRU, 2023.

A proposta introduz ciclovias, a rede de autocarros, alguns espaços de estadia e a reestruturação do pavimento para proporcionar e incrementar todas as vertentes da mobilidade – seja automóvel ou mobilidade suave (Lisboa Ocidental SRU, 2023).



Figura 2.15

Visualização da proposta da Via Estruturante. Adaptado de Memória descritiva, por Lisboa Ocidental SRU, 2023.

O processo participativo realizado no âmbito deste PFA (ver Anexo D) demonstra que mesmo com as obras a decorrer, os moradores sentem dificuldade em acolher esta proposta,

ao sentirem que não representa totalmente a sua realidade e por isto, não se adequa totalmente às necessidades do bairro.

Outros aspetos do espaço público, como a utilidade dos grandes vazios urbanos e a requalificação do campo de jogos, algumas das reivindicações dos moradores, não serão abordadas nesta intervenção. Por estes motivos, a proposta de PFA pretende reunir os contributos que a Via trará a esta rua, e (re)imaginá-la segundo os princípios do LabTUR 2.0.

2.3. Casos de Estudo

Para exemplificar e aprofundar o conceito de representação espacial na Cidade Aberta, foram analisadas diversas tipologias de projetos no espaço público, incluindo duas praças, uma rua e um parque urbano. Estes estudos fornecem uma base de referência que orientará a intervenção proposta, permitindo uma compreensão mais detalhada das dinâmicas de uso e das relações sociais que esses espaços promovem. A escolha dessas tipologias visa explorar a versatilidade e a adaptabilidade do espaço público na criação de ambientes inclusivos e integradores, essenciais para o conceito de uma cidade verdadeiramente aberta e acessível.

2.3.1. Caso de Estudo 1: Gillett Square, Londres, Reino Unido

“Gillett Square to me is important because it really is a public space. [...] For people who are poorer there is less and less opportunity because social activities cost money. This makes Gillett Square important” (Hackney Co-operative Developments, 2016, p. 41)

A Gillett Square é uma praça localizada em Hackney, Londres. Com um contexto social comparável ao das Galinheiras, a população é culturalmente diversa, composta por cerca de 48% de minorias étnicas e uma grande população jovem. Recentemente, o tecido social desta área vem-se alterando com a chegada de novos imigrantes (Hackney Co-operative Developments, 2024), o que não só intensifica a falta de oferta de habitação, como também ameaça o carácter do local (LB Hackney Policy and Insight Team, 2020) historicamente conotado pela presença da comunidade africana e classe operária. Há também uma grande carência de espaços abertos, inexistência de parques públicos e um ambiente urbano

dominado pelo automóvel. A Gillett Square surge da vontade de “oferecer” à comunidade um refúgio vital e um local para se reunir em celebração comunitária”(Gillett Square, 2024) (Figura 2.16).



Figura 2.16

O dominó como fator de unificação cultural. Adaptado de Dennis playing dominoes, por Roland Romanan, n.d. (Fonte:

<https://rolandroman.com/dominoes/zzeipru264dlxni176o38211oaztvp>)

É criada em 2001 com a “*Gillett Square Partnership*”, entre entidades administrativas da cidade de Londres e do bairro de Hackney, organizações culturais e de desenvolvimento locais, e Design for London². Conjuntamente, idealizam a Gillett Square (Figura 2.17), inaugurada em 2006 como um espaço público para benefício da comunidade (Hackney Co-operative Developments, 2016).

Fisicamente, é um espaço simples, amplo e livre, ladeado de negócios locais que são parceiros da gestão da praça. A inclusão da comunidade, seja no modelo de gestão que inclui negócios locais, na programação de atividades fixas e esporádicas que garantem uma renovação constante dos usos e utilizadores da praça, ou na oportunidade de inclusão dos moradores através de atividades não-pagas, contribui significativamente para a regeneração urbana de Dalston. Este espaço aberto é “uma tela em branco para uma comunidade pintar de maneira diferente, a cada dia.” (Gillett Square, 2024)

² Um grupo de trabalho parte do governo da cidade de Londres criado em 2006, sem acesso a fundos monetários, mas não condicionado pelas responsabilidades legais formais. Responsável por programas de espaço público e outras abordagens estratégicas para melhorar e valorizar a cidade.



Figura 2.17

Gillett Square antes da intervenção. Adaptado de Gillett Square, por Hawkins Brown, n.d. (Fonte: <https://www.hawkinsbrown.com/projects/gillett-square/>)



Figura 2.18

Gillett Square depois da intervenção. Adaptado de Gillett Square, por Turkington Martin Studio, 2024. (Fonte: <https://www.turkingtonmartin.com/work/gillett-square>)



Figura 2.19

Atividades na Gillett Square. Adaptado de A city squared, por Ruby Maynard Smith, n.d. (Fonte: <https://open-city.org.uk/blog/a-city-squared-reflecting-on-a-much-loved-public-space>)

Este estudo sublinha a importância de integrar a comunidade na conceção e gestão dos espaços públicos, de modo a assegurar que estes permaneçam acessíveis e significativos para todos. Inspirando-se em exemplos como a Gillett Square, é possível conceber intervenções urbanas nas Galinheiras e Ameixoeira que respeitem a identidade local e promovam a inclusão, reforçando o sentido de pertença e a vitalidade do espaço urbano. A Representação Espacial na Cidade Aberta surge, assim, como um pilar fundamental para a criação de cidades mais justas e inclusivas, onde a diversidade se expressa e se fortalece no espaço público.

2.3.2. Caso de Estudo 2: DreamHamar, Hamar, Noruega

O projeto DreamHamar surge em 2010 quando a cidade de Hamar, Noruega lança o concurso “Art in the main square”, para reativar e redesenhar a praça principal desta cidade (Figura 2.20) através de uma intervenção artística.



Figura 2.20

Stortorget Square antes da intervenção. Adaptado de Google Maps, 2010 (Fonte: <https://maps.app.goo.gl/gcEkxA6ZcU64HaJB8>)

Formalmente, é um grande espaço amplo, que reduz o tráfego automóvel outrora presente para proporcionar à comunidade um espaço de reunião e estadia onde se desenvolvem múltiplas atividades.



Figura 2.21

Stortorget Square depois da intervenção. Adaptado de Google Maps, 2022. (Fonte: <https://maps.app.goo.gl/aPqVx2atfw5xtEaS8>)

O atelier Ecosistema Urbano criou um “projeto de arte participativa criativa”, que incorpora a participação cidadã na produção de ação. A sua participação é essencial não só para que a intervenção decorra mais facilmente, como para que o projeto seja mais aceite, e consequentemente se mantenha o *engagement* após a construção (Ecosistema Urbano, 2014).

Para realizar este processo experimental, criativo e democrático para desenhar o futuro da cidade, o atelier contou com diversos métodos de divulgação, com *media* físicos e online,

de maneira gráfica e escrita, e um website. Admitindo que “é necessário tempo para obter a atenção e ação das pessoas” (Ecosistema Urbano, 2014, p. 9), no curto espaço de 4 meses desenvolveram-se diferentes ações urbanas, como workshops e discussões online. Sobretudo, salienta-se a importância de “construir uma comunidade de pessoas que utilizariam a praça, que a manteriam viva” (Ecosistema Urbano, 2014, p. 37) antes de se iniciar o planejamento em si. Estas ações ancoram-se num *network design* (Figura 2.22), composto por contributos de diferentes atores, e que até hoje é uma parte integrante do contínuo melhoramento da praça.

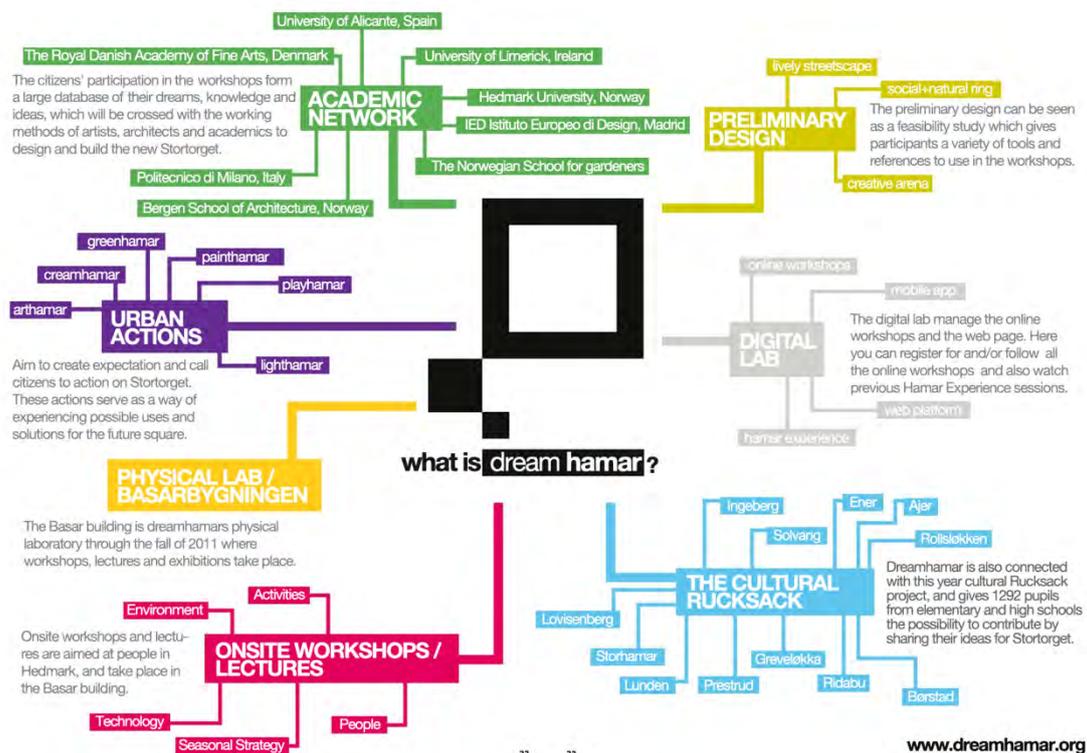


Figura 2.22

Rede de partilha colaborativa do DreamHamar. Adaptado de *Future Hamar Book: The story of the DreamHamar process*, por Ecosistema Urbano, 2014. (Fonte: <https://issuu.com/>)

As ações urbanas (Figura 2.23) com a população e ativadores-chave da comunidade permitiram perceber as necessidades culturais do território e realizar atividades em que cada vez mais pessoas participavam. O projeto final da praça reúne estes contributos, de habitantes locais, teóricos, alunos, artistas e pessoas de todo o mundo, e cria uma rede complexa que transcende o processo participativo, ancora a proposta e auxilia à construção de comunidade.



Figura 2.23

Ações urbanas do DreamHamar. Adaptado de ArchDaily, por Christopher Nilsen, 2014.

(Fonte: <https://www.archdaily.com/175516/citizens-redesign-their-city-in-dreamhamar-ecossistema-urbano>)

A análise de projetos como o *DreamHamar* permite aprofundar o conceito de Representação Espacial na Cidade Aberta, destacando a importância da participação cidadã e da flexibilidade nas intervenções urbanas. O *DreamHamar*, um exemplo notável de reativação do espaço público através de uma abordagem colaborativa e experimental, mostra como a inclusão ativa da comunidade pode transformar a concepção de um espaço público, gerando não apenas um lugar de convívio, mas também um sentido de pertença e responsabilidade coletiva.

Este estudo sublinha, assim, que a Representação Espacial na Cidade Aberta não se limita ao desenho físico dos espaços, mas incorpora também as interações e redes que estes promovem. Exemplos como o *DreamHamar* mostram que a integração da comunidade e a flexibilidade do design são elementos fundamentais para criar espaços públicos inclusivos e resilientes. Ao inspirar-se nesses princípios, é possível desenvolver intervenções nas Galinheiras e Ameixoeira que não apenas respeitem a identidade local, mas também fomentem uma verdadeira construção de comunidade.

2.3.3. Caso de Estudo 3: Superilla, Barcelona, Espanha

O programa Superilla Barcelona é um projeto pioneiro de reconversão urbanística (Figura 2.24) que converte o plano criado no séc. XIX por Cerdà, uma malha ortogonal de quarteirões fechados sobre si, de caráter utilitarista e orientado para o automóvel em que a falta de espaços abertos afeta a qualidade de vida atual, para “um espaço público saudável, com mais verde, mais justo e seguro, que favorece as relações sociais e a economia de proximidade” (Ajuntament de Barcelona, n.d.a).



Figura 2.24

Transformação do Eix Girona. Adaptado de Presentació Projectes Executius, por Ayuntamiento de Barcelona, 2022. (Fonte: https://ajuntament.barcelona.cat/superilles/sites/default/files/20220210_presentacio_projectesexecutius.pdf)

Começa por atuar nos quarteirões, convertendo as ruas e os cruzamentos em espaços pedestres, implementando vegetação e zonas de sombra e estadia. Estas intervenções são realizadas primeiro de forma temporária (Figura 2.25), com a reorientação do tráfego automóvel, uso de mobiliário urbano amovível e pintura do pavimento, que rapidamente transformam a rua. As transformações permanentes seguem a mesma lógica, modificando as ruas de espaços para carros, para espaços para as pessoas.



Figura 2.25

Transformação temporária da Superilla de Sant Antoni. Adaptado de ArchDaily, por

Leku Studio, 2019. (Fonte: <https://www.archdaily.cl/cl/924496/disenar-el-proceso-de-transformacion-la-superilla-de-sant-antoni-en-barcelona-por-leku-studio>)

O novo modelo de rua de Barcelona incorpora estes aspetos, numa “rua do séc. XXI” (Figura 2.26). O foco desta intervenção são as *personas* e democratização do espaço público, restringindo a circulação automóvel no interior dos quarteirões para criar espaços de vizinhança que fomentam a relação das pessoas com os seus bairros.

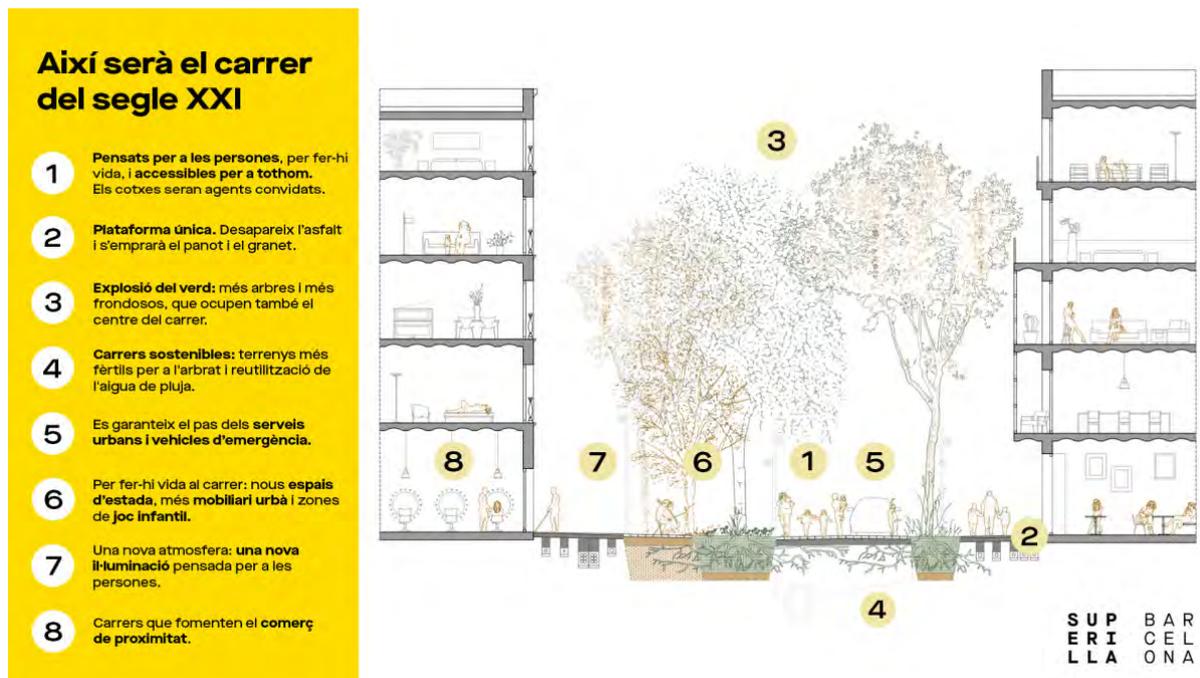


Figura 2.26

“Assim será a rua do século XXI”. Adaptado de Ayuntamiento de Barcelona, 2021.

(Fonte: <https://ajuntament.barcelona.cat/superilles/es/asi-sera-la-calle-del-siglo-xxi>)

Para realizar estas transformações profundas no tecido urbano, a cidade conta com o contributo e participação tanto a nível local do bairro, como da cidade, em atividades, sessões informativas, *workshops*, Grupos Impulsores em cada bairro, e a plataforma digital Decidim.Barcelona (Ajuntament de Barcelona, n.d.b)

Em síntese, *Superilla Barcelona* demonstra como uma abordagem urbana participativa e adaptável pode transformar profundamente o tecido urbano, promovendo uma Cidade Aberta que privilegia o bem-estar, a sustentabilidade e o fortalecimento das relações de vizinhança. Este exemplo oferece contributos valiosos para intervenções urbanas, como a de PFA, mostrando que um urbanismo centrado nas pessoas é essencial para o desenvolvimento de cidades mais justas e inclusivas.

2.3.4. Caso de estudo 4: Superkilen, Copenhaga, Dinamarca

O Superkilen é um parque urbano que se estende por cerca de um quilómetro na cidade de Copenhaga. Num bairro estigmatizado pela presença de mais de 60 culturas, com um contexto social de insegurança relacionável ao das Galinheiras, este projeto abraça a diversidade étnica e cultural como ponto de partida para definir uma nova identidade. O projeto surge de um concurso em 2005 pela cidade de Copenhaga, para criar um espaço urbano com um carácter próprio que definisse a nova identidade do bairro, a uma escala tanto local como global (BIG, n.d.). O parque foi elaborado através da colaboração multidisciplinar dos ateliers de arquitetura BIG e TOPOTEK 1 e o grupo de arte Superflex.

É uma *assemblage* de mais de 100 elementos de mobiliário urbano provenientes das culturas que compõem o bairro, refletindo o seu tecido social. A participação pública é utilizada como “a força motriz do desenho levando à máxima liberdade de expressão” (BIG, n.d.). Através do envolvimento direto com a população, são seleccionados elementos de mobiliário urbano citados por estes, dos seus países de origem, e, em alguns casos, trazidos através de viagens com alguns habitantes, o que proporciona uma mistura eclética que revela de forma visual e interativa a inteligência local e identidade cultural.



Figura 2.27

Elementos de mobiliário urbano. Adaptado de ArchDaily, por Topotek 1, BIG Architects e Superflex, 2012. (Fonte: <https://www.archdaily.com/286223/superkilen-topotek-1-big-architects-superflex>)

O parque divide-se em três zonas codificadas por cores, que unificam os objetos nelas presentes: a *Red Square*, a *Black Square* e o *Green Park*. Desenvolvem-se linearmente, criando um percurso interativo entre duas ruas comerciais movimentadas, com elementos de desporto e brincadeira infantil, jogos de tabuleiro, zonas de estadia e de sombra, e uma ciclovia contínua cuja linguagem visual se altera conforme existe a transição de uma zona para outra.



Figura 2.28

Zonas do Superkilen. Adaptado de Danish Architecture Center, por Iwan Baan, 2012.

(Fonte: <https://dac.dk/en/knowledgebase/architecture/superkilen-2/>)

Ao incorporar elementos “exóticos”, o parque aproxima os habitantes das suas casas, agora distantes, mas responde também à sua necessidade de espaços públicos de qualidade, reunindo os seus contributos de forma imaginativa para ressignificar a imagem do bairro e da própria cidade. (Bravo, 2022)



Figura 2.29

Elementos do Superkilen. Adaptado de Superflex, por Torben Eskerod, 2012. (Fonte: <https://superflex.net/works/superkilen>)

Este projeto de regeneração urbana exemplifica uma abordagem inovadora à Representação Espacial na Cidade Aberta, integrando diversidade cultural e participação comunitária para transformar um espaço urbano estigmatizado num símbolo de identidade inclusiva e de convivência. Demonstra como as intervenções na cidade existente podem promover um modelo de desenho urbano que valoriza as múltiplas identidades e facilita a integração, através da criação de espaços que refletem e celebram a diversidade dos seus habitantes. Este caso de estudo sublinha o potencial do urbanismo participativo para transformar territórios marcados pela diversidade cultural em espaços de pertença e coesão, promovendo uma cidade mais aberta e inclusiva.

2.4. Processo de Urbanismo Participativo

“I argue that architects have to face their political and social responsibility, and that participation should be involved in the construction of that social responsibility.” Jeremy Till interview *Distributing Power*, in *Participatory Urbanism*, *MONU Magazine* #23, 2015, p. 7

Como introdução na dinâmica do bairro, o LabTUR 2.0 contou no início com a frequência das reuniões mensais do Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira (GCGA). Através destas reuniões foi possível conhecer diferentes atores no bairro, como funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), moradores (principalmente das zonas dos PER) e alguns dinamizadores de ações desportivas e culturais.

O início do laboratório também contou com o contributo da CML, no qual foi dado a conhecer o território por meio de uma visita guiada (Figura 2.30), onde se observou como os territórios de diferentes géneses possuem a sua própria dinâmica, e funcionam quase de

forma autónoma na sua relação uns com os outros. Esta visita permitiu observar a disparidade entre o estado de conservação de zonas “formalizadas” ou que já foram alvo de trabalhos urbanísticos, as zonas ainda não identificadas, mas que carecem igualmente de regeneração, e as zonas identificadas pela CML, em vias de sofrer intervenções (como os PER na zona da futura Via Estruturante, ou a Quinta da Torrinha).



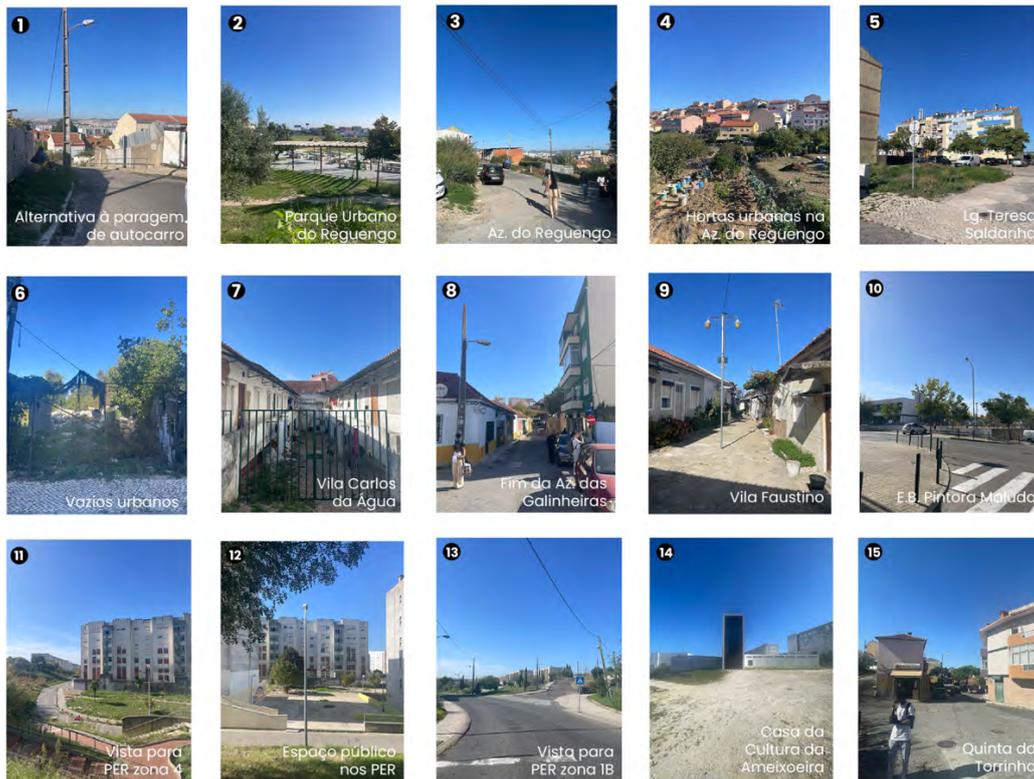


Figura 2.30

Pontos da visita guiada pela CML. Da autora.

Após esta visita, e no contexto do trabalho feito em turma, foi feita uma análise SWOT do bairro das Galinheiras e Ameixoeira (Figura 2.32), onde a turma começou por mapear as zonas verdes e instituições. De seguida, foram identificadas Oportunidades, Problemas, Ações a Desenvolver e Parceiros. Finalmente, juntaram-se as fotografias tiradas na visita guiada.

Esta análise foi continuada na seguinte reunião do GCGA onde, conjuntamente com os moradores, se identificou quem eram e onde viviam, oportunidades e problemas no território de acordo com o seu conhecimento do local. Os moradores presentes referiram sobretudo a importância do espaço público para as crianças, que através do desporto possuem distrações nos tempos livres.



Figura 2.31

Análise SWOT feita pela turma. Do LabTUR 2.0.



Figura 2.32

Análise SWOT com o Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira. Do LabTUR 2.0.

O conseqüente contacto com o território, de maneira informal – através de visitas, mapeamentos, análises observacionais – e formal – contacto com a SCML que coordena o Grupo Comunitário – e a informação daí obtida permitiram, de seguida, propor a realização do processo participativo em sede de Grupo Comunitário e através de um panfleto partilhado pelo GCGA (Figura 2.33).

Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin

Vamos falar sobre a rua!

6ª feira dia 21/07/2024

18:00 h

Ponto de encontro:
Grupo Comunitário



Figura 2.33

Panfleto da “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.

Observando como na estrutura das reuniões a presença das pessoas era de certa forma estável, e dada a dificuldade relatada pela SCML em conseguir a adesão de pessoas fora deste grupo, ou de maneira continuada, o processo proposto foi uma caminhada comunitária pela Avenida Glicínia Quartin, onde se pretendia identificar com os moradores Oportunidades ou mais-valias do território, Problemas, e idealizar Propostas para a rua. Esta caminhada pretendia envolver os moradores inscritos como outros observadores externos o quanto possível, encorajando-os a discutir entre si as suas opiniões sobre a rua em que moram.

A atividade teve início no GCGA, onde foi possível recolher contributos de outros moradores da Av. Glicínia Quartin que não desejavam participar na caminhada. Desenvolveu-se por 3 pontos: (1) em frente à Casa da Cultura; (2) em frente ao campo de jogos; terminando no (3) acesso à Feira das Galinheiras.

2.4.1. Resultados

O relatório da caminhada (ver Anexo D) demonstra que as obras já em curso da Via Estruturante proporcionaram a oportunidade de comentar sobre os efeitos que esta terá no território. De forma geral, encontram-se satisfeitos pela maior *possibilidade de deslocação* de e para esta zona que a Via proporcionará. Os grandes vazios urbanos são vistos como uma possibilidade de trazer *novos equipamentos* para a comunidade, cuja população jovem já utiliza e aprecia, apesar do estado de degradação.



Figura 2.34

Oportunidades citadas pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.

Quanto aos problemas, referem algum descontentamento com as novas obras, que sentem estar desadequadas às necessidades da rua. É referida com frequência a *insuficiência do estacionamento previsto*, que sentem que criará situações de inacessibilidade ao forçar as pessoas a estacionarem mais longe das suas casas. Os moradores referem que certos equipamentos urbanos, como caixotes do lixo móveis e pilaretes colocados perto dos passeios mais largos, serão vandalizados. Por último, são apontados outros aspetos do ambiente urbano que não serão alvo da intervenção da Via – o campo de jogos, que é fonte de ruído devido à localização e ao material de que é feito, e a *manutenção geral do espaço público*, como a limpeza diária e a manutenção dos canteiros, que não são realizadas devido às condições de insegurança que se sentem no bairro.



Figura 2.35

Problemas citados pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.

Quanto às propostas sugeridas, as que estão relacionadas com o espaço público pretendem a sua manutenção mais cuidada no dia-a-dia, seja pela existência de caixotes do lixo fixos ou pela reparação das condições do campo de jogos. Como propostas mais permanentes, os moradores sugerem adequar as larguras dos passeios para a circulação (nuns casos, consideram-no largo e noutros estreito), e aproveitar os grandes vazios urbanos existentes para utilidades recreativas, como a criação de hortas urbanas organizadas e a realocação do campo de jogos para uma zona mais afastada dos prédios.

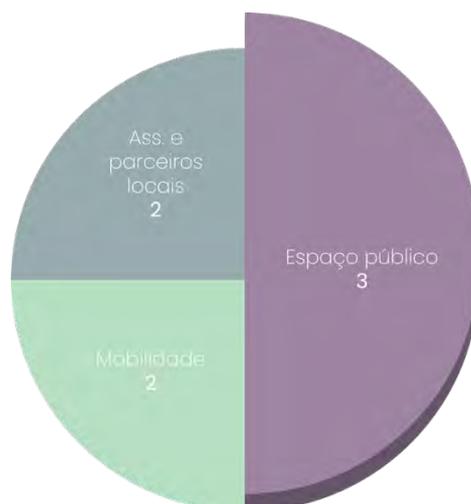


Figura 2.36

Propostas citadas pelos moradores na “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”. Da autora.

A caminhada evidenciou como os problemas presentes desde a génese do bairro continuam integrados na sua estrutura social, e por isso, condicionam a perspetiva dos moradores. Apesar das oportunidades referidas, os problemas citados, muitos dos quais relacionados a entidades que atuam no ou administram o território, limitam a disponibilidade dos moradores em assumir intervenções realizadas no local como “suas”. Os problemas sociais existentes e que prejudicam gravemente as relações de vizinhança também se demonstram na relutância geral em participar em discussões sobre o bairro. No entanto, vários dos moradores partilham a mesma visão, de melhoria das condições de vida e de maior integração das Galinheiras na cidade de Lisboa.

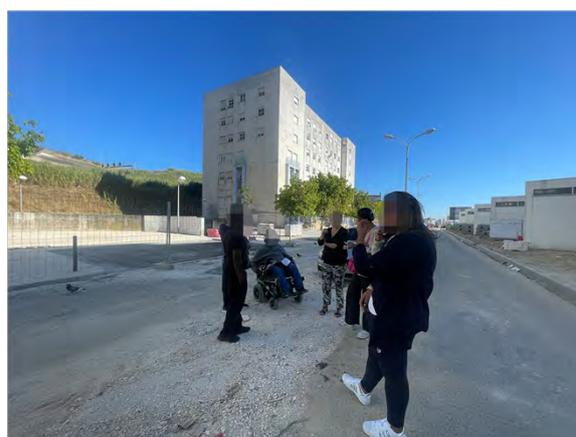


Figura 2.37

“Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin”, PER Ameixoeira. Da autora.

CAPÍTULO 3 | PROJETO

O Capítulo 3 detalha a fase final do trabalho, que abrange a elaboração da proposta de intervenção de PFA e a criação de um Guia de Boas Práticas.

O primeiro subcapítulo explora o impacto do contacto direto com o território, nomeadamente através da "Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin". São analisados os princípios-chave resultantes desta interação e aprofundados os aspetos específicos da intervenção proposta, evidenciando como o envolvimento comunitário contribuiu para a definição de soluções adaptadas ao contexto local.

O segundo subcapítulo apresenta o Guia de Boas Práticas intitulado "Uma Rua Para Todos", que estabelece orientações fundamentais para o desenho de uma rua que incorpora os princípios da Cidade Aberta. Este guia sistematiza pontos críticos para o desenvolvimento de espaços urbanos inclusivos e acessíveis, orientando futuras intervenções que valorizem a diversidade e promovam a integração dos diferentes utilizadores do espaço.

3.1. Desafios nas Galinheiras: (Re)Imaginar a Via Estruturante através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana

A proposta de PFA é fundamentada na noção de Cidade Aberta, conforme definida por Sennett e Sendra (2022), que concebe a cidade como um organismo social, económico e geográfico complexo, onde as competências sociais podem ser cultivadas e o espaço público assume o papel de lugar de interação e de adaptação a realidades diversas. Neste modelo, o espaço público torna-se um ambiente onde os indivíduos se familiarizam com o que é externo à sua vivência quotidiana, promovendo a inclusão e a coesão social.

A análise dos desafios existentes na Avenida Glicínia Quartin (Figura 3.1) revela que os utilizadores principais da Avenida são predominantemente adolescentes e jovens do sexo masculino, enquanto outros tipos de utilizadores apenas a atravessam, não permanecendo no local. Os pisos térreos são ocupados por lojas dos PER, atualmente inativas, e pelo Centro de Cultura, que funciona com acesso restrito, limitando-se a crianças e monitores. Esta configuração contribui para uma rua com reduzida permeabilidade social, que não convida à permanência e que mantém um carácter predominantemente rodoviário, agravado pela grande presença de automóveis e pela ausência de espaços de estadia qualificados.

A construção da Via Estruturante de Santa Clara propõe infraestruturização alterando a mobilidade rodoviária. As mudanças planeadas incluem a aplicação de novos pavimentos, a instalação de passadeiras inclusivas para invisuais, a integração da Avenida na rede de transporte público e de ciclovias, além de um acesso melhorado à feira, aumentando a sua integração no tecido urbano e na imagem da cidade de Lisboa.

Contudo, a introdução de um volume de tráfego maior sem o provisionamento de espaços de lazer e de estadia adequados irá contribuir para a imagem desta Avenida como um sítio apenas de passagem.

A *ativação da rua* para motivar a *permanência* é um dos aspetos essenciais que o PFA pretende abordar.

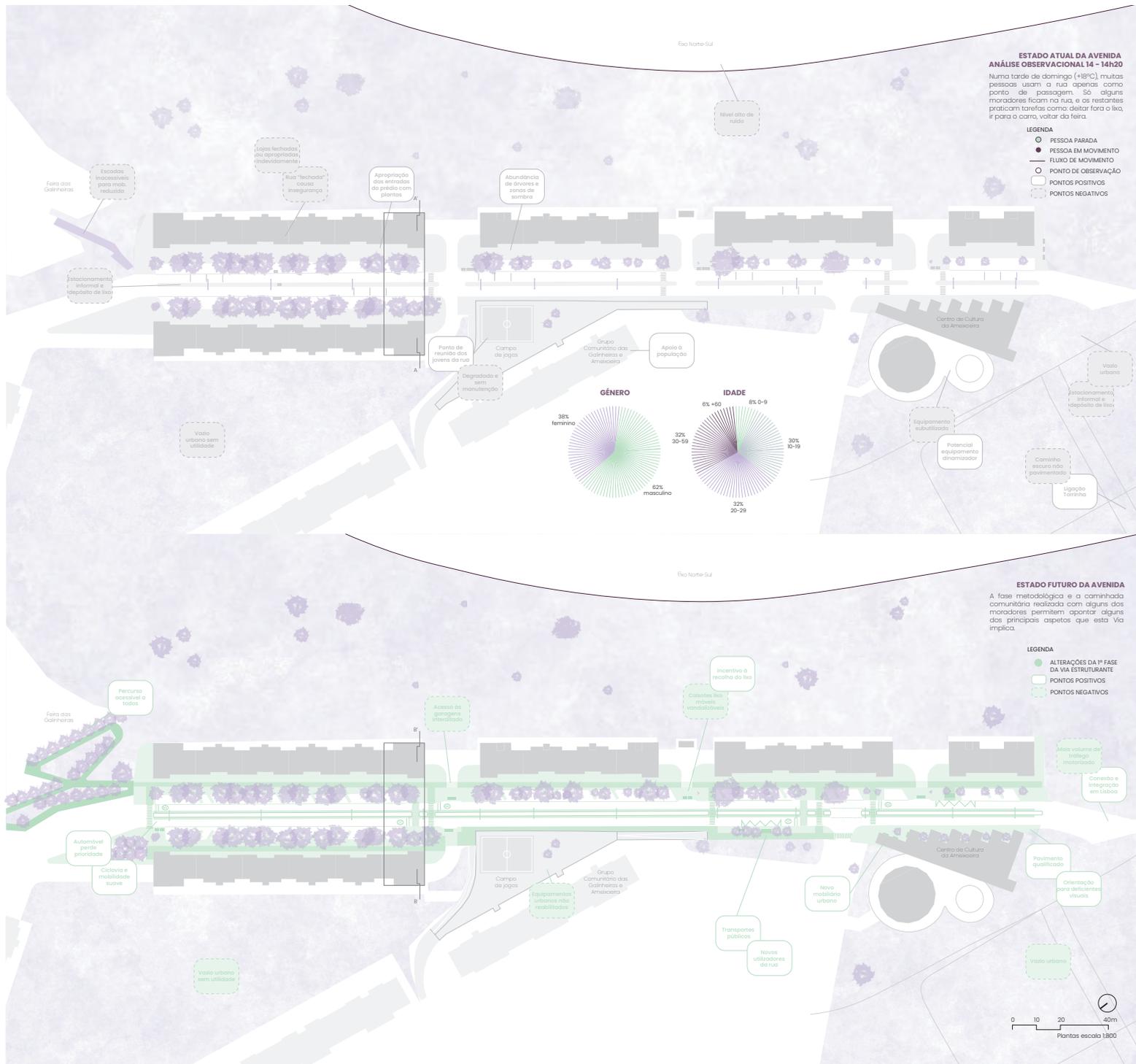


Figura 3.1

Análise da Avenida Glicínia Quartin atual (em cima) e após a 1ª fase da Via Estruturante de Santa Clara (em baixo). Da autora.

(Re)imaginar a Via Estruturante foca-se numa solução alternativa à Via Estruturante de Santa Clara, com o objetivo de responder às necessidades urbanas e sociais da comunidade local.

A intervenção impõe a necessidade de repensar o papel da Avenida Glicínia Quartin, no PER Ameixoeira, à luz dos princípios da Cidade Aberta, procurando fortalecer a coesão social, mitigar a fragmentação urbana e promover a melhoria da qualidade de vida.

O novo acesso à feira e a introdução da intermodalidade na Avenida representam melhorias propostas pela Via Estruturante (Figura 3.2), a partir das quais a intervenção do PFA é desenvolvida.



Figura 3.2

(Re)imaginar a Via Estruturante: esquema de desenvolvimento das intenções do PFA.
Da autora.

Considerados os contributos e propostas idealizadas pelos moradores na caminhada comunitária (ver Anexo D), foram definidas três áreas de intervenção prioritária a partir das quais se pretende ativar a rua: (1) a Cultura; (2) o Desporto; e (3) o Lazer. Na Cultura, pretende-se dinamizar as estruturas existentes, o Centro de Cultura e o Grupo Comunitário, para realizarem atividades na rua, em maior proximidade com a população. No Desporto, pretende-se mobilizar e proporcionar ocupações de tempos livres seguras e produtivas à grande percentagem de população jovem. No Lazer, pretende-se trazer novos utilizadores para a rua, acostumar os moradores ao que lhes é externo, motivar o comércio e criar um

ambiente convidativo, no qual o redesenho dos acessos ao piso térreo desempenha um papel importante como conector entre os PER Ameixoeira e a rua.

Partindo da proposta de intervenção em territórios existentes feita no LabTUR 2.0, a zona delimitada para a intervenção abrange o perfil da Avenida Glicínia Quartin e os vazios urbanos adjacentes, que estão interligados às estruturas institucionais dos parceiros-chave na proposta: Grupo Comunitário Galinheiras Ameixoeira e Centro Cultural da Ameixoeira.

As análises qualitativas feitas nas visitas ao território e o contributo da população na caracterização da Avenida motivam a necessidade de reabilitar o equipamento e o mobiliário urbano não incluídos na Via Estruturante para um melhor usufruto por parte de todos os tipos de utilizadores do espaço público. Ao melhorar estes equipamentos, pretende-se igualmente atenuar o efeito de rigidez e sobredeterminação de funções que o ambiente urbano apresenta.

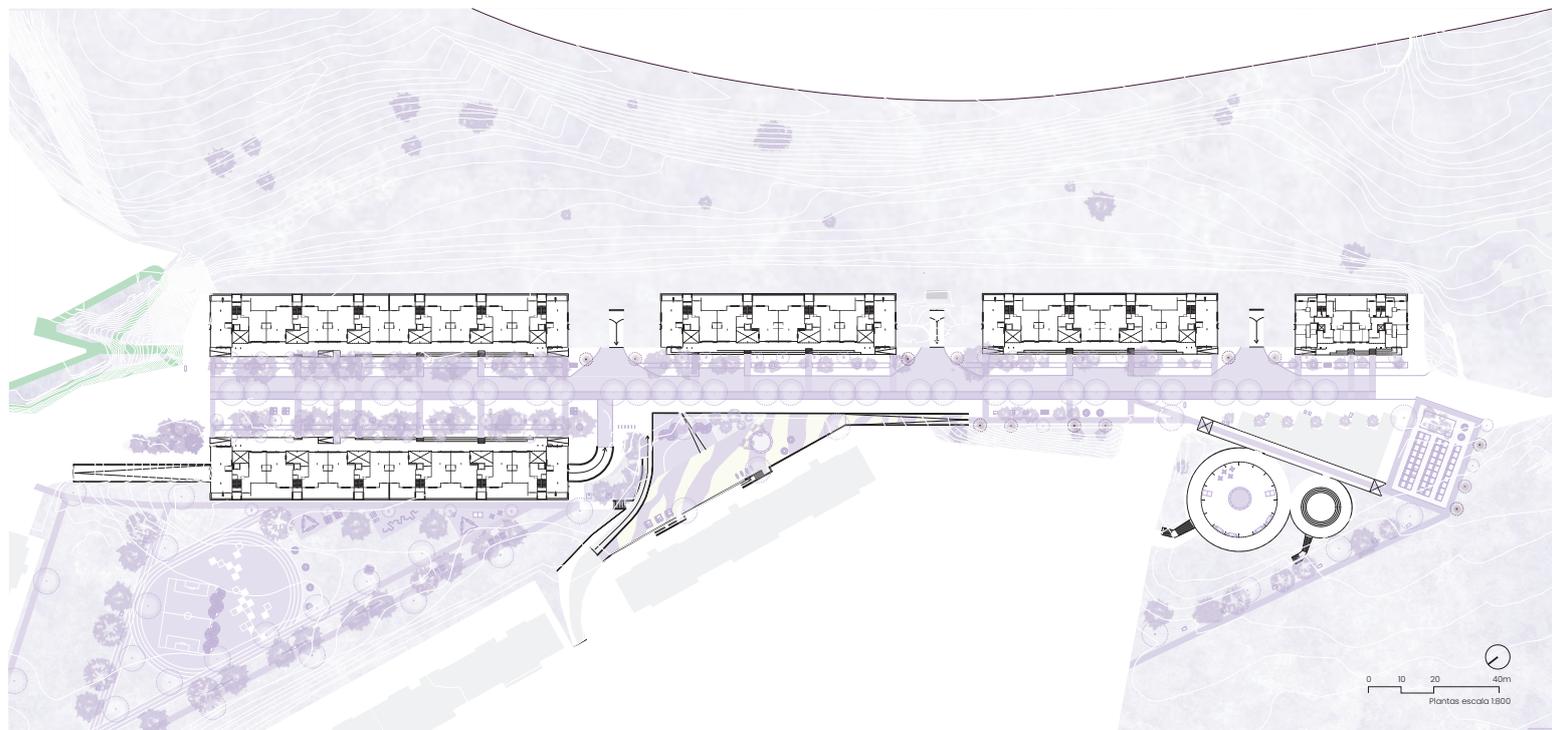


Figura 3.3

Planta geral de intervenção. Da autora.

Partindo da premissa de mobilidade trazida pela Via Estruturante, esta proposta reorganiza o perfil de rua com pavimentos mais caminháveis, que priorizam o espaço para as pessoas e os meios de deslocação suaves. O automóvel torna-se um “agente secundário” de circulação, limitada para moradores, transportes e cargas e descargas. A reabertura do estacionamento subterrâneo devolve a rua às pessoas. O redesenho do perfil da rua permite

uma acessibilidade mais universal, reduzindo a velocidade de circulação dos restantes automóveis na ligação Galinheiras – Alta de Lisboa.





Figura 3.4

Comparação entre o perfil de rua atual, da Via Estruturante, e proposto. Da autora.

O antigo campo de jogos é transformado num anfiteatro onde se podem realizar eventos, e um espaço para as mães das crianças mais jovens poderem vigiar os filhos perto de casa. Criam-se sítios para jogos de tabuleiro para estimular e convidar a população idosa que habitualmente se reúne em frente ao Grupo Comunitário. O espaço aberto e as zonas *plug-in* de infraestrutura (eletricidade, gás e água) permitem que o Grupo Comunitário possa utilizar este espaço para realizar vários eventos, mais próximo da comunidade.

Na nova zona desportiva, é criado um campo de futebol, o principal desporto apreciado pelas crianças das Galinheiras e Ameixoeira (que participam em torneios das associações de equipas de futebol juniores). Esta realocização permite reduzir o ruído provocado pelo atual campo. Também são incluídos outros equipamentos que permitem praticar outras modalidades adaptadas à realidade local.

Junto ao Centro de Cultura da Ameixoeira, criam-se hortas para estimular a capacidade produtiva deste vazio urbano. Como seguimento do projeto de cozinha comunitária que já existiu neste edifício, os alimentos produzidos poderão ser cultivados juntamente com os habitantes, proporcionando enriquecimento das atividades de tempos livres, e utilizados para criar lanches e refeições saudáveis.

As zonas de lazer distribuídas pela Avenida pretendem aproveitar as sombras das árvores e proporcionar contacto com a natureza para promover o bem-estar. Estimulando a

proximidade às atividades dos pisos térreos – como as sedes das associações e futuras lojas –, o espaço público encontra-se mais articulado com os prédios do PER Ameixoeira.



Figura 3.5

Zonas de Cultura, Lazer e Desporto. Da autora.

As infraestruturas “invisíveis” reorganizam a lógica da rua, permitindo que se adapte a transformações futuras. Um novo sistema de iluminação, que pretende criar mais segurança nas entradas dos prédios, introduz mais iluminação ao nível das pessoas nas zonas onde anteriormente os moradores relatavam sentir insegurança. Os pavimentos permeáveis e a criação de áreas de plantação aumentam a capacidade de retenção de águas, que são canalizadas para a rede principal existente. Os pontos informativos criam zonas de hotspots de Wi-Fi onde é possível a todos aceder a vários serviços, como mapas, obter direções, e consultar horários dos transportes.

3.2. Guia de boas-práticas

Os princípios teóricos sobre a Cidade Aberta, estudados nos casos de estudo e aplicados de forma prática no projeto permitiram também criar um Guia de Boas Práticas: “Uma Rua Para Todos” ([ver Anexo E](#)). Neste guia, os princípios analisados e as reflexões sobre o projeto

auxiliam a definição de como desenhar uma rua para todos os tipos de utilizadores do espaço público.

Como intenções principais, o guia detalha a necessidade de o desenho de rua ser específico ao local, acessível, versátil, e priorizar as pessoas e ambiente. Através de uma metodologia que define objetivos para a intervenção, são de seguida propostas várias vertentes que auxiliam a uma abordagem abrangente para criar uma rua mais inclusiva, tendo como exemplo a gramática de mobiliário urbano desenvolvida de acordo com as noções da Cidade Aberta e da Acessibilidade.



Figura 3.6

Guia “Uma Rua Para Todos”. Da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo conclui este estudo, ao resumir os principais resultados obtidos em relação aos objetivos definidos pelo LabTUR2.0 e pela unidade curricular de PFA, e ao avaliar a contribuição da proposta para os conceitos chave introduzidos pelo laboratório – as *tecnopolíticas* e a *regeneração urbana*. Também aborda as limitações encontradas aquando da realização do projeto, propondo oportunidades como ponto de partida para investigações futuras.

A proposta de intervenção apresenta-se como uma solução de regeneração urbana para a Avenida Glicínia Quartin, nas Galinheiras e Ameixoeira, utilizando processos participativos com a população como metodologia para desenvolver soluções adaptadas às necessidades locais.

O contacto com o território demonstrou desde o início que o complicado contexto das relações com entidades governamentais e institucionais implica a necessidade utilizar abordagens alternativas às formais para envolver a população.

No geral, a desconfiança sentida pela população para com novos intervenientes do território significou que as abordagens foram melhor conseguidas através de atores-chave, nomeadamente o Grupo Comunitário das Galinheiras e Ameixoeira e os representantes que frequentam as reuniões.

A proposta conseguida reúne os contributos do diagnóstico e propostas iniciais feitas no processo participativo, aliando-as aos casos de estudo de Cidade Aberta analisados.

Como resultados, foram elaborados métodos de caminhada para uso futuro pelo Grupo Comunitário, e um Guia de Boas Práticas: Uma Rua Para Todos”, que indica princípios chave para um desenho mais universal e centrado nas pessoas e não nos automóveis.

O projeto resultante aborda a regeneração urbana ao retirar partido dos contributos oferecidos pelo território e pela intervenção da Via Estruturante, reintroduzindo um novo modelo de rua marcado pela diversidade cultural em espaços de pertença e coesão, promovendo uma cidade mais aberta e inclusiva.

As limitações encontradas, como a disponibilidade temporal, as relações sociais fragilizadas e o desacordo em discutir assuntos abertamente significam que o codesenho seria mais facilitado através de um envolvimento mais profundo e constante com o território, por meio da participação nos eventos comunitários e do contacto permanente com atores-chave que já experimentam diversas formas de contacto com a população numa base diária.

Neste sentido, o processo participativo foi capaz de colocar alguns dos moradores a discutir as suas visões para a rua, mas apenas a um nível de consultoria, que não permitiu o codesenho e a consideração dos moradores como atores chave da proposta.

O resultado obtido poderá ser utilizado como ponto de partida para a cocriação, mas por se encontrar limitado à percepção de um número reduzido de pessoas, carece de um maior aprofundamento através dos atores-chave, especialmente da comunidade cigana, para envolver as mulheres e crianças na participação de atividades.

Com um envolvimento de um maior número de pessoas, também se torna possível realizar atividades temporárias no terreno, o que contribuiria para uma maior abertura a pessoas externas, reduzindo a sensação de segregação e estigmatização que atualmente caracteriza a rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Addams, J. (1902). *Democracy and Social Ethics*. The American Journal of Nursing, 2(12), 1004–1005. <https://doi.org/10.2307/3401957>
- Ajuntament de Barcelona. (n.d.a). Supermanzanas, Ejes Verdes y Plazas en Barcelona. <https://www.barcelona.cat/pla-superilla-barcelona/es/supermanzanas-ejes-verdes-y-plazas-en-barcelona>
- Ajuntament de Barcelona. (n.d.b). *Participación*. <https://ajuntament.barcelona.cat/superilles/es/participacion>
- BIG. (n.d.). *Superkilen*. <https://big.dk/projects/superkilen-1621>
- Bravo, D. (2022). *Superkilen*. <https://www.publicspace.org/works/-/project/g057-superkilen>
- Casas-Valle, D., Oliveira, I. & Dias, C. (2023). *The Future Design of Streets*. Lab2PT/EAAD.
- CML. (2017a). Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Consultado a 13 agosto, 2024 em <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1521826396T2wSC2iz5Lt92OD4.pdf>
- CML. (2017b). Vol. I Operação de Reabilitação Urbana Sistemática de Santa Clara: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Consultado a 20 maio, 2024 em https://www.lisboa.pt/fileadmin/portal/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ARU/santa_clara/aruSantaClara_dp_pEscritas_ORU_Vol_I.pdf
- CML. (n.d.). Junta de Freguesia de Santa Clara: História da Freguesia. <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/junta-de-freguesia-de-santa-clara>
- Ecosistema Urbano. (2014) *Future Hamar Book: The story of the DreamHamar process*. <https://issuu.com/>
- Fernandes, A. (2023, 22 outubro). *Regenerar espaços urbanos: o futuro das cidades*. Observador. <https://observador.pt/opinioao/regenerar-espacos-urbanos-o-futuro-das-cidades/>
- Garau, P. (2014). *Public Space: A Strategy For Achieving The Equitable City* [Discurso de abertura]. UCLG Peer Learning Exchange on Public Space: Durban, África do Sul. https://www.uclg.org/sites/default/files/uclg-public_space-think_piece.pdf
- Gehl Institute (2016). *The Public Life Diversity Toolkit 2.0*. <https://issuu.com/gehlinstitute>
- Gehl, J. et al. (2006). *New city life*. Arkitektens Forlag. https://issuu.com/gehlinstitute/docs/20160128_toolkit_2.0
- Gehl, J., & Svarre, B. (2013). *How To Study Public Life*. Island Press Washington, DC. <https://doi.org/10.5822/978-1-61091-525-0>
- Gillett Square. (2024). *About Gillett Square*. <http://www.gillettsquare.org.uk/about/>

- Hackney Co-operative Developments. (2016) *The Gillet Squared Project: Independent Review*. <https://issuu.com/>
- Hackney Co-operative Developments. (2024). *About Dalston & Hackney*. <https://hced.co.uk/about/dalston-hackney>
- IMT (2024a). *Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos. Fascículo 1 - Fundamentos sobre utentes e rede rodoviária*. https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_I_2024_digital.pdf
- IMT (2024b). *Documento normativo para aplicação a arruamentos urbanos. Fascículo 3 - Características geométricas para vias de tráfego não motorizado*. https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/DocumentoNormArruamentosUrbanos/Documents/imt_fasciculo_III_2024_digital.pdf
- INE. (2021). *Indicadores*. <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>
- Kulsrisombat, N. (2008). De Facto Urban Regeneration: A Case Study of Chiang Mai City, Thailand. In *Sustainable City Regions: cSUR-UT Series: Library for Sustainable Urban Regeneration*, 7, pp. 77-100. https://doi.org/10.1007/978-4-431-78147-9_5
- Laven, J. (2019). Foreword: Placemaking Europe. In *Placemaking Europe (1ª ed.), Our City? Countering Exclusion in Public Space* (p. 8). STIPO Publishing.
- LB Hackney Policy and Insight Team. (2020). *A Profile of Hackney, its People and Place*. <https://hced.co.uk/download/draft-dalston-plan-summary.pdf>
- Lisboa Ocidental SRU. (2023). *Memória Descritiva e Justificativa: Requalificação Da Av. Glicínia Quartín – Arquitetura*. (PEX.ARQ.MDJ.R00).
- Lisboa. (n.d.). *10 Pontos BIP/ZIP*. Consultado a 13 agosto, 2024 em <https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/dez-pontos-bipzip/index.htm>
- Meireles, A. (2023). 30 anos de PER: o programa que acabou com mais de 10 mil barracas de Lisboa. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/>
- Müller, F. & Richmond, M. (2023). The technopolitics of security: Agency, temporality, sovereignty. In *Security Dialogue*, 54(1), pp. 3-20. <https://doi.org/10.1177/09670106221141373>
- ODS - BCSD Portugal. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://ods.pt/ods/#>
- Project for Public Spaces. (2017). *The Placemaking Process*. <https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places>
- Rieniets, T. (2012) Open City. Progettare la coesistenza nella città contemporânea. In *Territorio*, 61, pp. 7-15. <https://doi.org/10.3280/TR2012-061001>
- Sendra, P. (2023): *The ethics of co-design*. *Journal of Urban Design*, <https://doi.org/10.1080/13574809.2023.2171856>
- Sendra, P. & Sennett, R. (2020). *Designing Disorder: Experiments and Disruptions in the City*. Verso.

- Sennett, R. (2011). *Why complexity improves the quality of city life*. Consultado a 14 janeiro 2024, em <https://urbanage.lsecities.net/essays/why-complexity-improves-the-quality-of-city-life>
- Sennett, R. (2018). *Building and Dwelling: Ethics for the City*. Penguin Books.
- Stevens, J. (2020). *Urban porosity: a chronicle of spatial inclusion in Matonge, Brussels*. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, 15, pp. 61 - 83. <https://doi.org/10.1080/17549175.2020.1858443>
- Stubbs, P. (Apresentador). (2020). *Jan Gehl – urban visionary (No. 4)* [Episódio de podcast áudio]. In *The Environment Show*. Soundcloud. <https://soundcloud.com/environmentshow/jan-gehl>
- Viana, David & Carvalho, Isabel Cristina. (2017). *Desenho colaborativo e urbanização planeada*. <https://www.researchgate.net/publication/322212406> Desenho colaborativo e urbanizacao planeada
- Williams, P. (2019). Working side by side with private partners: How can placemakers confront the challenges of successfully integrating private and public sector interest in creating great places? In *Placemaking Europe (1ª ed.)*, *Our City? Countering Exclusion in Public Space* (p. 350). STIPO Publishing.

ANEXO A | Entrevista com David Leite Viana



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização do espaço público em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste numa breve entrevista de 30 min com foco em 3 perguntas que servirão de base inicial para a exploração do tema, a mesma será transcrita e publicada no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Eliana Pâmpano, ercpo1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais.

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Porto _____ (local) 22/ 11/ 2023 (data)

Nome: David Viana

Assinatura: David Viana

Entrevista realizada a David Leite Viana no dia 08 de novembro de 2023 por Eliana Pâmpano via Zoom.

Transcrição realizada pela própria.

Eliana Pâmpano: Estamos enquanto turma a trabalhar na zona das Galinheiras e Ameixoeira, e o meu tema específico da tese relaciona-se com o espaço público e a intervenção no espaço público desta zona das Galinheiras que tem um contexto social complexo, com grupos étnicos que não se relacionam bem e isso reflete-se na maneira como utilizam o espaço público. E nesta primeira fase do começo da tese, foi-nos proposta a realização de uma entrevista com alguém que nos pudesse, de alguma maneira, proporcionar a sua perspetiva pessoal tendo em conta a experiência que têm sobre esse tema. Neste caso, selecionei o David porque achei relevante o trabalho que desenvolve e os seus artigos, especificamente sobre processos colaborativos. E depois para além desta entrevista, temos também um livro de base. No meu caso, o livro é o “*Designing Disorder*” dos autores Pablo Sendra e Richard Sennett, e depois também um conceito de cidade que nós queremos aplicar, que no meu caso é *Open City* ou a Cidade Aberta. Não sei se tem alguma questão sobre esta introdução, ou se posso prosseguir às minhas perguntas.

David Leite Viana: Prosseguimos.

EP: Pronto, então a minha primeira pergunta é sobre o conceito de *Open City*, que é muito explorado no livro “*Designing Disorder*”, que é o meu livro de base, e neste livro, os autores oferecem-nos soluções na forma do desenho de espaço público inclusivo e, ou seja, é mais direcionado aos arquitetos, mas também para o público geral. E eu queria saber, na opinião do David, o que acha que pode contribuir para este desenho mais inclusivo do espaço público?

[...]

DLV: Para já, felicitar pela investigação, parece-me uma problemática bastante acutilante, e atual. E também felicitar pelas referências que comenta aqui nas suas questões. Eu estou a olhar para o e-mail que me enviou e as 3 questões que estão aqui colocadas. Sobre a primeira pergunta, o que pode contribuir para este desenho mais inclusivo? Eu assim, muito resumindo, evocaria, o S3I. O S3I são soluções inovadoras, inclusivas e inteligentes. Inteligentes, quer dizer, com a componente digital e cultural. Quer isto dizer o quê? Tal como eu digo também no artigo que refere que está na base de alguns dos meus comentários sobre o que

é a participação e a cocriação, et cetera; este desenho inclusivo muitas vezes é entendido apenas como algo em que se colocam um conjunto de pessoas a participar num momento qualquer, num processo de decisão ou um processo de reconhecimento de um problema qualquer. E o que estes autores e eu na linha deles defendo, é que a cidade inclusiva e as soluções e o desenho inclusivo é muito mais do que isto, é um, é um processo em que o envolvimento é um envolvimento com uma densidade muito superior a esta que normalmente nós associamos à participação, por um lado. E por outro também, em que a continuidade do envolvimento é determinante para o sucesso desse mesmo envolvimento, logo, do desenho mais inclusivo. Porque os problemas das pessoas não desaparecem no momento em que nós definimos uma solução, no que alguém define uma solução. A vida das pessoas continua e os problemas continuam a aparecer. Portanto, este acompanhamento e esta interação e este diálogo, que é uma palavra-chave nisto, devem ter em permanente os canais abertos para que esse diálogo aconteça. Ou seja, a minha disponibilidade e a disponibilidade de todos que participam ou devem participar nestes processos colaborativos e em lógicas de cocriação, de identificação de problemas, não é só das soluções, mas a identificação dos problemas, determinação das abordagens a desenvolver para suprir os problemas identificados e o envolvimento de todos na definição e no desenho das soluções a implementar, implica uma grande disponibilidade de diálogo. Implica também que haja inovação, inovação criativa, inovação pragmática, inovação programática também, e uma inovação que vem do conhecimento, vem da teoria, mas também vem do saber fazer, da experiência, do quotidiano, do dia a dia e daquilo que as pessoas avançam elas próprias, muitas vezes, como, não só recursos, mas com processos para ultrapassarem as dificuldades que têm. Portanto este, este reconhecimento mútuo, que há um contributo lato a dar entre todos, com todos e para todos, num processo de aprendizagem ou aprendizagem que de algum modo torne, siga o desenho mais inclusivo nesta via, na inovação, da inclusão pelo envolvimento e da inteligência, inteligência a partir daquilo que as novas ferramentas digitais, que a tecnologia e que os novos processos e abordagens formais, por um lado e por outro, a componente cultural e dimensão social são também estruturantes para aferir a inteligência das soluções. E estou convencido que se nós tivermos este foco nestas soluções 3I's, que eu chamo assim, muito resumidamente, é uma via pela qual nós podemos ter este desenho mais inclusivo que comenta nessa sua primeira pergunta também muito relacionada com esta questão da desordem. Sabendo muitas vezes que, na maior parte das vezes a desordem tem lógicas de

ordem implícitas, o que é preciso fazer é torná-las explícitas. Para torná-las explícitas, eu preciso de olhar para elas de modo não negativado, de modo não ajuizador logo de início, sem complexos, sem partir de um ponto de partida em que eu estou a definir que algo está bem e o que está mal, mas procurando perceber os processos que as montam, como as montam, porque as montam e em que sentido as montam para depois melhorar ou consubstanciar, ou então para depois as reorientar em propostas mais ajustadas ou mais adequadas aos recursos, aos contextos, às comunidades, às pessoas, aos indivíduos, aos seus quotidianos, et cetera. Portanto, parece-me que um pouquinho este caminho que pode ser feito a este nível e que muitas vezes os arquitetos não têm ou possibilidade ou disponibilidade, ou então enquadramento para o fazer, porque, por diversos motivos, quer sejam legais, quer seja tempo, quer seja de oportunidade, quer seja de envolvimento, quer seja até de postura e atitude prévia para com, por exemplo. Não sei se respondi.

EP: Sim, muito obrigada. Passando à segunda pergunta, após a leitura deste artigo, que já referi na introdução, que o David co-autorou, queria saber a sua visão sobre o papel dos arquitetos para a criação desta tal *Open City*, se se limita à participação, aos processos participativos que já são uma grande vertente, ou se engloba outros componentes.

DLV: Sim, englobaria a produção e a partilha, produção, partilha e experimentação de, não só de conhecimento, de saber fazer, de experiências e a exponenciação desta partilha por dispositivos e pela possibilidade que as novas frentes tecnológicas e digitais proporcionam. Esta partilha, uma partilha pessoal, direta, feita em base de diálogo permanente, como comentei na primeira questão, portanto, em discurso direto, olhos nos olhos, em estar presente, em acompanhar, em estar ao lado, em participar, em envolver-se, em, no tal termo tão agora em voga do tal *engagement*, do compromisso que no fundo, não estamos a falar de outra coisa que senão entre compromisso, compromisso entre pessoas, entre técnicos, entre agentes, entre os diversos atores e os diversos envolvidos na promoção destas soluções partilhadas e cocriadas, mas também a sua difusão e, incremento da sua propagação, por via das possibilidades que a digitalização do nosso quotidiano e os avanços tecnológicos que assistimos nos permitem ter diariamente. Quer seja a partir dos nossos dispositivos de comunicação, quer seja a partir de internet, nos nossos computadores, quer seja a partir de, no que for, possibilitem essa partilha de conhecimento da experiência, saberes, viver ou viver quotidiano em *Open City* é um viver de partilha, é um viver

que não só, como referes, na pergunta relativamente à criação e ao desenvolvimento e à elaboração de processos colaborativos e à cocriação de soluções mas também depois na partilha dessas soluções, e na reflexão e na discussão, no discutir a cidade e discutir os nossos espaços do viver coletivo é democracia, é o exercício da democracia. Quanto mais nós discutirmos os problemas do nosso viver coletivo, mais o exercício da democracia que estamos a fazer. Portanto, esta ideia de cidade aberta é uma cidade do diálogo, ponto número 1, tal como disse na questão número 1, é a cidade da criatividade partilhada e da criatividade... Criatividade é no sentido aqui, no sentido lato, não é criatividade no sentido da singularidade e do artifício, e da coisa distinta. É uma criatividade da construção, do saber e do conhecimento e do saber fazer e da experiência, et cetera. É uma criatividade quotidiana do dia a dia, da transposição de dificuldades diárias, et cetera, e do envolvimento, como também disse na segunda. Por outro lado, aqui da partilha, desta partilha de resultados vindos dessas soluções, por um lado. E por outro, como digo também lá no artigo, da inter-relação, que deve ser estabelecido entre os arquitetos e quem está a participar (inaudível) Também é preciso, por vezes, desmontar a ideia que nós arquitetos temos a solução para tudo. Nós, mais do que as soluções para tudo, devemos ser capazes de conduzir processos de criação de soluções, de promoção de soluções, sejam elas construídas de uma forma mais partilhada, e mais consciente, portanto melhor, porque isso contribuirá para o tal desenho colaborativo no artigo para o qual o codesenho, um codesenho muito ancorado nesta ideia de partilha, não só daquilo que é o processo de criação, mas da partilha da informação, da experiência, partilha das experiências no fundo. E o diálogo tendo aqui novamente, e reforçando esta ideia do diálogo, diálogo entre pares, diálogo institucional, diálogo entre quem tem os instrumentos para poder ativar formalmente soluções e aqueles que, de algum modo, devem através da sua experiência, contribuir para que essas instituições, esses organismos, essas entidades, esses atores, que são responsáveis por viver urbano coletivo, tenham presente que esse viver urbano coletivo, se for construído coletivamente, a construção coletiva do território será, para mim o melhor meio para se assegurar esta ideia de *Open City*. A ideia de cidade aberta. Ela deve assentar na construção coletiva do território. Se não houver construção coletiva do território, dificilmente teremos as cidades abertas também.

EP: Certo, penso que se relaciona muito com o que diz no artigo de, ou seja, não trabalhamos sozinhos. É, envolve-

DLV: Exatamente.

EP: Outras áreas que-

DLV: O arquiteto tem que saber construir o território coletivamente e não olhar para ele de cima, numa perspectiva muito panorâmica. Sim, faz parte, faz falta esta leitura mais panorâmica do território, mas depois é preciso descer e pôr o pé no território e saber que pondo o pé no território, estamos a pôr o pé em lugares, em contextos próprios, com pessoas próprias, hábitos próprios, costumes próprios, dificuldades próprias, recursos próprios, tudo muito próprio. Portanto, é preciso saber acolher esse sentido do próprio naquilo que é esta visão muito panorâmica que os arquitetos têm, como, o fazem com mais facilidade por, por defeito de formação, se quiser.

EP: Certo. Pronto, passando para a última pergunta, queria-lhe perguntar se existe algum exemplo que considera relevante. Pode ser em contexto nacional ou internacional, para esta noção de espaço público desenhado para todos?

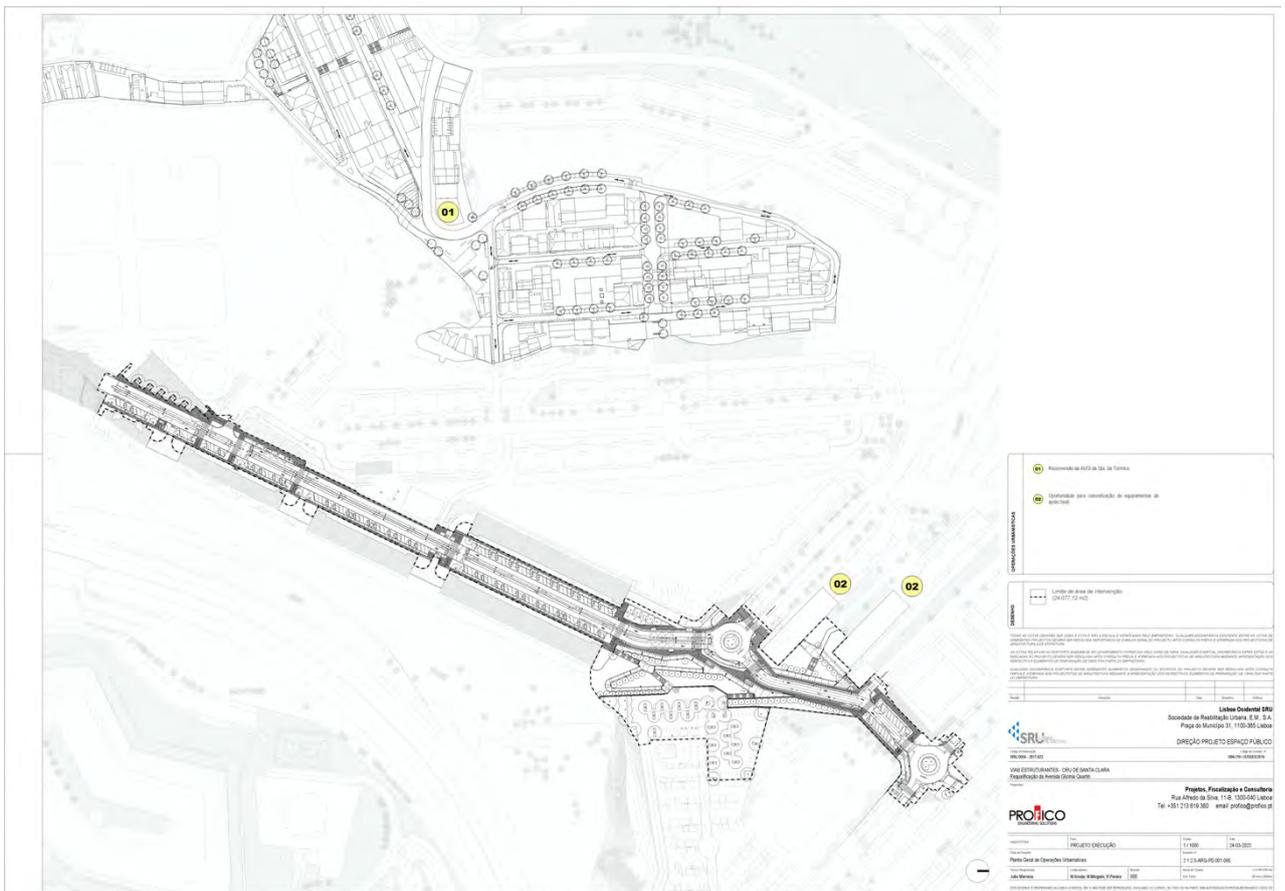
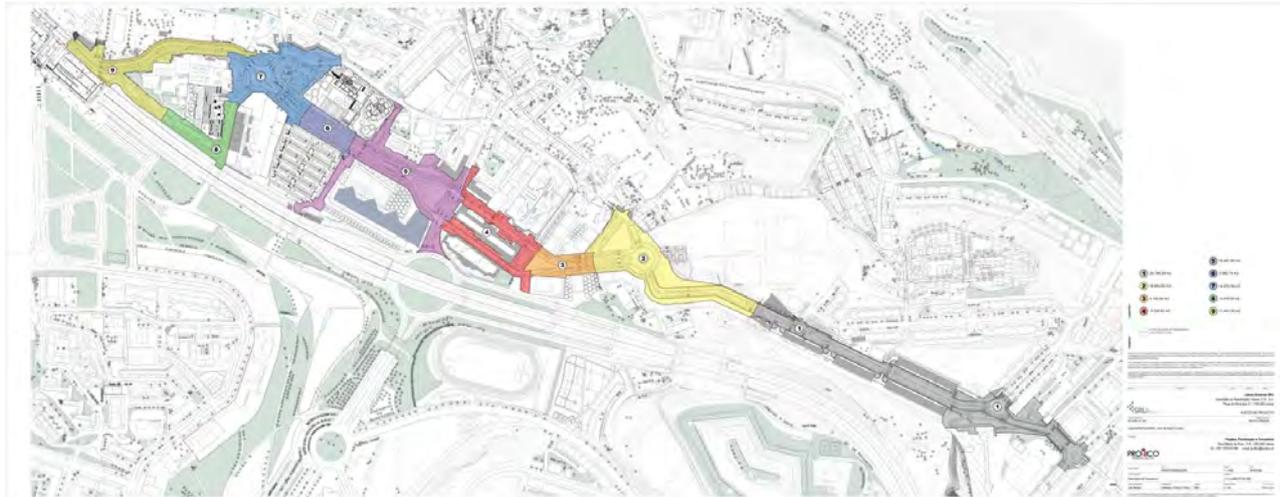
DLV: Ora bem, eu penso que há aqui várias referências que podem ser dadas, principalmente, eu conheço mais até países do norte da Europa. Estou-me a lembrar da Gitte Juul que é uma arquiteta dinamarquesa que trabalha com problemas ao nível do viver urbano coletivo (inaudível) social, infraestrutural, território, et cetera. E que no fundo são relações que ela promove, e estabelece desta forma que nós comentámos para as questões anteriores, portanto, perspetivando como, com o contributo e a partilha das comunidades com quem está a trabalhar e das pessoas e dos grupos e dos inibidos com quem colabora, e com quem estabelece este diálogo, que eu fui comentando ao longo das questões anteriores, chega este desenho do espaço público para todos. Para todos aqui entendido não só numa lógica do para todos os locais, mas também do para todos, de quem vem de fora e de também tem uma oportunidade e deve ter a oportunidade de se apropriar igualmente desse espaço. Portanto, quando se fala aqui para todos local, não para todos o local excludente nem segregador, não, não, para todos local com toda a disponibilidade para que quem não é do local possa também tirar partido, enquadrar-se e apropriar-se desses espaços. E se quer uma referência eu sugiro que veja o trabalho da Gitte Juul, eu depois posso lhe enviar isto por e-mail o nome dela, porque não sei se soletrar assim de

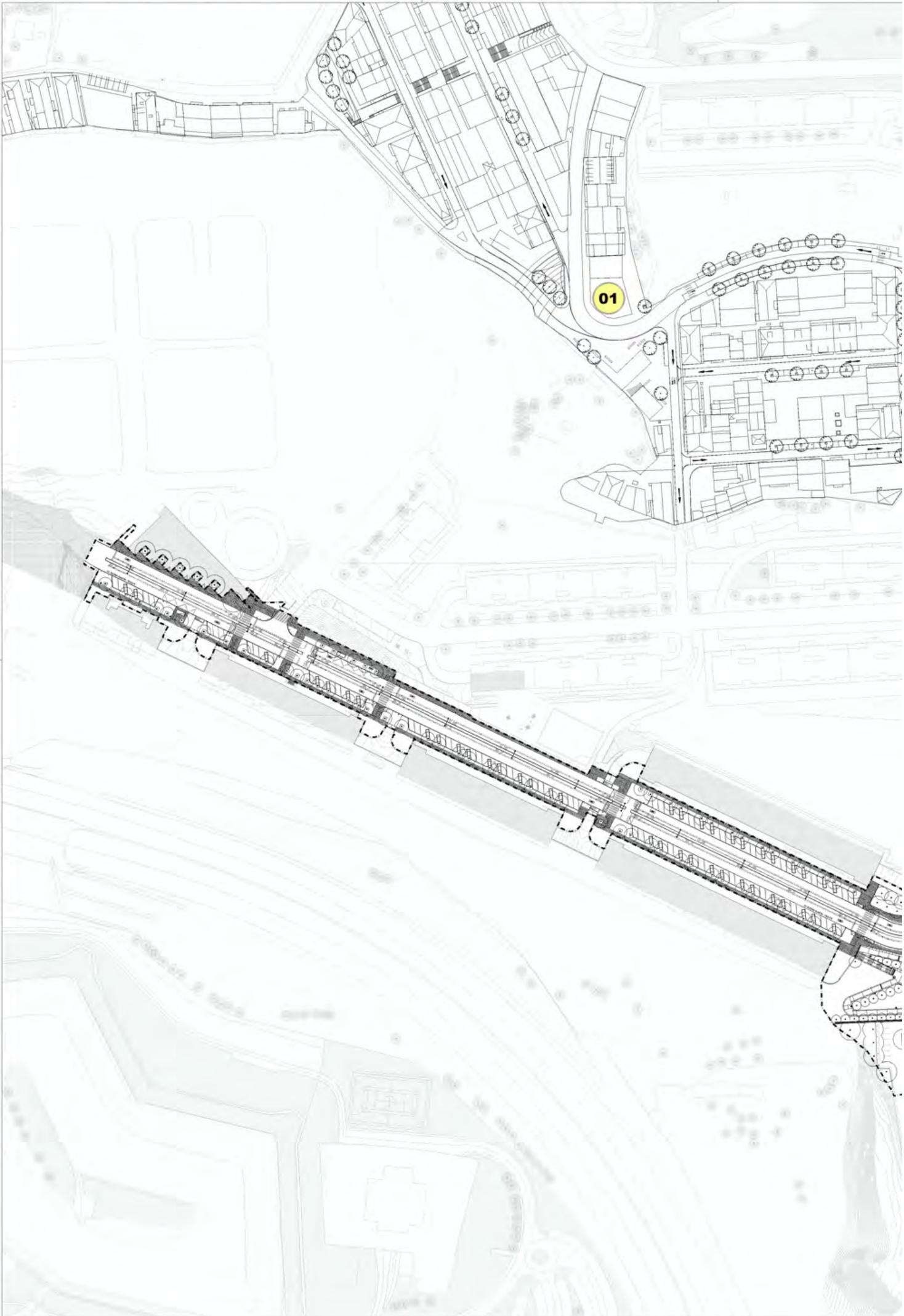
cor (inaudível), mas depois posso enviar por e-mail. Eu acho que ela tem, se não tem, já teve inclusivamente uma *home page* dela com os trabalhos dela, portanto, ela salvo erro também chegou a dar aulas na Danish School of Architecture, na Royal Danish School of Architecture. Portanto, é um dos exemplos. Mas haverá muitos outros, mas este acho particular interesse, e acho que, uma referência quando vir o que ela faz, me parece que vá ao encontro daquilo que refere aqui nesta terceira questão.

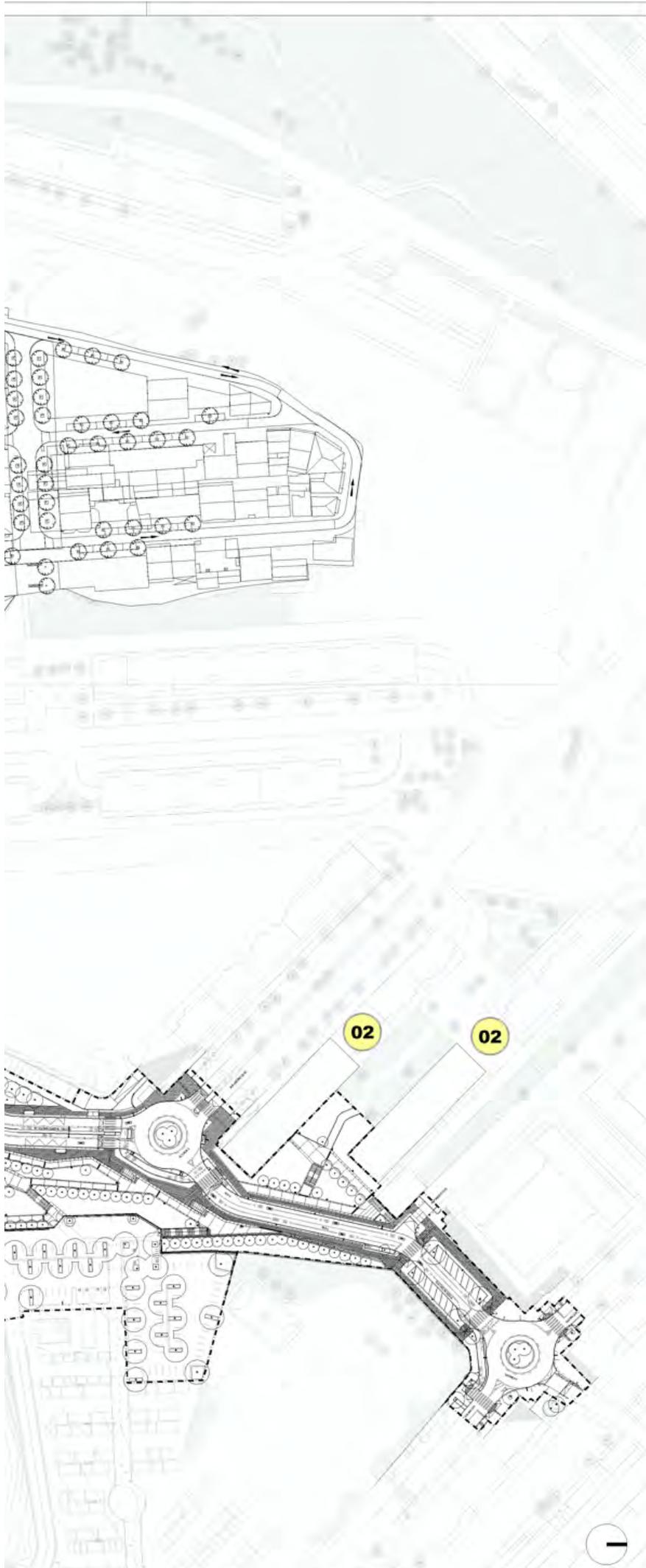
[...]

DLV: [...] estabelecer diálogos é sempre difícil, é sempre algo difícil, porque as pessoas têm que estar disponíveis para ouvirem, para acolherem o que os outros têm para dizer também, e temos que saber o que dizer. Não podemos dizer superficialidades porque isso pouco contribuirá para um diálogo rico, plural, diversificado e integrador. Portanto, esta visão holística e sistémica dos processos colaborativos, porque me parece que é o que estás a tentar desenvolver na tua investigação, acho que é um tema muito relevante, como comentei logo no início e sempre muito a necessitar de mais contributos para que ele ganhe cada vez mais corpo, não só disciplinarmente, mas operativamente também, parece-me que outra questão que deve ser interessada é, como é que se monta disciplinarmente este saber, este conhecimento e depois, principalmente, como é que se torna operativo que é sempre também uma outra dificuldade muito grande, porque é sempre muito mais fácil estarmos na nossa bolha criativa e acharmo-nos capazes nessa bolha criativa de endossar todos os problemas do mundo, o que não é verdade. Portanto, esta abertura é um processo também de autoconhecimento e de reconhecimento do outro e de aceitar o outro no que ele tem das suas diferenças e das suas especificidades e acolher o outro, e o outro acolher-nos, também, de modo a que possamos estabelecer esse diálogo.

ANEXO B | Proposta da Via Estruturante de Santa Clara







OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

- 01 Reversão da AUGI da Qta. da Tomma.
- 02 Oportunidade para concretização de equipamentos de apoio local.

DESENHO

Limite de área de intervenção. (24,077,12 m²)

TODAS AS COTAS DEVERÃO SER LIDAS À COTA E NÃO À ESCALA E VERIFICADAS PELO EMPREITEIRO. QUALQUER DISCREPÂNCIA EXISTENTE ENTRE AS COTAS DE DIFERENTES PROJECTOS DEVERÁ SER RESOLVIDA REPORTANDO-SE À MALHA GERAL DO PROJECTO APÓS CONSULTA PRÉVIA E ATEMPTADA AOS PROJECTISTAS DE ARQUITECTURA E DE ESTRUTURA.

AS COTAS RELATIVAS AO EXISTENTE BASEIAM-SE NO LEVANTAMENTO FORNECIDO PELO DONO DE OBRA. QUALQUER EVENTUAL DISCREPÂNCIA ENTRE ESTAS E AS INDICADAS NO PROJECTO DEVERÁ SER RESOLVIDA APÓS CONSULTA PRÉVIA E ATEMPTADA AOS PROJECTISTAS DE ARQUITECTURA MEDIANTE APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE PREPARAÇÃO DE OBRA POR PARTE DO EMPREITEIRO.

QUALQUER DISCREPÂNCIA EXISTENTE ENTRE DIFERENTES ELEMENTOS DESENHADOS OU ESCRITOS DO PROJECTO DEVERÁ SER RESOLVIDA APÓS CONSULTA PRÉVIA E ATEMPTADA AOS PROJECTISTAS DE ARQUITECTURA MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DOS RESPECTIVOS ELEMENTOS DE PREPARAÇÃO DE OBRA POR PARTE DO EMPREITEIRO.

Revista	Designação	Data	Desenho	Verificar

Lisboa Ocidental SRU
 Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A.
 Praça do Município 31, 1100-365 Lisboa
DIREÇÃO PROJETO ESPAÇO PÚBLICO

Código de intervenção: SRU 0066 - 2017.023 Código de Contas nº 19041791-15/06ES/2019

VIAS ESTRUTURANTES - ORU DE SANTA CLARA
 Requalificação da Avenida Glória Quartã

Projecto: **Projetos, Fiscalização e Consultoria**
 Rua Alfredo da Silva, 11-B, 1300-040 Lisboa
 Tel. +351 213 619 380 email: profico@profico.pt

PROFICO
 ENGINEERING SOLUTIONS

ARQUITECTURA	Fase	Escala	Data
	PROJETO EXECUÇÃO	1 / 1000	24-03-2023
Título do Desenho		Desenho nº	
Planta Geral de Operações Urbanísticas		2.1.2.5-ARQ-PD.001.005	
Técnicos Responsáveis	Colaboradores	Revista	Nome do Ficheiro
João Marrana	M. Amada, M. Morgado, R. Pereira	000	123456789
			000000000

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DA LISBOA OCCIDENTAL SRU E NÃO PODE SER REPRODUZIDO, DIVULGADO OU CÓPIADO, NO TODO OU NA PARTE, SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA RESERVADOS TODOS OS DIREITOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. ALTERADO PELA LEI Nº 104/2017 DE 17 DE SETEMBRO.

ANEXO C | Elementos do Trabalho Individual

Tabela de caracterização de casos de estudo

PROJETOS	DESCRIÇÃO	COLABORADORES	MÉTODOS	ESPAÇO PÚBLICO	CARACTERÍSTICAS				
					CIDADE ABERTA	APROPRIAÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	REGENERAÇÃO URBANA	PROCESSO BOTTOM-UP/TOP-DOWN	USO SAZONAL
 <p>Kubas S.C./ Cubas contenedores</p>	<p>Recetas Urbanas, 1997. Sevilha, Espanha</p>			<p>Lugares de estacionamento apropriados onde há falta de espaço público</p>	<p>De livre uso; desafia e contorna as regras urbanísticas</p>	<p>Licença de colocação de contentor de entulho de obras é usada para fins lúdicos, desportivos, ...</p>		<p>Top-down: arquitetos pedem licença ao município para uso livre da população</p>	
 <p>Gillet Square</p>	<p>Hawkins/Brown Architects, 2007. Londres, Inglaterra</p>			<p>Parque de estacionamento convertido numa praça numa zona central de Londres</p>	<p>Praça que todos utilizam, atividade não se limitam ao «perscrito»: skate, palyground, festas de bairro, etc</p>	<p>Atividades ex: playground, festas comunitárias sem definição formal</p>	<p>Espaço aberto polivalente (antes degradado); costura urbana; quiosques de baixa renda para comércio local</p>	<p>Top-down: arquitetos colaboram com cooperativa para financiar as fases do projeto</p>	<p>Atividades fixas e outras pontuais sugeridas pela comunidade</p>
 <p>Gradas</p>	<p>Recetas Urbanas, 2009. Madrid, Espanha</p>			<p>Campo de futebol rudimentar num bairro de barracas nos arredores de Madrid</p>	<p>Permite às crianças desfavorecidas melhores condições para brincar</p>	<p>Bancada para as crianças poderem assistir aos jogos</p>		<p>Top-down: arquitetos e voluntários envolvem as crianças na construção</p>	
 <p>Making Space in Dalston</p>	<p>muf architecture/art e J&L Gibbons, 2009. Londres, Inglaterra</p>			<p>Masterplan para zona com dificuldades socioeconómicas e apenas 12% de espaço público (comparado com média 38% Londres)</p>	<p>Pesquisa extensiva e consulta com a população; identificação de categorias prioritárias para reabilitar/transformar</p>		<p>Estratégia tripartida que valoriza os bens culturais e a essência do bairro, melhora as condições do existente e acrescenta intervenções em falta</p>	<p>Top-down: estudo encomendado pelos órgãos de governo do bairro para avaliar possibilidades de regenerar sem demolir</p>	
 <p>El Campo de Cebada</p>	<p>2010. Madrid, Espanha</p>			<p>Requalificação de um mercado e polidesportivo em desuso</p>	<p>A comunidade gere e decide que atividades se realizam; workshops coletivos que envolvem e ensinam</p>		<p>Personalização do espaço cinzento de betão com pintura, mobiliário urbano reciclado, atividades diversas propostas pela comunidade</p>	<p>Bottom-up: cidadãos exigem a cedência do espaço ao município</p>	<p>Telas solares retráteis que protegem do calor excessivo; canteiros móveis para aproveitar a exposição solar; atividades pontuais como «Piscinazo» no verão</p>
 <p>DreamHamar</p>	<p>ecossistema urbano, 2011. Hamar, Noruega</p>			<p>Conversão de um parque de estacionamento numa praça central</p>	<p>Discussão pública e rede de atores locais e internacionais que estão envolvidos desde a conceção até hoje</p>		<p>«Open door policy»: brainstorming contínuo com a população através das 7 áreas de trabalho fazem parte do processo; implementação das suas ideias para atividades</p>	<p>Top-down: município contrata arquitetos para trabalhar com população</p>	<p>«Anel social» como local de encontro: auditório ao ar-livre, palco, campo de futebol, ringue de patinagem, base para árvore de Natal, ...</p>
 <p>Superkilen</p>	<p>BIG Bjarke Ingels Group, 2012. Copenhaga, Dinamarca</p>			<p>Parque urbano que reflete as origens étnicas diversas dos habitantes</p>	<p>Celebração das diferentes culturas que compõem a cidade</p>	<p>3 ambientes: desporto e cultural; zona de estar ao ar-livre; zona de lazer verde</p>		<p>Top-down: arquitetos consultam população para criar mobiliário urbano representativo dos seus países</p>	
 <p>Move It!</p>	<p>Superworld, 2021. Bruxelas, Bélgica</p>			<p>Apropriação dos lugares de estacionamento</p>	<p>Módulos refletem a necessidade de menos estacionamento e mais espaço público</p>	<p>Várias funções: estacionamento de bicicletas, zonas de lazer, brincar, canteiros móveis</p>		<p>Top-down: arquitetos colocam módulos consoante as necessidades identificadas pela população</p>	

Gramática de mobiliário urbano

- LEGENDA
- CULTURA
 - DESPORTO E MOBILIDADE
 - LAZER



Desafios Urbanos nas Galinheiras

(Re)Imaginar a Via Estruturante Através da Participação Comunitária na Regeneração Urbana



Eliana Raquel Correia Pâmpano
 Docente e orientadora: Alexandra Paio
 Co-orientadora: Lia Ferreira

CIDADE ABERTA



"living one among many enables, in Robert Venturi's words, 'richness of meaning rather than clarity of meaning'. That is the ethics of an open city."
 - Richard Sennett, em *Building and Dwelling, 2018*

A Cidade Aberta pode caracterizar-se pela interação entre 3 elementos: Pessoas, Espaço e Diálogo.

Esta cidade acolhe e aceita as diferenças que a compõem através da noção de ética social baseada na diversidade inerente a cada pessoa, que converge e convive diariamente com outras diferentes de si mesmo. O espaço público é o cenário onde estas interações passam da esfera privada para a pública, e o diálogo o seu mediador.

Integrar este conceito na regeneração urbana das Galinheiras significa adotar uma metodologia ligada à compreensão da especificidade deste lugar, e à elaboração de estratégias que envolvem a população local na proposta de soluções.

"A construção coletiva do território será o melhor meio para se assegurar (a) ideia de Open City."

- David Leite Viana, arquiteto entrevistado

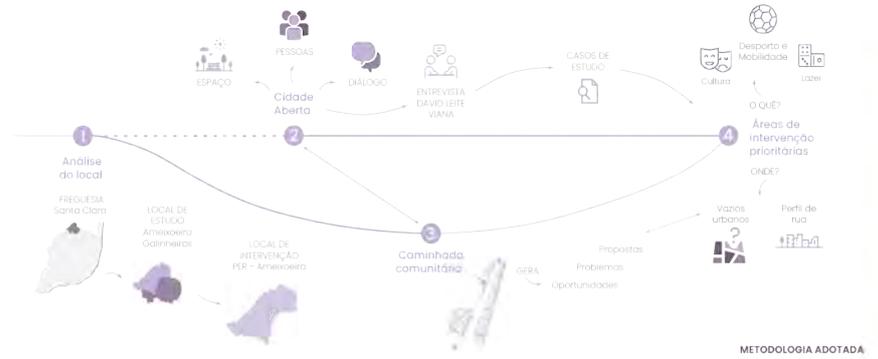
As Soluções 3 1's são as que priorizam a Inovação, a Inteligência e a Inclusão.

Podem aplicar-se à prática da arquitetura como 'ferramenta para atingir um desenho participado, no qual a diversidade de contributos é uma mais-valia para as soluções propostas. Estas soluções, quando aplicadas em processos participativos, são ferramentas que o arquiteto possui à sua disposição para implementar mudanças significativas no território onde atua.

A inovação procura integrar o conhecimento teórico com o conhecimento local, aplicando-o em situações diárias de forma criativa e experimental. Através da tecnologia, mas também da valorização do engenho local, estas soluções tornam-se inteligentes. O envolvimento e empenho em dialogar em conjunto sobre problemas e soluções, aliados a um processo denso e contínuo, determinam que as soluções sejam inclusivas.



SOLUÇÕES 3 1'S - DAVID LEITE VIANA



METODOLOGIA ADOTADA

Zona das Galinheiras

O Eixo Norte-Sul divide a freguesia de Santa Clara em 2 partes: as Galinheiras e a Alta de Lisboa. Esta freguesia periférica situa-se na coroa norte do município de Lisboa. A população das Galinheiras é culturalmente muito diversa, constituída por portugueses, etnia cigana, africanos e imigrantes.

Plano Especial de Realojamento (PER)

A partir dos anos 90 foram construídos prédios de habitação coletiva para albergar a população que vivia em barracos e outras construções ilegais. Os PER encontram-se distantes do centro das Galinheiras, apresentam problemas de cariz social e também carências no espaço público.

Via Estruturante de Santa Clara

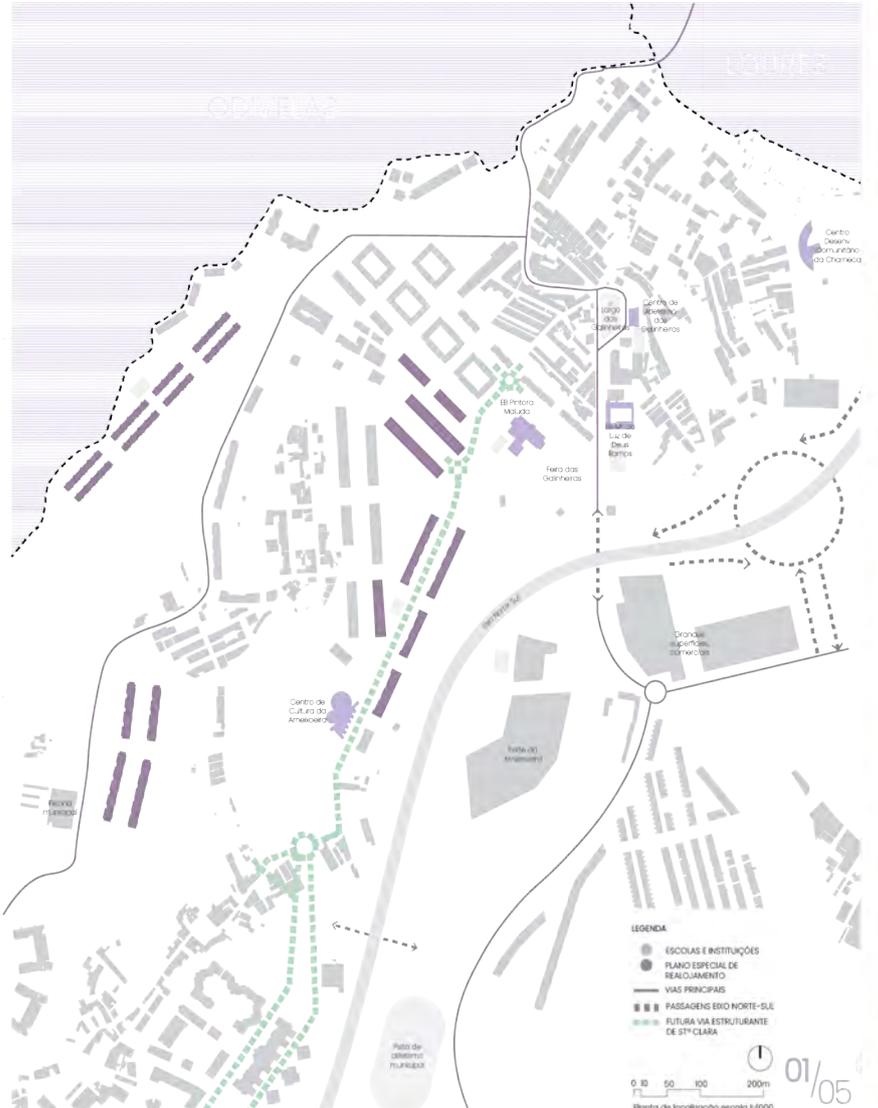
Esta grande obra infraestrutural irá conectar as Galinheiras à Alta de Lisboa e ao Eixo Norte-Sul por meio de uma nova estrada que atravessa o território, e alguns casos o atravessa por completo. No PER, esta estrada trará novos meios de mobilidade como transportes públicos e uma ciclovia, mas não aborda grandes questões como a separação social e territorial, os vazios urbanos e o equipamento urbano degradado.

CHARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS GALINHEIRAS

CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA DAS GALINHEIRAS

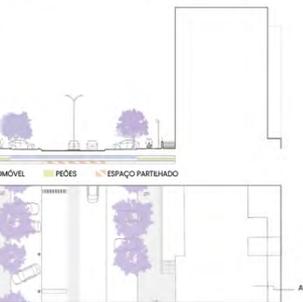


0 50 100 300m
 Plantas escala 1:20 000



LEGENDA
 ESCOLAS E INSTITUIÇÕES
 PLANO ESPECIAL DE REALOJAMENTO
 VIAS PRINCIPAIS
 PASSAGENS EIXO NORTE-SUL
 FUTURA VIA ESTRUTURANTE DE ST. CLARA
 0 10 50 100 300m
 Planta de localização escala 1:4000

PARA AUTOMÓVEIS



RUA DA MOBILIDADE



RUA PARA TODOS



(RE)IMAGINAR A VIA ESTRUTURANTE

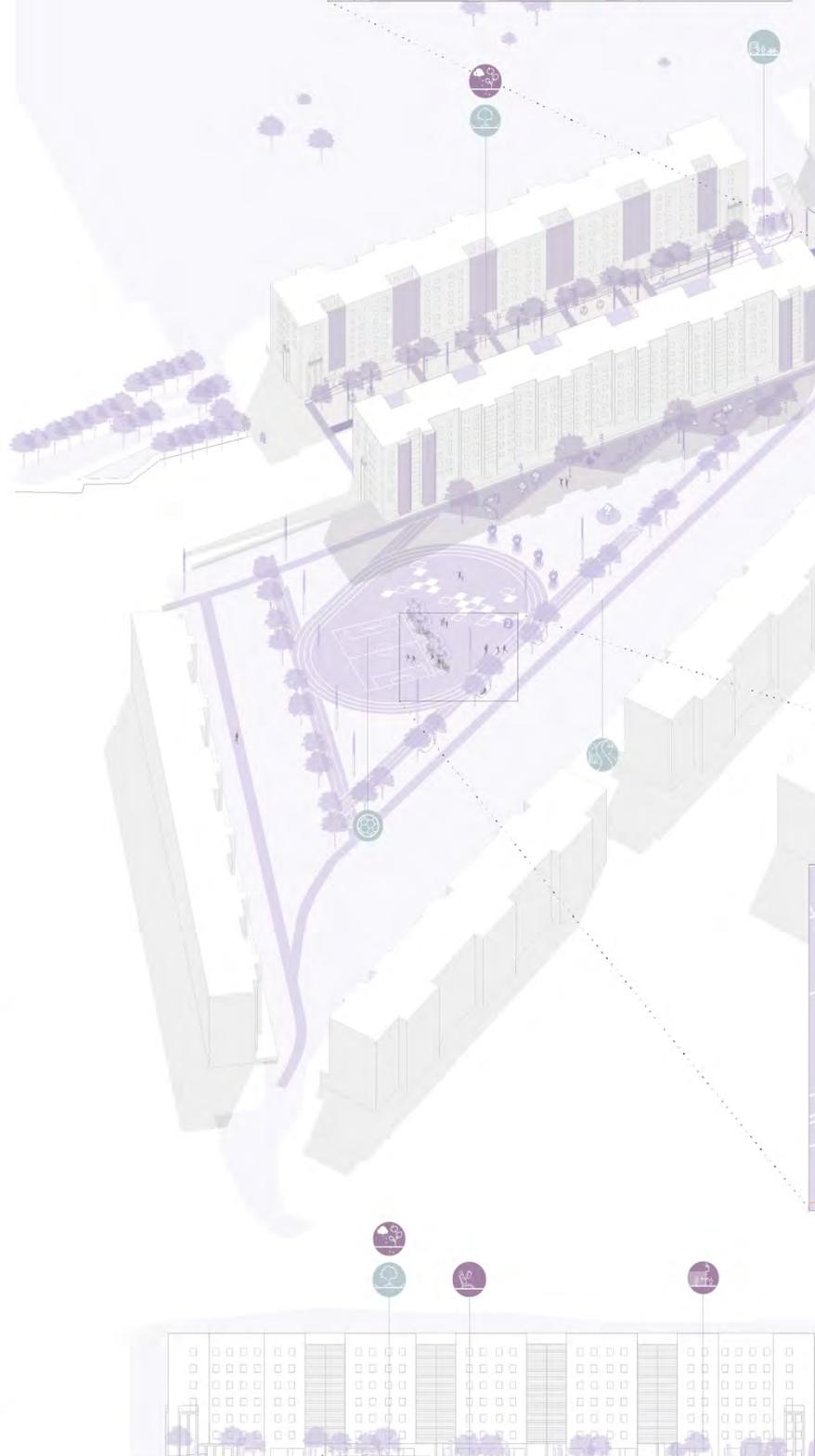
Incorporar a Via Estruturante numa proposta que atenta às condições complexas deste território passa por desenvolver soluções em conjunto com a população, para promover uma maior acessibilidade, tanto física como social.

O conhecimento local dos moradores permitiu a realização da Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartir, onde se identificaram Oportunidades, Problemas e se definiram Propostas que estes gostariam de ver desenvolvidas na sua rua. Para promover a permanência e tornar a Avenida num espaço de estar agradável e inclusivo, este projeto define 3 áreas de Intervenção Prioritária - o **Cultura**, o **Lazer** e o **Desporto**. A necessidade de atender às condições de mobilidade reduzida (de moradores e futuros utilizadores) e a priorização dos utentes mais vulneráveis resultaram na transformação da Av. numa **rua de coexistência**, onde a circulação automóvel é reduzida à estritamente funcional, de forma a que as pessoas tenham circulação prioritária sobre os outros utentes do sistema de tráfego. A rua é uma plataforma única, com acessos aos PER redenhados que contribuem para uma maior **acessibilidade física** (Código da Estrada, artº 78A). Para auxiliar a regeneração urbana os pisos térreos das prédios e do Centro de Cultura são reativados e abertos à população para se desenvolverem atividades recreacionais e comerciais. Através de pavimentos permeáveis que reutilizam em parte azulejos cerâmicos demolidos nas obras da Via, a rua torna-se mais **sustentável** tanto ambiental como socialmente.



- Rua para todos
- Hortas urbanas
- Jogos de tabuleiro
- Orientação para deficientes visuais
- Pontos plug-in de infraestrutura
- Multimodalidade
- Árvores e paisagismo
- Futebol como fator de união
- Estacionamento para moradores
- Trilhas urbanas
- Rua como ecossistema
- Cuidar do ambiente urbano
- Iluminação adaptada
- Fachadas ativas
- Zonas recreativas
- Hotspots de tecnologia

ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS





Um espaço síncrono é uma forma física aberta, onde se reúnem várias pessoas a realizar atividades diferentes em simultâneo.

- Adaptado de Richard Sennett, em *Building and Dwelling*, 2018

Os conceitos desenvolvidos no estudo do conceito da Cidade Aberta permitiram desenvolver uma gramática de mobiliário urbano.

A interação de Pessoas no Espaço gera o Diálogo, que é a negociação e aceitação de diferentes formas de interagir com o ambiente urbano. A Cidade Aberta prioriza estas 3 vertentes através do desenho urbano inclusivo, que garante a acessibilidade universal para todos os seus utilizadores. O mobiliário urbano desenvolvido acrescenta acessibilidade física à rua ao ser utilizável por pessoas com diferentes capacidades de mobilidade. A interação e coexistência no espaço público que advém de diversas pessoas a utilizar o espaço público simultaneamente contribui para uma rua com mais acessibilidade social.

- LEGENDA
- CULTURA
 - DESPORTO E MOBILIDADE
 - LAZER



GRAMÁTICA DE MOBILIÁRIO URBANO

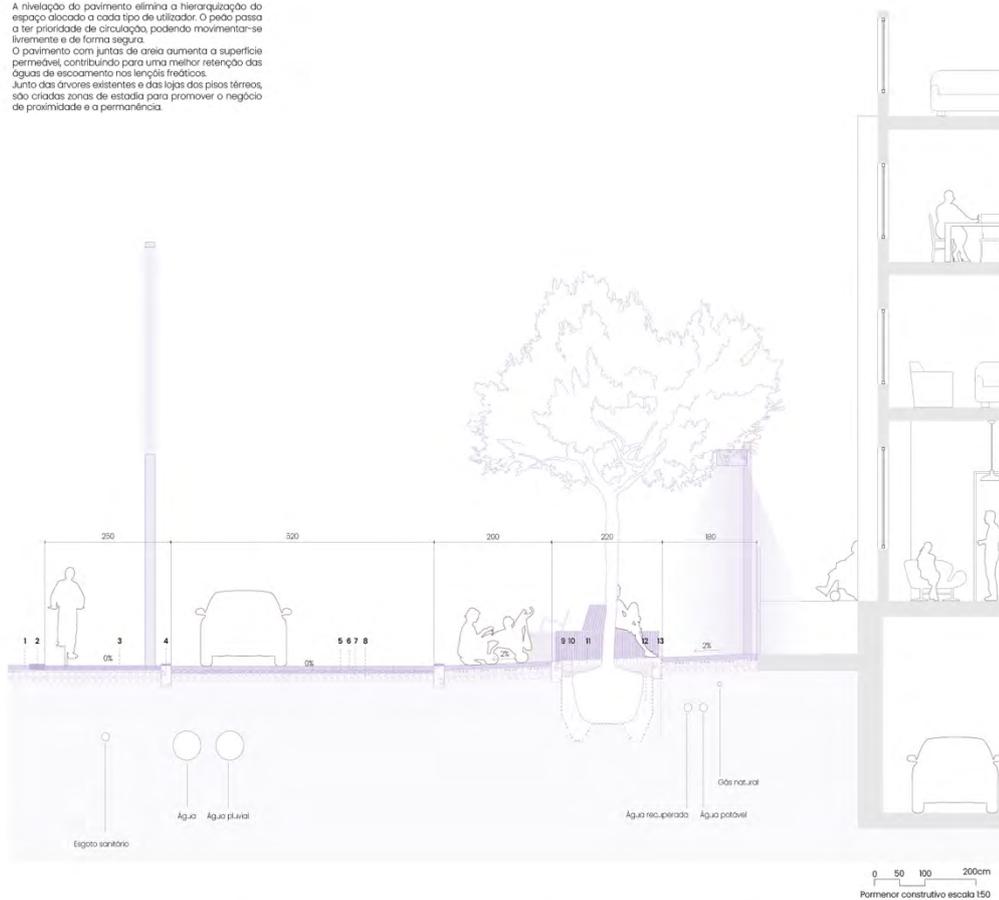




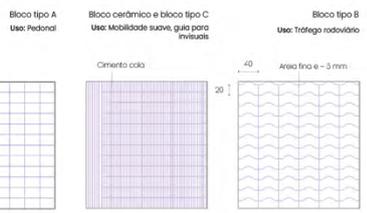
UM NOVO PERFIL DE RUA

O perfil de rua proposto pretende melhorar a acessibilidade universal, tornar o pavimento mais permeável e criar zonas de estadia que tiram partido das sombras existentes.

A nivelção do pavimento elimina a hierarquização do espaço alocado a cada tipo de utilizador. O peão passa a ter prioridade de circulação, podendo movimentar-se livremente e de forma segura.
 O pavimento com juntas de dilatação aumenta a superfície permeável, contribuindo para uma melhor retenção das águas de escoamento nos lençóis freáticos.
 Junto das árvores existentes e das lojas dos pisos térreos, são criadas zonas de estadia para promover o negócio de proximidade e a permanência.



0 50 100 200cm
 Pormenor construtivo escala 1:50



- LEGENDA**
- 1 BLOCO CIMENTO TIPO A - PEDONAL
 - 2 BLOCO CIMENTO TIPO C - GLIA DE ENCAMINHAMENTO
 - 3 BLOCO CERÂMICO - CICLOVIA
 - 4 LANCIL DE BETÃO
 - 5 BLOCO CIMENTO TIPO B - AUTOMÓVEL
 - 6 AREIA (e = 4cm)
 - 7 MANTA GEOTÉXTIL DE DRENAGEM
 - 8 GRÁVILHA DE DRENAGEM + AGREGADO SILICA (e = 21 cm)
 - 9 AGREGADOS
 - 10 MANTA GEOTÉXTIL DE DRENAGEM
 - 11 ORELHA METÁLICA
 - 12 SOLO PARA PLANTIO
 - 13 SOLO COMPACTADO



ANEXO D | Processo Participativo



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização do espaço público em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa caminhada exploratória pela Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em 4 perguntas que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Eliana Pâmpano, ercpo1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Nome:

Assinatura:

Lisboa (local) *21/06/2024* (data)

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização do espaço público em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa caminhada exploratória pela Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em 4 perguntas que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Eliana Pâmpano, ercpo1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Nome: _____ Lisboa (local) 21/06/2024 (data)
Assinatura: _____

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização do espaço público em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa caminhada exploratória pela Avenida Glicínia Quartin, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em 4 perguntas que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Eliana Pâmpano, ercpo1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Liliana (local) 21/06/2024 (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado Integrado de Arquitetura.

O estudo tem por objetivo a fundamentação de conceitos e problemáticas na área de desenho e utilização do espaço público em contexto de bairros sociais.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, e consiste numa caminhada exploratória pela Avenida Glicínia Quartín, na Ameixoeira/Galinheiras com foco em 4 perguntas que servirão de base para a exploração do tema, com recurso a captação de imagem e audiovisual que será parcialmente transcrito e publicado no estudo, com direito à revisão e aprovação.

O ISCTE é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento no art. 6º, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Eliana Pâmpano, ercpo1@iscte-iul.pt, que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar o contacto indicado para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação no estudo é totalmente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Não existem riscos significativos expectáveis à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais. O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email dpo@iscte-iul.pt. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada a oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. Aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

Sim Não

Lisboa (local) 21 / 06 / 2024 (data)

Nome: _____

Assinatura: _____

Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin

Vamos falar sobre a rua!

6ª feira dia 21/07/2024

18:00 h

Ponto de encontro:

Grupo Comunitário



iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Organização:
Eliana Pâmpano -ISCTE
Eliana_Pampano@iscte-iul.pt

Com o apoio de:
Grupo Comunitário Galinheiras e Ameixoeira

Resumo da “Caminhada Comunitária pela Av. Glicínia Quartin – Vamos falar sobre a rua!”

Moderadora: Eliana Pâmpano

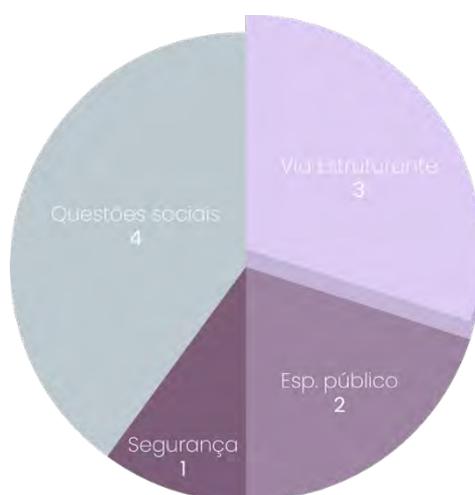
Sexta-feira dia 21/06/2024

Duração: 18:00-20:00

Condições climáticas: ensolarado, c. 22°C

Total de participantes: 5 – 3 moradores da Av. e 2 não-moradores (+4 participantes indiretos – 2 moradores da Av. e 2 não-moradores)

Oportunidades - 10



Âmbito das oportunidades

Segurança

- Presença ocasional da Polícia aumenta percepção de segurança

Questões sociais

- Parceiros e associações que desenvolvem trabalho na Casa da cultura, ATL APAR, Praia-Campo
- Moradores dispostos a sensibilizar/dinamizar medidas de melhoria do espaço público
- Centro Comunitário pode ser capaz de dar ferramentas para capacitar as pessoas
- Centro Comunitário de “portas abertas” a todos como fator de coesão

Via Estruturante

- Ligação ao Eixo NS será útil e trazer mais possibilidade de circulação
- Introdução de transportes na rua

- Novos movimentos pendulares

Espaço público

- Campo de jogos muito utilizado pelas crianças
- Vazios urbanos podem ser ativados

Problemas - 16



Âmbito dos problemas

Segurança

- Insegurança tanto na rua como em casa
- Carros circulam em excesso de velocidade
- Ocupações ilegais de lojas e zonas comuns dos prédios

Espaço público

- Caixotes do lixo móveis vão causar acumulação e vandalização/uso impróprio
- Novo passeio é excessivamente largo em algumas zonas, não servirá para as crianças brincarem e retira espaço para estacionar
- Desenho dos canteiros não é funcional para o estacionamento
- Localização e material do campo de jogos causam barulho
- JF não faz a manutenção dos canteiros

Mobilidade

- Oferta de estacionamento insuficiente vai causar vandalização dos pilaretes e estacionamento indevido

- Novos lugares de estacionamento vão criar situações de inacessibilidade – poucos lugares que obrigam a estacionar mais longe de casa

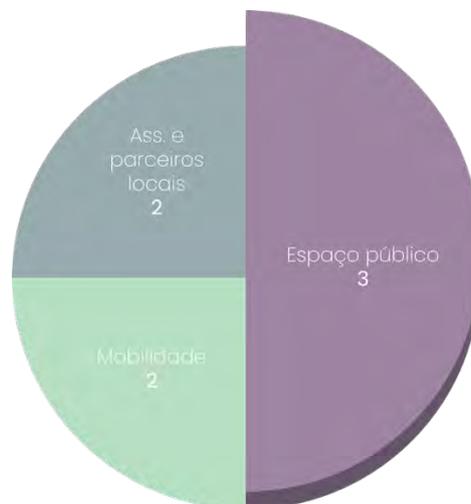
Questões sociais

- Vizinhos não cuidam/tem atenção ao espaço público, comum
- Preconceito com a zona
- Mais envolvimento e preocupação por quem representa as entidades no terreno, mas quem toma as decisões não ouve/está presente

Atividades e usos

- Casa da Cultura poderia ter mais utilidade para os moradores
- Campo de jogos precisa de manutenção/regras de uso
 - Atividades implementadas têm pouca duração – Cantina comunitária, reativação do campo de jogos. Poderiam ter mais impacto no território caso fossem mais duradouras

Propostas - 8



Âmbito das propostas

Urbanismo e espaço público

- Caixotes do lixo subterrâneos – menos vandalismo, mais salubres
- Manutenção devida do campo de jogos – reparação das redes, possivelmente trocar grades para diminuir ruído
- Campo de jogos localizado mais longe das casas ex. terreno baldio triangular ao lado
- Hortas organizadas e outros aproveitamentos dos vazios urbanos

Mobilidade

- Passeio adequado à circulação – nuns casos menor, noutros maior
- Mais estacionamento

Associações e parceiros locais

- Reativação da cantina/outro projeto comunitário na Casa da Cultura
- Plano de Desenvolvimento Local





Relatório da caminhada

Ponto de encontro e início da caminhada à porta do Centro Comunitário.

Aqui, **3 participantes indiretos**, 2 dos quais moradores da Av Glicínia Quartin, não quiseram participar na caminhada, mas partilharam a sua opinião em relação a alguns problemas que sentem na rua, nomeadamente em relação à insegurança sentida e à dificuldade de convivência com os vizinhos.

Após se encontrarem presentes **4 dos 5 participantes diretos** da caminhada (2 moradores da Av. e 2 moradores da zona em redor) foi explicada a dinâmica e objetivos da atividade – auscultá-los e as suas opiniões em relação à Av. Glicínia Quartin, em torno de 4 questões principais: a sua experiência pessoal com a rua/espacos em discussão, aspetos positivos a notar, possíveis alterações que gostariam de ver na rua/espacos em discussão, e a sua visão da rua tendo em conta as alterações que se encontram a decorrer.

Após a assinatura de declarações de consentimento informado iniciou-se a atividade. O percurso feito do centro comunitário ao 1º ponto de paragem da caminhada revelou de imediato um problema de acessibilidade no espaço público, pelo facto de a única passagem acessível no início da R. Fernando Gusmão (o piso ao nível da estrada antes da passadeira) se encontrar bloqueado com uma viatura indevidamente estacionada.

No 1º ponto da caminhada, inicia-se a conversa com os **4 participantes diretos**. Devido às condições da Av. atualmente em obras e pela facilidade de acesso, o ponto de paragem foi alterado para o espaço ocupado pelo separador central em frente à “Casa da Cultura”. Aqui, a passagem de muitas viaturas, algumas em sentido contrário, revelou-se um

problema para a realização ininterrupta da atividade. Surge **1 participante indireto** que permanece na caminhada apenas neste 1º ponto de paragem, e o **último participante direto** – a caminhada conta agora com todos os 5 participantes diretos.

Após contextualizar o último participante direto, começa-se por discutir a experiência pessoal dos participantes com a “Casa da Cultura”. **Todos os participantes** referem que não é um espaço que utilizam. O **participante 5** refere que apenas tem conhecimento das atividades aqui dinamizadas por morar na Av.

O **participante 2** refere a importância da ação das instituições APAR e Festival Todos na “Casa da Cultura”. O **participante 5** refere que apesar de as atividades dinamizadas pela APAR ocorrerem 1 vez por semana, as crianças da Av. frequentam o ATL da Pastoral dos Ciganos, e por isso não utilizam tanto este equipamento cultural.

Ao notarem o avanço das obras da Via Estruturante, os participantes mudam o foco da discussão para este assunto. O **participante 3** nota que os pilaretes colocados serão arrancados para estacionarem indevidamente, à semelhança do que aconteceu antes das obras. Os **participantes 3 e 5** concordam que os 3 lugares de estacionamento propostos por lote são insuficientes. O **participante 3** refere que são necessários mais lugares de estacionamento acessíveis para que as pessoas possam estacionar mais perto de casa, e discorda da avaliação feita pela CML de que a oferta anterior de lugares superava a procura. O **participante 5** refere, contudo, que a Via Estruturante será uma ligação útil ao Eixo Norte-Sul, e que trará mais circulação à zona.

Voltando a discutir a “Casa da Cultura”, o **participante 2** diz que poderia ter mais utilidade para os moradores, e que inclusive já foi utilizado como espaço de festas, mas que existe um ciclo de vandalismo que impossibilita o uso regular. Apesar disto, refere que ainda é utilizada para atividades escolares e de férias, e no âmbito do programa Praia-Campo. O **participante 4** menciona que este espaço já funcionou como cozinha comunitária, que era bastante utilizada e um benefício para os moradores de baixo rendimento, mas que por motivos que desconhece esta cozinha já não se encontra em funcionamento. O **participante 3** acrescenta que todas as atividades implementadas neste espaço têm curta duração.

Retornando o foco às obras da Via Estruturante, o **participante 3** refere que gostaria que tivessem sido implementados ecopontos subterrâneos, à semelhança de outras zonas alvo de obras urbanísticas. O **participante 5** concorda com o participante 3, e refere que existem catadores de lixo que pioram as condições de salubridade da rua. O **participante 2** menciona que existe muito lixo atirado das janelas por moradores para a zona de mato atrás dos lotes que fazem fronteira com o Eixo Norte-Sul. Concorda com os participantes 3 e 5, e afirma que os caixotes móveis por vezes são deslocados por moradores para uso próprio. Refere que para existir a correta separação do lixo, têm de existir incentivos para a recolha.

O **participante 1 e o participante indireto** concordam que a sensibilização e incentivo são importantes para este assunto.

Os **participantes 3 e 5** julgam que é desnecessário que o passeio junto à passadeira tenha toda a largura prevista pelas obras. O **participante 5** refere que as crianças não brincam neste espaço, e que por isso não entende a sua finalidade. O **participante 3** diz que o passeio antigo permitia circular e que o novo desenho de passeio retira espaço que podia ser útil para estacionar. Os **participantes 3 e 5** afirmam que o desenho dos canteiros das árvores em losango não é funcional e que em certos casos, remove espaço em que se poderia estacionar.

Avançando para o 2º ponto de paragem, **todos os participantes** concordam que o campo de jogos é muito utilizado pelas crianças, apesar de na altura da caminhada se encontrarem apenas 3 crianças no local. Referem que este espaço é muito utilizado à noite, principalmente nas noites de verão, em que as crianças se encontram menos ocupadas. Todos concordam que as grades de metal são barulhentas e se ouvem nas suas casas, inclusive na R. Fernando Gusmão. O **participante 3** refere que este espaço necessita de manutenção e se encontra muito degradado. O **participante 1** concorda e acrescenta que desde a criação deste equipamento, que este não tem sido mantido em bom estado. Apesar disto, o **participante 5** refere que é um espaço importante para as crianças, que não se podem deslocar para as Galinheiras para brincar devido aos problemas que lá têm surgido. Acrescenta que a Via Estruturante acrescentará “muitos carros” à Av. e que este campo é importante porque para além dele, as crianças não têm para onde ir. Os **participantes 2 e 3** referem que os vazios urbanos podiam ser mais bem aproveitados, e que, por ex. este campo poderia estar no terreno baldio triangular que existe mais abaixo, ficando assim mais longe das casas e minimizando o barulho. Pegando na questão dos vazios urbanos, o **participante 2** sugere que podiam existir hortas urbanas para um aproveitamento do espaço público. O **participante 3** concorda, mas acrescenta que estas hortas devem ser organizadas.

Regressando à questão dos canteiros, os **participantes 3 e 4** afirmam que solicitam à JF que efetue a sua manutenção, mas que isto acontece com pouca regularidade, o que leva à degradação dos mesmos. Concordam que existe pouco cuidado com o espaço público por parte dos moradores. O **participante 5** afirma que se se unissem, os moradores podiam manter o espaço público em boas condições. O **participante 3** contesta que, de forma geral, os moradores escolhem não se importar com o estado de conservação do espaço público e dos equipamentos urbanos. Todos os participantes concordam que existe uma falta de interesse e abandono relativamente a esta questão.

O **participante 1** refere um “preconceito com a zona”, e que este assunto requer muita insistência por haver falta de interesse generalizada. O **participante 3** lamenta a ausência da JF das reuniões do Grupo Comunitário, que seria importante para estes problemas serem

ouvidos. Os **participantes 3 e 4** salientam, no entanto, a importância da presença de representantes da CML e as pontes que estes atores-chave estabelecem com as entidades governadoras.

Falando das ciclovias propostas, o **participante 2** reconhece que, apesar de se deslocar de bicicleta por lhe ser mais prático, o caminho não é acessível e é descontínuo. O **participante 3** pensa que por se tratar de uma zona alta, não existirão muitas pessoas a querer deslocar-se para aqui de bicicleta. Os **participantes 4 e 5** afirmam que não é comum verem ciclistas na zona (que utilizem a bicicleta para se deslocar para outras partes da cidade) e não sentem que estas ciclovias sejam seguras. Os **participantes 2, 3 e 5** concordam que as ciclovias junto ao separador central serão propícias a acidentes/mais inseguras. O **participante 2** preferia que a ciclovia estivesse junto ao passeio. Relativamente a aspetos positivos, os **participantes 3 e 4** salientam os movimentos pendulares que começarão a ocorrer na zona. Estes referem também o trabalho positivo feito por agentes e funcionários que representam as entidades (SCML, outras associações) no terreno, e a oferta e interesse por parte de alguns moradores à JF para sensibilizar os seus vizinhos a adotar comportamentos diferentes em relação à conduta cívica e tratamento do espaço em redor. O **participante 4** lamenta, no entanto, a falta de ligação e compreensão por parte de quem toma as decisões.

A partir deste momento, um dos participantes tem de abandonar a atividade, que prossegue com 4 participantes diretos. **Todos os participantes** referem a importância de iniciativas como a LIGA-TE e a Fundação Aga Khan para o início da atividade do Grupo Comunitário, ao proporcionar ferramentas para tentar capacitar os moradores. O **participante 3** sente que tal não foi conseguido por não existir uma vontade por parte das próprias pessoas em ter autonomia, e lamenta que o fim da parceria com a fundação tenha significado uma redução da influência do Grupo. **Todos os participantes** sentem uma falta de interesse por parte da CML em ajudar a implementar melhorias.

Passando para o último ponto de paragem, existe uma discussão breve sobre a Feira das Galinheiras. Os participantes que moram na Av. referem não utilizar a feira, e os participantes não-moradores utilizam-na, mas deslocam-se de carro sem passar pela Av. Apesar de ocorrer todos os domingos, o **participante 2** julga que o facto de a feira estar reduzida em tamanho e em oferta comparativamente à localização anterior condiciona a participação das pessoas. **Todos os participantes** concordam que a introdução de mais transportes na Av. pode trazer mais pessoas à feira. Por fim, o **participante 2** refere que alguns dos moradores da Av. vendem na feira, mas que no geral o tipo de oferta não é tão variado e por isso pode ser menos atrativo.

Após o agradecimento pelos contributos, dá-se por concluída a atividade.

GUIA DE BOAS PRÁTICAS

UMA RUA PARA TODOS

Eliana Pâmpano

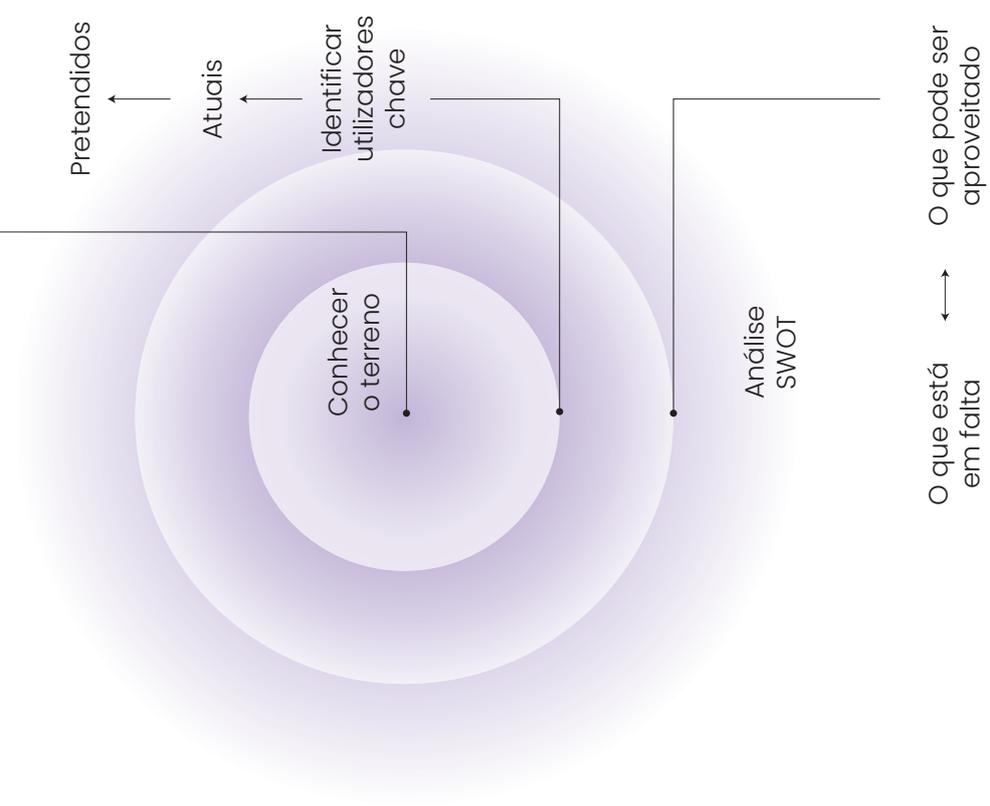
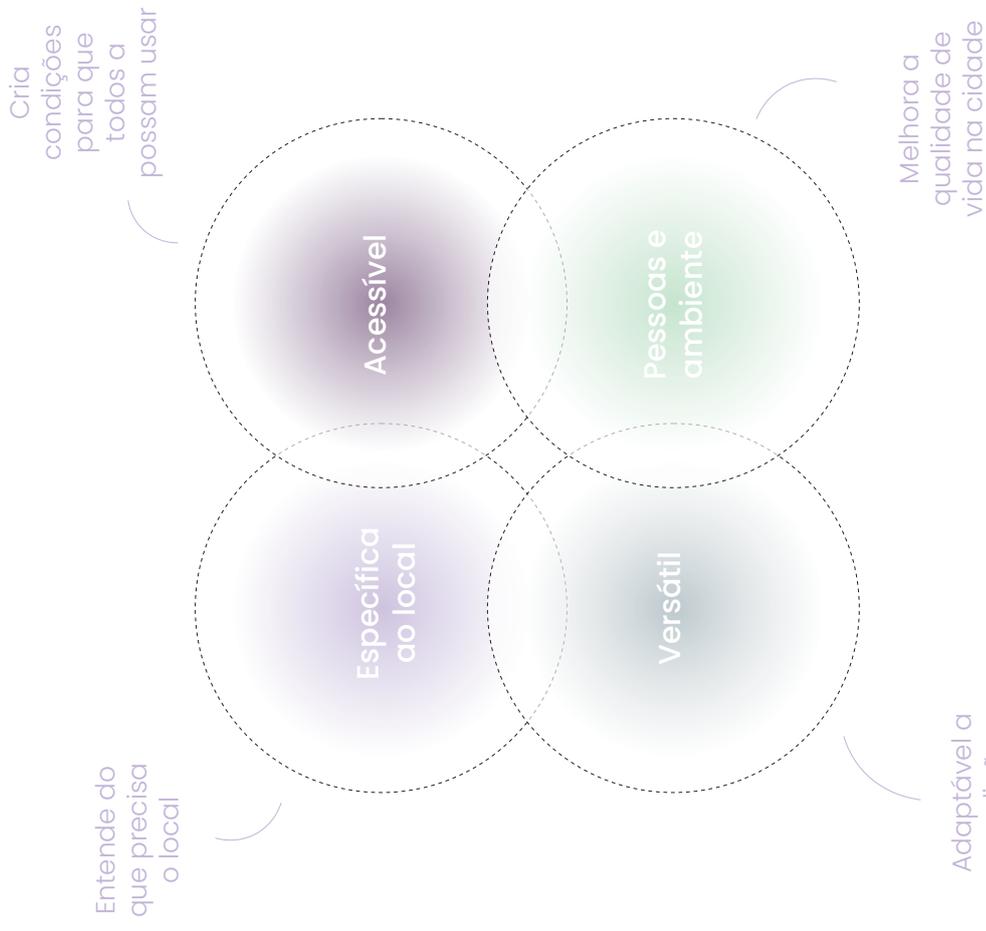
“DESAFIOS URBANOS NAS GALINHEIRAS:
(RE)IMAGINAR A VIA ESTRUTURANTE ATRAVÉS
DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA
REGENERAÇÃO URBANA

ÍNDICE

O que faz uma rua para todos?	PÁG. 3
Definir objetivos	PÁG. 4
Específico ao local – definir áreas de intervenção	PÁG. 5
Acessível – garantir que todos podem usar	PÁG. 6
Versátil – pensar no futuro	PÁG. 7
Pessoas e ambiente – qualidade de vida urbana	PÁG. 8

DEFINIR OBJETIVOS

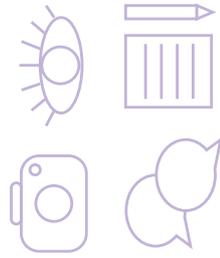
O QUE FAZ UMA RUA PARA TODOS?



ESPECÍFICA AO LOCAL

DEFINIR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Observar
Fotografar
Anotar
Perguntar
Analisar

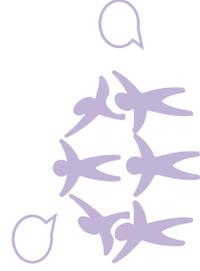


Conhecer o terreno



Do que precisa?

Inquéritos
Caminhadas
Jogos
Workshops
Sessões de debate



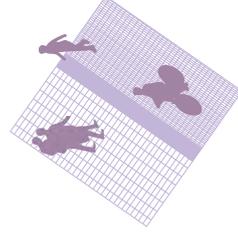
Envolver os utilizadores da rua

ACESSÍVEL

GARANTIR QUE TODOS POSSAM USAR

ACESSIBILIDADE FÍSICA

Mobilidade suave
Intermodalidade
Automóvel reduzido ao essencial
Opções de deslocação
Transportes públicos

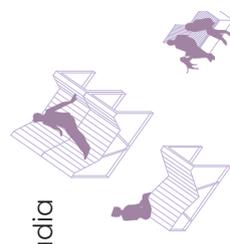
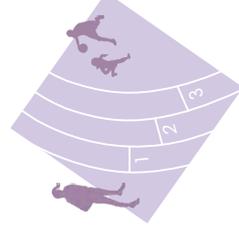


E SOCIAL

Mais caminhabilidade

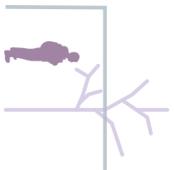
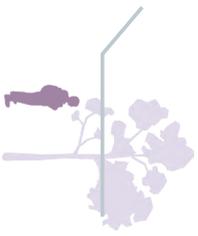
Segurança ao utilizar

Promover a estadia



VERSÁTIL

PENSAR NO FUTURO



Estações do ano

Adaptar às alturas do dia

Converter para várias atividades

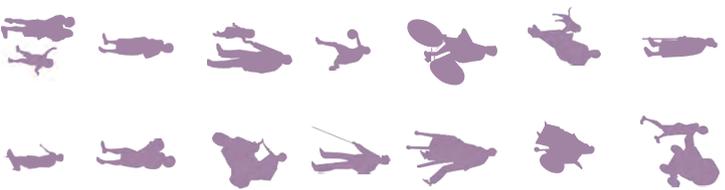
SAZONALIDADE

Atividades praticadas

Atuais e futuros

Faixas etárias

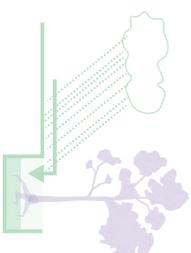
TIPOS DE PEÕES



...

PESSOAS E AMBIENTE

QUALIDADE DE VIDA URBANA



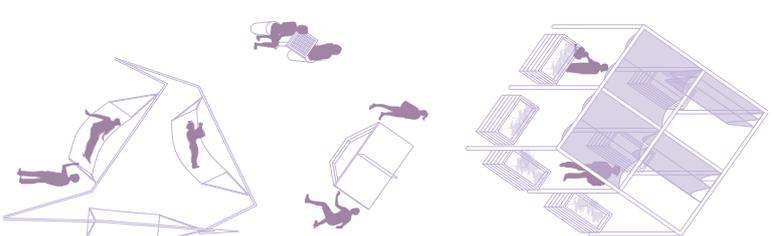
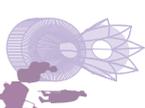
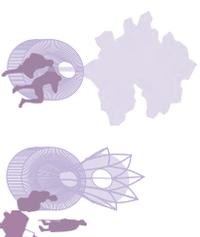
AMBIENTE

Circularidade de recursos

A rua como um ecossistema

Capacidade produtiva urbana

Presença de vegetação



Desenvolver competências

Atividades recreativas e de lazer

Contacto com outros

PESSOAS

